



COPA DO MUNDO PÕE BRASIL NA VITRINE

Lojistas do Rio estão com otimismo moderado sobre consumo. Por Aldo Gonçalves, **página 2**



REFORMA DO CÓDIGO CIVIL

Por que esperar pode custar caro e elevar riscos para as empresas? Por Keci Ceccato, **página 2**



CONTRIBUIÇÕES SOBRE FOLHA: QUEM PAGARÁ

Decisão do STJ coloca Sebrae e outras entidades credores de empresas. Por Marcos de Oliveira, **página 3**

R\$ 303 mi para retomada da indústria naval no Amazonas

O governo Lula anunciou, nesta quarta-feira, a retomada dos investimentos estratégicos da Petrobras no Amazonas, com aportes superiores a R\$ 2,8 bilhões até 2030 voltados à retomada da indústria naval, expansão da produção de gás natural no Polo de Urucu e desenvolvimento de projetos de sustentabilidade na região amazônica. O evento foi realizado no Estaleiro Bertolini, em Manaus.

Os anúncios incluem R\$ 303,5 milhões para construção de 18 embarcações da Transpetro, iniciativa ligada ao Novo PAC que deve gerar mais de 3,3 mil empregos diretos e indiretos. Também foi confirmado investimento de R\$ 2,5 bilhões para perfuração de 22 novos poços e implantação de cerca de 40 quilômetros de linhas no Polo de Urucu, maior reserva terrestre de petróleo e gás natural do país.

“Estamos reconstruindo a indústria naval brasileira, fortalecendo a soberania energética nacional e garantindo que a Petrobras volte a ser instrumento de desenvolvimento econômico, geração de empregos e inclusão social para o povo brasileiro”, destacou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Durante a cerimônia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a Petrobras deve atuar como instrumento de desenvolvimento nacional, geração de empregos e fortalecimento da soberania brasileira.

“A Petrobras não tem que pensar só na Petrobras de preço. A Petrobras tem que pensar no Brasil”, declarou o presidente ao defender a retomada da indústria naval e a ampliação do conteúdo nacional no setor energético.

A construção das 18 barcas é mais um investimento do Programa Mar Aberto, iniciativa da Petrobras para ampliar e renovar sua frota própria de navios, que visa redução de custos logísticos e geração de novos negócios.

O Programa prevê a construção de 96 embarcações até 2030, com investimentos de R\$ 34,8 bilhões.

Atualmente, a Petrobras tem o custo de cerca de R\$ 300 milhões por ano para efetuar, por meio de contratos com empresas terceirizadas, o transporte e abastecimento de bunker (combustível marítimo) nos principais portos do país. Com a verticalização a estatal reduz os custos logísticos. **Página 8**



José Cruz/ABr

Desenrola pode tirar quase 8 milhões da inadimplência

Serasa estima que 9,6% dos consumidores ‘limparão nome’

Cerca de 7,8 milhões de brasileiros poderiam deixar a inadimplência ao longo do Novo Desenrola Brasil, fazendo com que o número de consumidores negativados caia de 83,4 milhões para aproximadamente 75,4 milhões.

Este é o cenário mais favorável em estudo inédito da Serasa, realizado com base nos dados do Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas. O levantamento projeta impacto potencial de até 9,6% sobre o volume de inadimplentes até o encerramento do programa do Governo Federal para renegociação de dívidas de famílias, estudantes e pequenas empresas,

que teve início em maio e vai até agosto.

O estudo identificou que, somente na base da Serasa, existem 41 milhões de dívidas que se enquadram nos critérios do programa do Governo Federal, sendo 3,6 milhões no Estado do Rio de Janeiro. São cerca de 24 milhões de consumidores em todo o país que podem ser beneficiados pelas condições especiais de negociação oferecidas pela ação; destes 2,1 milhões são cariocas.

“Programas de renegociação tendem a produzir alívio imediato nos indicadores de inadimplência, especialmente ao ampliar o acesso a condições excepcionais de negociação” afirma Aline Maciel, di-

retora da Serasa. “Historicamente, os efeitos costumam ser mais concentrados no curto prazo, dependendo de fatores estruturais da economia para se sustentarem ao longo do tempo, como um ambiente de juros mais baixos, além da continuidade de ações econômicas e de educação financeira, evitando que os benefícios sejam apenas temporários”.

Segundo atualização do Mapa da Serasa, mais da metade da população adulta do país possui algum tipo de dívida negativada, e as instituições financeiras seguem como principal segmento dos débitos, representando 47,3% do total.

Dívida Pública Federal sobe 1,91% em abril e se aproxima de R\$ 8,8 trilhões

Emissão recorde de títulos puxou alta no mês passado

A emissão recorde de títulos, principalmente vinculados à Taxa Selic, fez a Dívida Pública Federal (DPF) subir em abril. Segundo números divulgados nesta quarta-feira pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 8,633 trilhões em março para R\$ 8,798 trilhões no mês passado, alta de 1,91%.

Em agosto do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 8 trilhões. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado em janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,7 trilhões e R\$ 10,3 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em

títulos) interna (DPMFi) avançou 1,93%, passando de R\$ 8,302 trilhões em março para R\$ 8,462 trilhões em abril. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 68,04 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis ligados à Selic. A alta foi reforçada pela apropriação de R\$ 92,54 bilhões em juros. Com a Taxa Selic em 14,5% ao ano, a apropriação de juros pressionou o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 201,09 bilhões em títulos da DPMFi, volume recorde para todos os meses desde o início da série histórica. O principal fator foi a substituição de títulos vinculados à Selic que venceram

no mês passado, mais o lançamento que atende à demanda dos investidores em abril.

Apesar da emissão recorde, os resgates foram altos em abril e somaram R\$ 133,05 bilhões. Isso porque tradicionalmente o primeiro mês de cada trimestre concentra vencimento de títulos prefixados.

Com a forte emissão de títulos vinculados à Selic, a composição da DPF variou da seguinte forma de março para abril: títulos vinculados a Selic: 47,71% para 48,59%; títulos corrigidos pela inflação: 26,67% para 26,76%; títulos prefixados: 21,80% para 20,85%; e títulos vinculados ao câmbio: 3,83% para 3,8%.

EUA alertam para falta de segurança na Bolívia

A Embaixada dos EUA na Bolívia suspendeu os serviços consulares de rotina nestas quarta e quinta-feira e está recomendando aos cidadãos estadunidenses que evitem viagens por terra no país em meio ao aumento de bloqueios de estradas, protestos e uma greve de transportes que paralisou parcialmente a capital.

A medida, anunciada no site oficial da embaixada, reflete a deterioração das condições de mobilidade e segurança em diversas regiões da Bolívia após quatro semanas consecutivas de mobilizações trabalhistas e protestos sociais que bloquearam rotas estratégicas em todo o país.

“Os serviços consulares de rotina na Embaixada dos EUA em La Paz, Bolívia, estão suspensos na quarta-feira, 27 de maio, e na quinta-feira, 28 de maio”, disse a embaixada em um comunicado, acrescentando que apenas emergências consulares para cidadãos estadunidenses serão atendidas.

A missão diplomática alertou que os bloqueios e manifestações estão interrompendo o “transporte e outros serviços essenciais”, enquanto o Governo dos EUA tem “capacidade limitada” para auxiliar seus cidadãos devido aos riscos de segurança nas estradas.

Os protestos, inicialmente motivados por reivindicações salariais e queixas setoriais, evoluíram para demandas políticas diretas contra o governo, lideradas por organizações ligadas à Central Sindical Boliviana (COB), sindicatos camponeses e grupos indígenas.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,0743
Dólar Turismo	R\$ 5,2657
Euro	R\$ 5,9065
Iuan	R\$ 0,7403
Ouro (gr)	R\$ 729,51

ÍNDICES

IGP-M	2,73% (abril) 0,52% (março)
IPCA-E	RJ (março) 0,46% SP (março) 0,52%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

Copa do Mundo põe o Brasil na vitrine

Por Aldo Gonçalves

A 23ª edição da Copa do Mundo da Fifa, maior evento esportivo do planeta, que ocorrerá de 11 de junho a 19 de julho, terá uma audiência prevista para alcançar 6 bilhões de torcedores, 20% superior ao evento de 2022 no Catar, e colocará o Brasil na vitrine do mundo.

A título de curiosidade, de ratificação da importância do futebol para o brasileiro e de como somos uma potência neste esporte, o Brasil é o único a ter participado de todas as Copas, tendo sido campeão

em cinco delas: 1958, 1962, 1970, 1994 e 2002, constituindo-se no maior vencedor.

A próxima edição, que acontecerá nos Estados Unidos, México e Canadá, será histórica e espelhará o objetivo de Fifa de promover a inclusão desportiva e social através do futebol. Se de 1998 a 2022 participaram 32 países em cada e durava aproximadamente um mês, com 64 partidas no total, o formato atual terá a participação de 48 países e tempo maior de duração, 104 jogos em 16 cidades-sede.

O otimismo financeiro em torno da próxima Copa é impressionante. Estimativas apontam para a injeção de US\$ 41 bilhões na

economia global, acarretando possivelmente na geração de 814 mil empregos. A Fifa estima faturar US\$ 11 bilhões, cerca de 50% acima de 2022.

Para o evento mais assistido da história do mundo, por aqui se projeta que 77% dos consumidores deverão acompanhá-lo através da transmissão pela TV aberta (73%). Também se espera que a movimentação financeira comercial no varejo seja de R\$ 8,8 bilhões.

A última pesquisa do Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDLRio) em parceria com o Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município

do Rio de Janeiro (SindilojasRio) junto a 250 lojistas apurou que o comércio prevê aumento médio de 2,5% nas vendas frente ao evento anterior.

O levantamento revelou o ânimo moderado do varejo carioca em virtude do cenário de endividamento das famílias, dos juros elevados, junto com alguns efeitos da violência, fatores que representam freio para o consumo.

Por outro lado, evidentemente que o desempenho do comércio dependerá da evolução da nossa seleção ao longo da competição. Pesquisas indicam que 43% a 47% dos consumidores demonstraram interesse em

aumentar despesas de acordo com os resultados do Brasil.

Além do sucesso desportivo dessa 23ª edição da Copa da Fifa, acreditamos que o comércio poderá ser um dos principais setores a ser beneficiado. Afora os segmentos de artigos esportivos, eletrônicos e o e-commerce, as vendas de supermercados e bebidas deverão crescer significativamente, denotando os reflexos da torcida com o avanço do futebol brasileiro nas etapas do torneio.

Em face disso, poderá haver um misto de sentimento de identidade e orgulho nacional; a disseminação social do uso de camisas

amarelas ou azuis; confraternizações; aglomerações em bares, praias, entre outros lugares atrativos.

O que se pode ter certeza é que o país irá parar para assistir aos jogos do Brasil, enquanto o comércio continuará atuando para que os jogos possam se tornar mais emocionantes, despendendo todo tipo de esforço para atender clientes e satisfazer gostos e necessidades com a oferta de produtos, cumprindo da melhor maneira com seu papel numa ocasião tão especial.

*Aldo Gonçalves
é presidente do CDLRio
e do SindilojasRio.*

Reforma do Código Civil para empresas: por que esperar pode custar caro?

Por Kecy Ceccato

O ambiente empresarial brasileiro está sendo redesenhado simultaneamente em três frentes: Reforma Tributária, mudanças na tributação sobre a renda e o Projeto de Lei que propõe alterações significativas no Código Civil. Em 2026, ignorar esse movimento representa riscos jurídicos e financeiros capazes de impactar qualquer empresa, independentemente do porte.

O custo da indiferença não é abstrato. Ele se traduz em litígios, passivos ocultos e oportunidades perdidas. Nenhum empresário que atua no Brasil em 2026 pode se dar ao luxo de olhar apenas para o próprio setor e ignorar esse contexto legislativo sem considerar consequências reais, como disputas societárias.

O Brasil está prestes a alterar as regras das sociedades empresariais pela primeira vez em mais de duas décadas. O PL 4/2025, em tramitação no Senado e com votação prevista para julho de 2026, impacta diretamente a forma como sócios, investidores e administradores se relacionam.

nam.

Ainda assim, a maioria dos empresários segue esperando a lei entrar em vigor para agir. Esse é, hoje, um dos erros mais caros que podem ser cometidos. Quando o assunto é estrutura societária, reagir depois custa mais do que se antecipar.

O acordo de sócios ganha reconhecimento expresso no Código Civil. Hoje, quando um acordo societário chega ao Judiciário, as interpretações variam de acordo com cada tribunal. Há decisões que respeitam integralmente o que foi pactuado e outras que relativizam esses instrumentos com facilidade. O PL consolida a validade desses acordos e reduz esse espaço de incerteza. Na prática, eles passam a ter força legal ampliada. Mas há um ponto crítico: acordos mal redigidos deixam de ser apenas frágeis e passam a representar riscos concretos.

Outro avanço relevante é a consolidação das quotas preferenciais nas sociedades limitadas. Pela primeira vez, empresários poderão atrair investimentos com preferência econômica sem abrir mão do controle da empresa e sem a necessi-

dade de transformar a estrutura em uma sociedade anônima. Hoje, essas quotas existem com base em instrução normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), mas sem previsão expressa no Código Civil.

As quotas preferenciais são especialmente úteis em operações de entrada de investidores interessados em retorno financeiro privilegiado, mas sem participação na gestão; em planejamentos sucessórios nos quais se busca transferir patrimônio sem transferir o controle; e em estruturas societárias que exigem diferentes classes de sócios, com direitos e deveres distintos. Com o PL, esse modelo ganha base legal mais robusta.

A possibilidade de uma pessoa jurídica exercer a administração também ganha espaço, facilitando estruturas com holdings e grupos empresariais. Em contrapartida, cresce a complexidade na atribuição de responsabilidades. Sem uma governança bem documentada, os riscos aumentam, porque a nova legislação tende a ampliar – e não reduzir – as exigências relacionadas à responsabili-

zação e formalização dessas estruturas.

As assembleias digitais deixam de ser improvisado e passam a contar com respaldo legal. O que já era prática tende a se consolidar como regra, especialmente em empresas com sócios em diferentes localidades ou investidores estrangeiros. Nesse contexto, a reunião presencial passa a ser uma opção, e não mais uma exigência.

Projeto pode transformar relações societárias e elevar riscos

A dissolução consensual de empresas também tende a se tornar mais simples, corrigindo uma distorção histórica: muitas vezes, fechar uma empresa é mais difícil do que abri-la. O PL simplifica o encerramento quando há concordância entre os sócios, o que faz sentido, já que não há razão para o Estado criar obstáculos onde não existe conflito.

Além disso, o projeto reforça a autonomia patrimonial, reduzindo o risco de descon siderações abusivas da personalidade jurídica, e

reconhece bens digitais como ativos societários – algo cada vez mais relevante em operações de M&A, sucessão e valuation.

Os acordos entre herdeiros sobre participações societárias também passam a receber atenção. O projeto permite que beneficiários formalizem entendimentos sobre a disposição de quotas sem que esses instrumentos sejam considerados nulos por tratarem de herança de pessoa viva, o que hoje limita planejamentos sucessórios mais sofisticados em empresas familiares.

A reforma no campo empresarial é necessária, mas seria desonesto ignorar os pontos que geram preocupação. Juristas ouvidos pelo próprio Senado alertaram que algumas alterações contratuais previstas no PL podem ampliar a judicialização, destacando que “a legislação não deve ser expediente de insegurança jurídica para o cidadão, para as empresas, nem para os investidores”.

O risco está na ampliação de conceitos como “função social”, “boa-fé objetiva” e “paridade entre as partes” como justificativas para intervenção judicial. São princípios legítimos.

Mas, quando aplicados sem critérios objetivos, podem abrir espaço para que o Judiciário reinterprete aquilo que foi livremente pactuado entre sócios e investidores. Em um ambiente já marcado por alta litigiosidade, isso deixa de ser um detalhe técnico e passa a ser um fator concreto de risco.

A versão final do texto ainda pode sofrer ajustes e emendas antes da votação. Mas esperar a redação definitiva para agir é um erro estratégico. Independente das mudanças que ainda possam ocorrer, alguns pilares permanecem inalterados: clareza contratual, governança estruturada e previsibilidade nas relações societárias continuarão sendo determinantes. Empresas com mais de um sócio, negócios em expansão, estruturas familiares ou investidores externos estão especialmente expostos.

Em 2026, a diferença entre quem se protege e quem enfrenta litígios não estará apenas na lei, mas no nível de preparação.

*Kecy Ceccato
é sócia da Atra Advogados
e professora de direito societário na Board Academy.*

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impresas







FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Contribuições sobre a folha: quem está devendo

Como falamos ontem, Sesc/Senac e Sesi/Senai poderão ser obrigadas a devolver uma bolada a empresas que recolheram mais do que o devido para as entidades, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça de 2024 – o caso ainda depende de decisão final do STJ. O valor ventilado de R\$ 94 bilhões parece exagerado e carece de comprovação.

Por outro lado, a decisão do Tribunal abrange apenas as 4 entidades citadas acima; outras (como Sebrae, FNDE, Incra, Sest/Senat etc.) ficaram de fora. O que obriga empresas que, mesmo amparadas por decisão judicial, recolheram até o teto de 20 salários mínimos, e não sobre o total do valor da folha de pagamento, recolherem a diferença.

Ricardo Godói, advogado da Confederação Nacional de Serviços (CNS), estima que não há muitas companhias nesta situação, pois há casos em que, ainda que com respaldo da justiça, empresas optaram por fazer o pagamento integral.

Mas, em alguns casos, o impacto pode ser alto. Uma empresa do ramo de transportes, por exemplo, terá de pagar R\$ 5 milhões, valor que equivale ao faturamento mensal da companhia.

Já é mágica

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Cavaliere (vice que sucedeu seu xará Paes, que deixou o cargo para se candidatar a governador), classificou de “interesses escusos” ação movida pela Secretaria Estadual de Defesa do Consumidor contra o fim do pagamento em dinheiro nos ônibus municipais.

Interessante que, após reação popular e midiática à decisão de impor o pagamento apenas com o cartão Jaé a partir de junho, a Prefeitura, num passe de mágica, conseguiu implementar o uso também de Pix e, em breve, cartões de crédito ou débito.

Pela decisão inicial, o passageiro do Rio que não tinha o Jaé teria de comprar o cartão avulso; ao preço de R\$ 5 cada, considerando 260 mil passagens que eram pagas diariamente em dinheiro, a empresa que administra o Jaé receberia uma bolada.

Fixação em 6 milhões

Segundo o site Intercept Brasil, Eduardo Bolsonaro vive numa mansão nos EUA avaliada em R\$ 6 milhões e pela qual pagaria um aluguel estimado em R\$ 30 mil.

Em 2021, o irmão Flávio comprou, com recursos de origem controversa, uma mansão em Brasília, no Lago Sul, por... R\$ 6 milhões.

Quem deterá?

Depois de destruir Gaza, Israel arrasa o Líbano. De quebra, sabota a negociação entre EUA e Irã.

Rápidas

Fiocruz e Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (Iarc), ligada à OMS, anunciaram em Lyon, França, parceria para cooperação no cuidado oncológico envolvendo pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico, comunicação e formulação de políticas *** A Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular (SBACV) iniciou mobilização do projeto “Brasil Sem Varizes”, mutirão nacional que pretende realizar, em 15 de agosto, a maior ação de tratamento de varizes já promovida no país. Cerca de 50 hospitais e clínicas já aderiram *** A Enel Rio está com mais de 530 vagas abertas para eletricistas em toda a sua área de concessão *** Helena Levorato, fundadora da Sociedade Brasileira de Inovação (SBI), participa do Ladies Summit em Porto Alegre, dia 30, 15h, com a palestra “Inovação 360: criatividade, adaptação e inteligência para um novo mundo”.

Brasil está mais competitivo no cenário global

Mudança já é atribuída a reforma tributária

O novo ambiente tributário brasileiro parece que já está refletindo no aumento da competitividade do país no cenário global. Foi esse o consenso entre os especialistas em tributos reunidos no 17º International Tax Seminar realizado, recentemente, em São Paulo, pela EY (empresa global de consultoria e auditoria).

O IVA Dual, novo modelo de tributação sobre o consumo criado pela reforma tributária, representa o primeiro pilar de mudança. Com ele, cinco tributos serão transformados em dois impostos distintos: o CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços e que substitui o PIS, Cofins e IPI) de competência federal e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que será compartilhado entre estados e municípios e que substituirá o ICMS e o ISS.

Na fase atual, a cobrança da CBS já acontece de forma efetiva e em conjunto com o período de testes para adaptação do sistema tributário brasileiro. Em 2029, o IBS começa a ser implementado progressivamente pelos estados e municípios. A consolidação total é prevista para 2033. Os impostos atuais (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) serão totalmente extintos e o IVA Dual passará a operar de forma definitiva “É muito mais fácil falar para o investidor que o país tem um IVA dual do que mencionar a complexidade formada por PIS, COFINS, IPI, ISS e ICMS”, complementa Gustavo Carmona, sócio-líder de tributação e transações internacionais da EY Brasil.

O segundo pilar de mudança é o novo sistema de preços de transferência que passou por uma transformação inserindo novas regras

alinhadas ao princípio da plena concorrência e às normas internacionais, em especial às Diretrizes de Preços de Transferência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Diretrizes da OCDE).

Na avaliação de Carmo-na, o compliance do pilar 2 já está exigindo bastante das empresas, com a aproximação do prazo de entrega da GIR (GloBE Information Return), obrigação acessória padronizada da OCDE exigida das multinacionais para comprovar o pagamento da tributação mínima global de 15%. “Há dois grupos de empresas neste momento: as que estão sofrendo para preparar esse documento e aquelas que já finalizaram esse trabalho, mas não estão conseguindo apresentar a GIR para a administração tributária. Isso porque, nesse segundo caso, temos visto muitos países europeus com sistemas que ainda não estão prontos para receber o documento”, explicou o executivo.

Alterar a tributação da origem para o destino colocou o país em um patamar equivalente ao do exterior, “facilitando assim a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor”, afirma Wayne Peron, sócio-líder de impostos da EY Brasil.

“Em duas décadas atuando com tributação internacional, percebi, nos últimos anos, redução de novos investimentos no país. No entanto, com essas novidades no ambiente tributário, já tenho visto a volta desses aportes, com o país retornando para as cadeias de valor, o que abre oportunidades de investimento em diversos setores da economia”, destaca o consultor.

Na avaliação de Tiago Aguiar, sócio de tributação

e transações internacionais da EY Brasil, ainda que esse efeito do aumento da competitividade ocorra de forma gradual, conforme a agenda da reforma tributária vá sendo superada, o otimismo já prevalece tanto internamente no Brasil quanto lá fora por parte de empresas com atuação em vários países. “Em um ambiente de negócios integrado e sujeito, portanto, a uma série de variáveis de impacto global, a padronização do cenário tributário é relevante não apenas do ponto de vista de conformidade como também de estímulo a novos negócios, com impacto positivo para o resultado das organizações”, disse.

Para Ramon Taboada, sócio em tributação internacional da EY Suíça, os últimos anos foram incríveis para o Brasil no cenário tributário. Na visão dele, isso começa em 2024 com o alinhamento dos preços de transferência com as regras da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). “Essa foi uma enorme conquista, já que facilitou a operação das empresas. O não alinhamento, com o Brasil tendo um método diferente ou único no mundo, vinha se mostrando complicado, gerando dificuldades para o dia a dia das multinacionais e das subsidiárias brasileiras”, observou.

Taboada destaca a reforma dos tributos indiretos, que se trata de uma reforma de negócios, aumentando a eficiência e a competitividade do país no mundo inteiro na medida em que cria ambiente atrativo para investimentos. “Tudo isso alinhado ao fato de o Brasil ser um líder regional geopoliticamente e global do pon-

to de vista de energia limpa chama atenção dos europeus, especialmente neste momento de busca dos países pelo fortalecimento de suas cadeias de suprimento. O país passa a ser destino ideal para abertura de uma sucursal”, disse.

Já Stephen Bates, sócio-líder em tributação internacional da EY nos Estados Unidos, apesar de considerar que seus clientes ainda veem o Brasil como um país difícil de operar, ressaltou que a reforma tributária está na direção certa para alterar essa visão. “Vejo o Brasil, por utilizar muito bem os dados integrados ao negócio, com potencial de fazer com que a inteligência artificial floresça plenamente. Os investidores estão atentos a isso, direcionando seus recursos para empresas com casos de sucesso na utilização da IA”, pontuou.

Katherine Pinzon, sócia-líder de preços de transferência da EY nos Estados Unidos, lembrou-se do período em que atuou no Brasil. “Fiquei surpresa já naquela época com o grau elevado de digitalização dos processos corporativos. O cenário sempre foi orientado a dados, com as empresas brasileiras tendo essa característica no seu DNA. A tecnologia já estava sendo usada para executar a metodologia de preço de transferência, por exemplo”, afirmou.

Para a executiva, será muito interessante acompanhar como os contribuintes brasileiros vão adaptar seus modelos de inteligência artificial e de tecnologia em geral para fornecer resultados ainda mais confiáveis. “Caberá inclusive à administração tributária apresentar a mesma maturidade tecnológica demonstrada pelas empresas nos seus esforços de conformidade”, finalizou.

(-0,33%), os combustíveis desaceleraram de 6,06% em abril para -1,47% em maio. Houve recuos no etanol (-2,73%), óleo diesel (-2,04%) e na gasolina (-1,32%). Já o gás veicular teve alta de 2,12%. As passagens aéreas aumentaram 3,25%, após recuarem 14,32% em abril.

Segundo a Agência IBGE Notícias, entre as 11 áreas onde os preços são coletados para o cálculo do IPCA-15, a maior alta foi registrada em Goiânia (1,41%), por conta das altas do etanol (16,62%) e da gasolina (9,67%). O menor resultado foi em Brasília (0,33%), com os recuos do ônibus urbano (-3,30%) e da gasolina (-2,96%).

Prévia da inflação foi de 0,62% em maio

A prévia da inflação de maio foi de 0,62%, 0,27 ponto percentual abaixo da taxa de abril (0,89%). Os grupos alimentação e bebidas (1,38% e 0,30 p.p.) e habitação (1,03% e 0,15 p.p.) contribuíram positivamente no resultado geral, enquanto transportes foi o único grupo com resultado negativo (-0,33%).

No ano, o IPCA-15 acumula alta de 3,02% e, em 12 meses, 4,64%, acima dos 4,37% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em maio de 2025, o IPCA-15 foi de 0,36%.

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira pelo IBGE.

Entre produtos e serviços

pesquisados para o cálculo do IPCA-15, os maiores impactos sobre o índice geral vieram da energia elétrica residencial (2,16% e 0,09 p.p.), das carnes (1,98% e 0,06 p.p.), da higiene pessoal (1,60% e 0,06 p.p.) e do leite longa vida (6,07% e 0,05 p.p.). Já entre os subitens com impactos negativos neste mês, destacaram-se gasolina (-1,32% e -0,07 p.p.), etanol (-2,73% e -0,02 p.p.) e café moído (-2,09% e -0,01 p.p.).

A alimentação no domicílio saiu de 1,77% em abril para 1,73% em maio. Contribuíram para esse resultado as quedas da maçã (-2,32%) e do café moído (-2,09%). Por outro lado, destacaram-se as altas da

batata-inglesa (26,29%), do tomate (12,97%), do leite longa vida (6,07%) e das carnes (1,98%). Já a alimentação fora do domicílio (0,51%) desacelerou em relação a abril (0,70%), com as variações da refeição (0,57%) e do lanche (0,37%) que, em abril, haviam subido 0,65% e 0,87%, respectivamente.

Os preços do grupo habitação subiram 1,03%, com destaque para a energia elétrica residencial (2,16%), principal impacto individual (0,09 p.p) no IPCA-15 de maio, mês em que passou a vigorar a bandeira tarifária amarela, com a cobrança adicional de R\$1,885 a cada 100kWh consumidos.

No grupo transportes

REGISTRO
GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

ESSÊNCIA 50+ - A startup Somos 50+, hub de conhecimentos e experiências focada na economia da longevidade promove, nesta quinta-feira, evento em Botafogo, no Rio, voltado para o público 50+. A ação trará diálogos sobre bem-estar na maturidade com renda 100% revertida para causa social - doação de fraldas geriátricas para a Casa de Felipe, unidade de assistência a idosos do Lar Frei Luiz, na Taquara. A programação acontecerá das 8h30 às 12h30 no Edifício Argentina – Salão Pão de Açúcar - incluindo um café da manhã de integração, seguido por painéis liderados por um time multidisciplinar de especialistas composto por médica, psicóloga, astróloga e fisioterapeuta. Inscrições: [Link do Sympla]

LADIES SUMMIT - Porto Alegre recebe no dia 30 de maio, sábado, o Ladies Summit, principal evento do Instituto Ladies in Tech e um dos maiores encontros voltados à liderança feminina em tecnologia e empreendedorismo. Para esta edição, o tema principal é “Liderança que transforma, inspiração que move”, um encontro que vai reunir as principais vozes do ecossistema. Helena Levorato, fundadora da Sociedade Brasileira de Inovação (SBI) e idealizadora do Mulheres Que Inovam, tem presença confirmada e vai subir ao palco, às 15h, para falar sobre o lado humano da inovação, mostrando que inovar não é apenas criar algo novo, mas desenvolver flexibilidade, visão, criatividade e inteligência comportamental para evoluir continuamente em cenários de alta transformação. O tema central da palestra será “Inovação 360: criatividade, adaptação e inteligência para um novo mundo”. Sobre a participação no encontro, Helena enfatiza sobre a importância de abordar um tema que tem diferentes interpretações, “É uma honra estar neste grandioso evento para pontuar e mostrar como é possível se adaptar, inovar e evoluir em um mundo que muda o tempo inteiro, ainda mais ao lado de pessoas tão relevantes. É uma excelente oportunidade para troca de conhecimentos, insights e fazer conexões”, destaca Levorato. Local: PUCRS, Prédio 50, Av. Ipiranga, 6681, Porto Alegre/RS

BAURUCAS - O Brasil que é um dos maiores consumidores e produtores de milho-pipoca no mundo, com cerca de 300 mil toneladas produzidas anualmente. Em nesse mercado cada vez mais disputado, sai na frente quem inova o clássico – iniciativa que foi a grande virada de chave do empreendedor Maurício Matheus, fundador da rede Baurucas, rede carioca especializada em pipocas artesanais com mais de 40 pontos de vendas no RJ e SP, que compartilha aprendizados práticos para quem deseja entrar nesse segmento. Segundo o empresário, um dos erros mais comuns entre iniciantes é acreditar que qualidade, por si só, é diferencial competitivo. “Tem muita gente boa fazendo produto bom. Produto de qualidade não é diferencial. O que diferencia você do outro, no final, é a marca que você constrói”, afirma. Para Maurício, evitar erros graves no início passa por três pilares centrais: marca, margem e desenvolvimento do modelo de negócio. Confira as dicas do especialista para quem quer investir no setor: 1 - Marca vai além do logotipo; 2 - Começar pequeno, mas estrategicamente; 3 - Margem como proteção do negócio; 4 - Aprendizado contínuo. Hoje, são 43 lojas em funcionamento em todo o estado do Rio de Janeiro, e os planos é chegar em outros estados do país. O ano de 2025 foi encerrado com R\$ 26 milhões. Para 2026, os planos são grandiosos – a rede espera faturar R\$45 milhões, chegar em outros estados da região Sudeste, com previsão do crescimento da fábrica e interiorização da marca.

FII PORTO MARAVILHA - O FII Porto Maravilha (FII PM), administrado pela CAIXA, abriu manifestação de interesse para investidores em uma eventual venda futura de um terreno localizado na Avenida Francisco Bicalho, 49, em Santo Cristo, na região do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro. O valor mínimo da oferta é de R\$ 27,5 milhões. As propostas devem ser encaminhadas para o e-mail negociosporto@caixa.gov.br até o dia 8 de junho. A medida ocorre após manifestação de interesse de um terceiro e segue critérios de transparência, isonomia e governança do Fundo. A consulta não é vinculante e não obriga a venda imediata do imóvel. Após o recebimento de todas as propostas, o processo seguirá o rito de governança do Fundo. O imóvel é um terreno com aproximadamente 2.500 m², que deve ser adquirido juntamente com, no mínimo, 15 mil CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção), títulos que concedem direito de construir além do limite básico previsto em lei para a área. Mais Informações do processo competitivo em www.vempa-raoporto.com.br/servicos.

Dia dos Namorados deve gerar R\$ 22 bilhões no varejo

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo SPC Brasil estima que aproximadamente 93 milhões de brasileiros devem ir às compras pelo Dia dos Namorados deste ano, gerando uma movimentação financeira superior a R\$ 22 bilhões entre os setores de comércio e serviços e consolidando a data como o terceiro período mais lucrativo para o varejo nacional, atrás apenas do Natal e do Dia das Mães. No entanto, o otimismo do mercado divide espaço com a preocupação financeira: cerca de um terço dos consumidores planeja presentear mesmo estando com a conta atrasada.

A tradição, criada in 1948 pelo publicitário João Doria (pai) para aquecer a venda no mês de junho, mantém sua força estrutural. O varejo eletrônico, que em 2025 faturou R\$ 9,23 bilhões (alta de 15,1% em relação ao ano anterior), continua forte, mas o destaque de 2026 promete ser a experiência presencial.

Segundo o levantamento, o ticket médio nacional para a escolha do presente será de R\$ 238 por pessoa. A grande maioria do entrevistado pretende agraciar cônjuge (58%) ou namorado (34%), sendo que 61% planejam adquirir um único item. O produto mais cobijado pelo apaixonado é a roupa (38%), seguida de perto por perfume e cosmético (34%), calçado (20%) e chocolate (18%).

Ao contrário da tendência de digitalização total, a

loja física vai liderar a preferência: 75,70% do consumidor afirma que pretende comprar em estabelecimento tradicional, especialmente no centro urbano.

Regionalmente, o número também impressiona. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, uma pesquisa conjunta da Fecomércio-MS (IPF-MS) e do Sebrae do estado prevê uma injeção de R\$ 356,79 milhões na economia local. Por lá, o gasto médio estimado é bem mais alto que a média nacional: R\$ 543,47 por consumidor, dividido entre a compra do presente e a comemoração.

Na hora de pagar, a preferência nacional será pela modalidade à vista (69%), com o Pix liderando a intenção (34%). Para quem optar pelo parcelamento (28%), o cartão de crédito será a principal ferramenta, com uma média de 3,5 prestação. Desconto para pagamento imediato é apontado por 64,13% da pessoa como o principal fator de escolha do local de compra.

Apesar do desejo de celebrar, 77% afirmam que presentear é uma forma indispensável de demonstrar afeto, mas o cenário econômico exige cautela. O levantamento revelou que 31% do que vai comprar presente está com conta em atraso e, deste grupo, 71% estão com o nome negativado. Além disso, 28% do entrevistado admitiram que vão gastar mais do que podem para agradar o parceiro.

A corrida para garantir a lembrança já começou, mas o brasileiro manterá o hábi-

to de deixar para o final. A estimativa é de que 10,5 milhões de pessoa comprem o presente na última hora. O cronograma aponta que 45% pretendem resolver a compra na primeira semana de junho, 25% anteciparam-se em maio e 11% só vão à compra na véspera do dia 12.

Para o casal que planeja estender a comemoração, 39% preferem o aconchego de celebrar em casa, enquanto 31% optarão por restaurante e 8% por hotel ou motel.

A alta demanda pelo uso de meios de pagamentos digitais promete marcar o Dia dos Namorados, importante data do setor varejista brasileiro, com um novo recorde de uso do Pix e das carteiras digitais. A tendência em meios de pagamentos digitais foi um dos destaques da 11ª edição anual do Global Payments Report, que analisa o comportamento dos consumidores em 42 países nos cinco continentes e mapeia tendências até 2030, que posiciona o ritmo acelerado do Brasil no uso da modalidade, de forma significativa, remodelando o consumo e o varejo nacional.

O Pix é o grande protagonista das transações digitais no Brasil, segundo o relatório, a modalidade foi responsável por 38% das transações no e-commerce e 34% do volume nos pontos de venda (PDV). Além disso, quando analisadas as em transações A2A no mundo, esse tipo de pagamento também lidera com 42% no e-commerce e 34% no PDV.

Já o cartão de crédito, ainda muito utilizado no Brasil por oferecer opção de parcelamento – o que amplia o poder de compra –, e benefícios diversos, representou quase a metade do valor transacionado em 2025, com 40% de participação no varejo eletrônico e 31% no PDV.

O dinheiro em espécie continua relevante. Os consumidores ainda utilizam dinheiro em espécie mais do que a média global (23% do valor no – (Pontos de venda – em 2025, contra 14% globalmente). Na região: Brasil (12%), Chile (16%) e Argentina (17%) estão mais alinhados à média global, enquanto Peru (30%), Colômbia (32%) e México (40%) lideram o uso.

O uso de código QR está em ascensão e é amplamente usado no Peru (Yape), Colômbia (Nequi) e Argentina (Mercado Pago).

O crescimento sustentado das carteiras digitais impulsionadas por cartões sugere que os consumidores se sentem mais confortáveis com inovações em pagamentos quando sentem seguros e familiarizados – caso do cartão de crédito no Brasil.

Os pagamentos Conta a Conta (A2A) estão se expandindo. Para além do Pix, na Argentina, o Transferências 3.0 continua a impulsionar a adoção do A2A, e já representa 15% do e-commerce e 10% do valor no Ponto de Venda. A Colômbia seguiu o mesmo caminho em 2025, quando seu Banco Central lançou seu sistema de pagamentos instantâneos, o Bre-B.

Arrecadação de IPVA atinge R\$ 90,68 bilhões em 2025

O Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) divulgou seu estudo anual sobre a “Arrecadação de IPVA e sua proporcionalidade em relação à frota de veículos em circulação e à população brasileira”. O levantamento apresenta a contribuição do imposto de forma proporcional entre os estados, considerando a complexidade das variáveis envolvidas.

De acordo com o estudo, a arrecadação de IPVA em 2025 atingiu R\$ 90,68 bilhões. O estado de São Paulo, mais uma vez, lidera como maior arrecadador (R\$ 30.451.780), enquanto Roraima registra o menor (R\$ 140.130).

Segundo o presidente-

-executivo do IBPT e um dos autores do estudo, João Eloi Olenike, houve um crescimento de 1,05% na arrecadação. Com isso, o valor passou de R\$ 86,63 bilhões em 2024 para R\$ 90,86 bilhões em 2025. “Embora o crescimento de 1,05% na arrecadação pareça modesto à primeira vista, ele reflete a resiliência do setor automotivo e a eficiência fiscal dos estados, especialmente diante de um cenário econômico desafiador. O volume arrecadado demonstra que, mesmo com as disparidades regionais — como entre São Paulo e Roraima —, o IPVA se consolida como uma importante fonte de recursos para suprir os gastos correntes dos estados

brasileiros.”, afirma Olenike.

As maiores arrecadações foram registradas, em ordem, nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Já os menores volumes foram observados em Roraima, Amapá, Acre, Sergipe e Tocantins.

O estudo também aponta que a frota de veículos em circulação no Brasil alcançou, em dezembro de 2025, um total de 129.102.214 unidades. Os maiores volumes concentram-se nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

No indicador de veículos por habitante, Santa Catarina apresenta a maior pro-

porção (0,82), seguida por Paraná (0,81), São Paulo (0,77), Mato Grosso e Rio Grande do Sul (ambos com 0,76). Já as menores proporções foram registradas no Amazonas (0,30), Maranhão (0,34), Pará e Amapá (0,35) e Bahia (0,38).

O presidente-executivo do IBPT destaca ainda que diferenças na carga tributária e facilidades burocráticas entre estados podem incentivar a migração de contribuintes. “Isso ocorre principalmente no emplacamento de frota empresariais. Empresas com grande quantidade de veículos no ativo fixo, e com distâncias geograficamente favoráveis, tendem a buscar estados com menor carga tributária e menos burocracia”, explica.

INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - IMTT

CAMPOS DOS GOYTACAZES

CNPJ 01.101.750/0001-12

AVISO DE LEILÃO

O INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - IMTT, torna público que no dia 17 de Junho de 2026, às 10h, realizará leilão na forma on-line, dos veículos conservados e sucatas inservíveis, apreendidos a qualquer título e não reclamados por seus proprietários dentro do prazo de 60 dias, conforme o art. 328 do CTB, tendo como leiloeira a Sra. SANDRA SEVIDANES mat. 165 JUCERJA. Para maiores informações, consulte www.eblonline.com.br.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ELEITORAL DA ASSOCIAÇÃO CIVIL DE FINS NÃO ECONÔMICOS DENOMINADA VIVA RIO

VIVA RIO, com sede sito à Ladeira da Glória, 99, complemento Rua do Russel, 76 - Glória, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22211-120, nos termos do art. 14 do seu Estatuto Social, devidamente representada pelo Diretor Executivo, Sr. **PEDRO DANIEL STROZENBERG, CONVOCA**, na forma do Estatuto Social, através do presente edital, todos os associados da Instituição para comparecerem à Assembleia Geral extraordinária, que será realizada na sede da **VIVA RIO**, às **11h, do sétimo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis**, para deliberação das seguintes matérias: a) Aprovação da Ordem do Dia; b) Eleição de membros do Conselho de Administração; c) Eleição de membros da Diretoria; d) Assuntos gerais. As Chapas deverão ser entregues na sede da entidade com, no mínimo, 10 dias de antecedência da data da Assembleia eleitoral, em ordem dos nomes e cargos, aos cuidados da Comissão Eleitoral. Qualquer dúvida sobre a AGE eleitoral poderão ser retiradas na sede da instituição ou através do e-mail juridico@vivario.org.br. Rio de Janeiro, 25 de maio de 2026.

PEDRO DANIEL STROZENBERG
Diretor Executivo
Viva Rio

SPE ENEVA NORTE FLUMINENSE S.A.
(em organização)
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026
(Lavrada sob a forma de sumário de acordo com a autorização contida no art. 130, §1º, da Lei 6.404/76, e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."))

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 29 dias do mês de abril de 2026, às 10:00 horas, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, Sala 201, Parte, Botafogo, CEP 22.250-911. **2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos subscritores do capital social inicial da companhia em organização, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976, os quais foram devidamente qualificados nos Boletins de Subscrição que integram a presente ata como **Anexos I e II**. **3. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Marcelo Cruz Lopes, que convidou o Sr. Thiago Freitas para secretariá-lo. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação **SPE ENEVA NORTE FLUMINENSE S.A.** ("Companhia"); **(ii)** o capital inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); **(iii)** o projeto de Estatuto Social da Companhia; **(iv)** eleger os primeiros administradores da Companhia; **(v)** fixar a remuneração global anual dos administradores eleitos; e **(vi)** a instalação do Conselho Fiscal da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia, a totalidade dos presentes deliberou, por unanimidade e sem ressalvas: **(i) aprovar** a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação **SPE ENEVA NORTE FLUMINENSE S.A.**, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, Sala 201, Parte, Botafogo, CEP 22.250-911; **(ii) aprovar** o capital social inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, emitidas pelo preço unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em dinheiro, conforme Boletins de Subscrição que integram a presente ata como **Anexos I e II**; **(iii) aprovar** o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada integra a presente ata como **Anexo III**. Nesse momento, o Presidente da assembleia **declarou constituída a SPE ENEVA NORTE FLUMINENSE S.A.**; **(iv) eleger**, como primeiros administradores da Companhia, nos termos do art. 87 da Lei das S.A., Sr. **MARCELO CRUZ LOPES**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da cédula de identidade nº 09900441-8, emitida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.022.147-44, para o cargo de **Diretor Presidente**, e o Sr. **MARCELO CAMPOS HABIBE**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 11.856.849-2, emitida pela SSP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 052.949.797-21, para o cargo de **Diretor**, ambos com escritório na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, 2º e 4º andares, Botafogo, CEP 22.250-040, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e eleitos para um mandato unificado de 3 (três) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária que examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em dezembro de 2028. Os Diretores eleitos tomam posse de seus cargos nesta data, mediante assinatura do termo de posse a ser lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e constantes dos **Anexos IV e V** à presente ata, nos quais declararam, sob as penas da lei, que **(i)** aceitam a indicação ao cargo; **(ii)** não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades empresárias; e **(iii)** não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, petita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; **(v) consignar** que os Diretores ora eleitos não receberão remuneração, tendo em vista que exercem cargos remunerados em outra sociedade do grupo econômico da Companhia, conforme artigo 152 da Lei das S.A.; e **(vi) determinar** a não instalação do Conselho Fiscal da Companhia. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram declarados encerrados os trabalhos, com a lavratura desta ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **7. ASSINATURAS:** *Presidente:* Marcelo Cruz Lopes. *Secretário:* Thiago Freitas. *Subscritores:* Eneva S.A. e Porto Norte Fluminense S.A. *Mesa:* **Marcelo Cruz Lopes** - Presidente; **Thiago Freitas** - Secretário. *Subscritores:* **ENEVA S.A.** Por: **Marcelo Cruz Lopes**, Cargo: Diretor. Por: **Marcelo Campos Habibe**, Cargo: Diretor de Relações com Investidores. **PORTO NORTE FLUMINENSE S.A.** Por: **Rogério de Araujo Sacchi**, Cargo: Diretor Presidente. Por: **Felipe Siqueira Otero**, Cargo: Diretor Administrativo. Visto do advogado: **Thiago Freitas** - OAB/RJ 114.535. JUCERJA em 22/05/2026 sob o nº 33300364374. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

CAFÉ FAVORITO S/A

CNPJ Nº 32.493.603/0001-69 – NIRE 33.3.0016150-3

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - REALIZADA EM 30/04/2026
Data, Hora e local: Aos Trinta (30) dias do mês de abril (04) de dois mil e vinte e seis (2026) às 14h00min horas na sede da empresa, na Rodovia Lucio Meira, n.355, KM 13, Bairro São Luiz, Volta Redonda/RJ, CEP: 27.286-740. **Presença:** Totalidade do Capital Social (acionistas). **CONVOCAÇÃO:** Por avisos pessoais, Jornal Monitor Mercantil e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro 18 a 20 de março de 2026. **PUBLICAÇÃO:** Demonstrações Financeiras e Relatório da administração em jornal Monitor Mercantil, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e edição digital Jornal Monitor Mercantil com assinatura IPC Brasil. **MESA DIRETORA:** Presidente: Andréia Guedes de Oliveira. Secretário: David de Paula Vieira. **ORDEM DO DIA:** a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025; b) Deliberar sobre destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2025 e dividendos; c) Eleição da Diretoria; d) Fixar remuneração dos administradores; e) Outros assuntos pertinentes à Assembleia Geral Ordinária. Após leitura ata do administradores, passaram a deliberar em assembleias as ordens do dia: **I - DELIBERAÇÃO NA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:** Aprovam os acionistas por unanimidade: a) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em especial ao Demonstrativo do Fluxo de caixa com seus respectivos resultados; b) Destinação do resultado do exercício proposto pela Diretoria da seguinte forma: **1. Distribuição de Lucros:** Distribuição de lucros aos acionistas da Companhia, utilizando-se parte do saldo existente na conta de lucros acumulados, conforme autorizado e previsto na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de dezembro de 2025. Os acionistas consignam que a referida distribuição possui natureza de lucros/dividendos, sendo realizada na forma da legislação societária e tributária vigente, sem incidência da retenção de 10% (dez por cento) de imposto de renda na fonte, nos termos aplicáveis à distribuição de lucros acumulados apurados em exercícios anteriores. O montante total da distribuição ora aprovada corresponde a **R\$ 2.400.000,00 (Dois milhões e quatrocentos mil reais)**, que será pago aos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, em até [30] dias da presente data, ou em outra data a ser definida pela Diretoria. **2. Destinação dos Dividendos Obrigatórios do Exercício Corrente:** Foi ainda aprovado que o percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social corrente, previsto no Estatuto Social da Companhia, não será objeto da presente distribuição, sendo integralmente destinado e transferido para a conta de lucros acumulados da Companhia, permanecendo à disposição para deliberação futura dos acionistas, observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis. C- Foram eleitas para o mandato o mandato de **01 de maio de 2026 a 30 de abril de 2029**, os efetivos membros da diretoria executiva: **PRESIDENTE: ANDRÉIA GUEDES DE OLIVEIRA**, brasileira, natural de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro- RJ, nascida em 15/07/1969, divorciada, empresária, portadora da carteira de identidade n.º **074108804 IPF/RJ**, inscrita no CPF sob o n.º **121.879.908-00**. **VICE-PRESIDENTE: JUSSARA GUEDES DE OLIVEIRA**, brasileira, natural de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro - RJ, nascida em 02/02/1973, divorciada, empresária, portadora da carteira de identidade n.º **09297336-1**, expedida pelo IPF - RJ, inscrito no CPF sob o n.º **021.160.327-92**. **DIRETORA PATRIMONIAL: ADRIANA GUEDES DE OLIVEIRA**, brasileira, natural de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro - RJ, nascida em 02/10/1966, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, empresária, portadora da carteira de identidade nº **07134319-8** expedida pela IPF/RJ, inscrito no CPF-MF sob o nº **899.269.357-53**. C-1 - **As eleitas declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidas de exercer a administração da sociedade, nos termos da legislação aplicável, e tomam posse nesta data mediante assinatura do respectivo termo.** c) Fixar em **R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais)** mensais de honorários para cada membro da diretoria a partir de **01/05/2026**. d) Outros assuntos pertinentes a assembleia geral ordinária. Nada mais havendo a tratar foi a sessão suspensa pelo tempo necessário a lavratura desta ata que após lida e aprovada foi assinada por todos os presentes da AGO. Volta Redonda, 30 de abril de 2026. JUCERJA SOB O N. 00007773624 EM 15/05/2026 – **ANDREIA GUEDES DE OLIVEIRA** - PRESIDENTE.

São Martinho (SMTO3): resultado do 4T26, eficiência e perspectivas

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o resultado do 4T26 da São Martinho com Fernando Marx, trader e analista do fundo TC Cosmos.

Qual a sua avaliação sobre o resultado do 4T26 da São Martinho?

A São Martinho teve um resultado bastante forte, mas ele não foi uma novidade frente ao que o mercado esperava. Isso porque a companhia teve uma estratégia muito eficiente em termos de resultado, quando ela estocou mais etanol no 3T26 (equivalente ao 4T25 da maioria das empresas) para vendê-lo no 4T26 (equivalente ao 1T26 da maioria das empresas). A São Martinho fez isso, pois acreditou que o preço do etanol seria maior no 4T26 por conta da sazonalidade. Como a companhia vendeu mais neste trimestre com um valor mais alto, isso fez com que ela, naturalmente, tivesse um resultado muito forte.

Um ponto muito importante é que, como toda empresa de commodity, a São Martinho não consegue controlar o preço da commodity. Independente do açúcar estar custando US\$ 15 ou US\$ 20, a São Martinho tem que ter um custo muito baixo, sendo que ela faz isso muito bem. Por exemplo, a produtividade subiu 10% em relação à última safra. O que atrapalha é que o açúcar está, praticamente, no low dos últimos anos.

O etanol melhorou um pouco, mas ainda segue muito pressionado, pois, apesar do petróleo estar mais alto, a gasolina não subiu de forma equivalente no Brasil, já que a Petrobras está segurando 60% da defasagem, e o governo ainda está dando um subsídio para a gasolina. Eu resalto esse ponto, pois, pela paridade, o preço do etanol acompanha o preço da gasolina. Contudo, por mais que a São Martinho não esteja tendo o vento a favor do petróleo mais alto, ela está fazendo muito bem a sua parte e tendo um forte resultado.

Como você tem visto o desempenho da São Martinho?

A São Martinho possui dois pares na Bolsa, a Raízen e a Jalles, sendo que uma pediu recuperação judicial e a outra está alavancadíssima, com uma estrutura de capital muito perigosa. Cabe destacar que se esse ciclo durar mais tempo, a Jalles estará encerrada. A São Martinho, pelo contrário, possui uma alavancagem de 1,4x o Ebitda, mesmo depois de 2, 3 anos de ciclo ruim. É por isso que a companhia está muito bem quando comparada aos seus pares.

Quanto ao price action, ninguém que tem São Martinho está feliz, mas ela caiu bem menos do que os seus

pares. Provavelmente, quando o ciclo melhorar, ela também vai subir mais do que os seus pares, pois enquanto a Raízen estiver em recuperação judicial, e a Jalles estiver pagando dívida para desalavancar, a São Martinho vai estar gerando caixa puro.

O que a São Martinho fez que a Raízen e a Jalles não fizeram?

Não é de hoje que a São Martinho é a melhor do setor, pois além de ser a mais eficiente, ela possui disciplina de capital. A Raízen inventou produtos novos, gastou muito e expandiu mais do que deveria quando o ciclo estava forte, o que fez com que ela criasse dívida. Quando está tudo bem, isso não parece ruim, mas quando as coisas ficam mal, isso vira um grande problema.

Em paralelo, a São Martinho foi mais pé no chão. Por mais que o ciclo estivesse muito forte anos atrás, ela optou por se manter constante e não acelerar demais. No caso da Jalles, a empresa não é ruim, mas ela possui uma estrutura de capital pesada, o que faz com que todo o seu resultado operacional seja direcionado para o pagamento de dívidas. Isso quando ela consegue pagar tudo.

Essas diferenças fazem com que a São Martinho navegue bem mesmo em um ambiente adverso. Por exemplo, a companhia gerou R\$ 700 milhões em fluxo de caixa livre no 4T25.

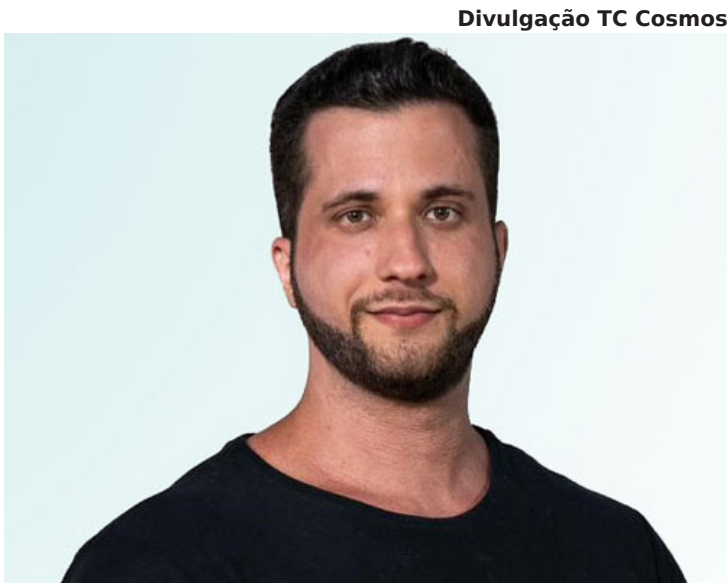
Mudando rapidamente o foco da entrevista, na sua visão, a Raízen sai da recuperação judicial?

Pode sair, mas a situação é muito ruim. Por exemplo, no ano passado, a Raízen vendeu a Usina Santa Elisa por R\$ 1 bilhão, sendo que assim que esse dinheiro entrou no caixa, ele já foi consumido pelo pagamento das dívidas. Outro exemplo: a Raízen vai fazer a diluição de 80% dos bondholders, convertendo dívida em ações, mas mesmo assim a sua alavancagem vai continuar alta. A situação da Raízen é tão ruim que mesmo após essa reestruturação, que vai fazer com que entre muito dinheiro no seu caixa, ela vai continuar mais alavancada do que a Jalles.

Se o açúcar for para US\$ 25, a situação poderia melhorar muito rápido, mas ele está em US\$ 15 e, francamente, é improvável que suba, já que estamos passando por um low do ciclo de açúcar, com mais oferta do que demanda.

Qual a sua avaliação sobre o endividamento da São Martinho?

Como disse, o endividamento da São Martinho é baixo. Ele pode subir um pouco no 1T27, mas vai continuar muito baixo. Por exemplo, mesmo que os preços do açúcar e do etanol não subam, a São Martinho não vai aumentar a



Fernando Marx

sua alavancagem investindo R\$ 800 milhões na expansão do etanol de milho.

Qual a sua avaliação sobre o desempenho das ações da São Martinho?

Muitos investidores podem ter dificuldades para entender o desempenho da ação da São Martinho nos últimos anos. Ele vê que a ação caiu 50%, 60%, e logo pensa que a empresa é horrível, mas quando houver um bom ciclo, o mercado vai avaliar a São Martinho mais caro.

Em 2022, quando houve um high do ciclo de açúcar, que foi a quase US\$ 30, a São Martinho chegou a bater R\$ 50, mas hoje o açúcar vale a metade, o que faz com que a margem da empresa vá para o espaço. A Tailândia e a Índia são os maiores produtores de açúcar depois do Brasil, mas nenhum dos produtores desses países está conseguindo gerar caixa com açúcar. Aqui, a São Martinho consegue, apesar dos seus pares na Bolsa não conseguirem.

O ponto é que a tese da São Martinho foi reprecificada. O que podemos avaliar é se há exageros ou não. Por exemplo, mesmo em um low de ciclo, eu acho que o preço da São Martinho está exageradamente baixo. Isso porque a empresa está valendo R\$ 5,7 bilhões, mas apenas as suas terras, avaliadas há três anos, valem R\$ 6,5 bilhões.

Se considerarmos a dívida da São Martinho, o seu EV está em R\$ 13 bilhões, mas se somarmos as terras, o ativo biológico, que soma R\$ 4 bilhões, R\$ 5 bilhões, e um depósito judicial de mais de R\$ 2 bilhões referente a uma disputa judicial sobre um Imposto de Renda que foi cobrado sobre o recebimento de precatórios, que é uma questão muito importante, mas que é pouco mencionada, a São Martinho tem um valor muito maior do que o seu EV.

Isso tudo prova que a empresa está valendo pouco, sendo que ela não está passando por uma dificuldade financeira. Pelo contrário. A São Martinho navega bem mesmo em um momento ruim.

A queda dos últimos anos da ação foi justa, mas, no cenário atual, o preço da São Martinho é uma barganha. O que o investidor precisa ter é paciência, pois é difícil cravar quando vai acontecer a virada de ciclo, mas quando isso

acontecer, a São Martinho vai estar ultrapreparada.

Por exemplo, para 2027, como a São Martinho vai estar com a planta de etanol de milho dobrada sem precisar gastar R\$ 800 milhões na sua expansão, já que o investimento já vai ter sido concluído, isso vai fazer com que ela gere muito caixa. Com isso, a ação da São Martinho pode ir, tranquilamente, a mais de R\$ 40.

Qual a sua avaliação sobre o payout e o dividend yield pago pela São Martinho?

A São Martinho paga o dividendo mínimo de 25% do lucro ou 40% do lucro líquido caixa, cabendo à companhia escolher o que ela prefere distribuir. Um ponto importante é que a São Martinho costuma recomprar ações. Na minha opinião, eu acho mais interessante ela fazer isso do que pagar dividendos, pois quando ela recompra e cancela ações, ela aumenta a posição dos seus investidores. Apenas em 2026, a São Martinho já recomprou R\$ 100 milhões em ações, cerca de 2% da empresa.

As ações da São Martinho são para que tipo de investidor?

O buy and hold não é para qualquer tipo de ação ou para qualquer tipo de investidor. Se você me perguntar se há risco em comprar São Martinho para carregar por 20 anos, eu vou lhe dizer que o risco é muito menor do que comprar varejo ou construção civil, já que você está comprando as melhores terras do Brasil, que valorizam todos os anos. Enquanto isso, a empresa está rodando e gerando caixa. Nesse sentido, a ação da São Martinho é para o investidor de longo prazo.

Particularmente, eu não gosto de falar em longo prazo, pois isso funciona muito no Brasil para utilities, que repassa IPCA mais algumas coisas, e bancos, que possuem um carregamento muito grande de juros, mas a São Martinho possui o carregamento das suas terras no seu preço. Eu tenho certeza que os maiores acionistas da companhia não estão preocupados com o preço do açúcar no mês que vem.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/sao-martinho-smto3-resultado-do-4t26-eficiencia-e-perspectivas

CARIOCA CHRISTIANI-NIELSEN ENGENHARIA S.A. CNPJ/MF Nº 40.450.769/0001-26 - NIRE 33300032614 Ata das AGO/E. 1. Data, hora e local: Em 30/04/26, às 10h, na sede social, na Rua do Parque, nº 31, São Cristóvão/RJ. 2. Presença: Convocação dispensada, em face da presença da acionista da Cia. representando 100% do capital social, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, conforme lista de Presença de Acionista (Doc. 01). Presentes, ainda, os Diretores da Cia. abaixo designados; e Mário Vieira Lopes, representante da BKR - Lopes Machado Auditores, auditor independente da Cia. 3. Mesa: Presidente: Daniel Rizzotti de Oliveira; Secretário: Fábio Medeiros Junqueira Meirelles. 4. Ordem do dia e Deliberações: Por unanimidade de votos, observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações: 4.1. Em AGO: 4.1.1. Aprovar, sem ressalvas, as contas dos administradores e as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31/12/25, com o parecer sem ressalva dos auditores independentes publicadas em 27/04/26 no Jornal Monitor Mercantil (Doc. 02). 4.1.2. Aprovar a seguinte destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/25: (i) 5%, equivalente a R\$ 57.758,49 para a formação da reserva legal; e (ii) R\$ 1.097.411,28 para formação da reserva de investimentos da Cia. 4.1.3. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria para o exercício social de 2026 em até R\$ 4.600.000,00. 4.1.4. Consignar em ata a apresentação conduzida pela Área de Compliance, destacando os trabalhos realizados tanto pela própria Área quanto pelo Comitê de Ética ao longo do ano de 2025. Durante a apresentação, os representantes da Acionista elogiaram os esforços empreendidos, bem como as medidas de aprimoramento implementadas durante o período. Enfatizaram, também, a relevância do contínuo fortalecimento do Sistema de Gestão Antissuborno Compliance Concorrencial, ressaltando que este é um ponto prioritário para a Cia. e seus acionistas. 4.2. Em AGE: 4.2.1. Aprovar o aumento do capital social em R\$ 20.075.000,00, passando dos atuais R\$ 190.546.238,27 para R\$ 210.621.238,27, com a emissão de 64.758.065 ações, sendo 38.678.458 ordinárias e 26.079.607 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,31 por ação, fixado de acordo com os parâmetros do art. 170, §1º, II, da Lei nº 6.404/76, sendo o valor total da emissão integralmente destinado à conta de capital social. As ações deverão ser integralizadas à vista, no ato da subscrição, em créditos ou moeda corrente nacional. 4.2.2. Aprovar a subscrição da totalidade das ações assim emitidas pela acionista Santo Avito Participações S.A., que subscreveu as 64.758.065 ações, sendo 38.678.458 ordinárias e 26.079.607 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,31 por ação, fixado de acordo com os parâmetros do art. 170, §1º, II, da Lei nº 6.404/76, perfazendo o preço total de subscrição de R\$ 20.075.000,00, tendo a totalidade das ações subscritas sido integralizadas no ato, pela referida subscritora, mediante o aproveitamento de créditos, nesse mesmo montante, detidos pela subscritora contra a Cia., tudo na forma do Boletim de Subscrição que, autenticados pela Mesa, ficam arquivados na sede da Cia. (Doc. 03). 4.2.3. Considerar realizado o aumento de capital e alterar o capít do art. 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: “<i>Art. 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 210.621.238,27, dividido em 709.297.749 ações, sendo 423.646.737 ordinárias e 285.651.012 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.</i>” 4.2.4. Aprovar a consolidação da nova redação do Estatuto Social, incorporando a alteração acima aprovada, o qual passará a vigorar conforme anexo (Doc. 04). 5. Encerramento: Após lavrada, lida e aprovada esta ata, que vai assinada pelos presentes. 6. Assinaturas: Presidente: Daniel Rizzotti de Oliveira; Secretário: Fábio Medeiros Junqueira Meirelles. Acionista: Santo Avito Participações S.A., por seus diretores Ricardo Pernambuco Backheuser Junior e Eduardo Backheuser. Representante do auditor independente da Cia., BKR - Lopes Machado Auditores: Mário Vieira Lopes. Confere com o original lavrado em livro próprio. RJ, 30/04/26. Daniel Rizzotti de Oliveira - Presidente; Fábio Medeiros Junqueira Meirelles - Secretário. Estatuto social consolidado na AGE realizada em 30/04/26: Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Art. 1º - A Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável. Art. 2º - A Cia. terá sede e foro na Cidade do RJ, Estado do RJ, podendo criar ou extinguir filiais, agências, depósitos, escritórios, representações e dependências similares em qualquer parte do território nacional ou no exterior, mediante deliberação da Diretoria. Art. 3º - A Cia. tem por objeto social: (i) a execução de serviços de engenharia civil, diretamente ou através de terceiros, incluindo, mas não se limitando a, serviços de terraplenagem, de pavimentação, de saneamento, de irrigação, de construção civil, inclusive o planejamento, a organização e incorporação de empreendimentos imobiliários, de instalações, de montagens industriais e mecânicas, bem como a construção de oleodutos e gasodutos, obras ferroviárias, portuárias e aeroportuárias, serviços de dragagem e demais atividades de engenharia subaquática e a compra e venda de materiais ou equipamentos necessários a tais serviços. (ii) a atuação como armadora de embarcações utilizadas na prestação de seus serviços, inclusive dragas, flutuantes e chatas; (iii) a exploração de serviços de transporte coletivo de passageiros por ônibus; (iv) exploração, direta ou indiretamente, de concessões de obras e serviços públicos, inclusive através de parceria público-privadas, especialmente aqueles voltados à operação de estradas de rodagem, infra-estruturas ferroviárias e metrorviárias, saneamento urbano e coleatas de lixo; (v) a atuação em consórcios, “joint-ventures” ou sociedades em conta de participação, com empresas congêneres ou não, visando participação associativa em licitações e execução de serviços de engenharia em geral; (vi) participação em quaisquer outras sociedades comerciais ou civis, como sócia ou quotista; (vii) exploração de atividades agrícolas e pastoris, com a comercialização dos produtos oriundos dessas atividades; e (viii) prestação de serviços de navegação de apoio portuário e marítimo e de navegação de cabotagem. § único - A gerência técnica da Cia. será exercida por engenheiro(s) designado(s) pela Assembleia Geral, devidamente registrado(s) junto ao(s) Conselho(s) Regional(is) de Engenharia competente(s). Art. 4º - O prazo de duração da Cia. é indeterminado. Capítulo II - Capital Social e Ações: Art. 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 210.621.238,27, dividido em 709.297.749 ações, sendo 423.646.737 ordinárias e 285.651.012 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. §1º - Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. §2º - As ações preferenciais não terão direito de voto e terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução ou liquidação, participando no rateio do dividendo em igualdade de condições com as ações ordinárias, como determina o art. 17 da Lei 6.404/76. §3º - Os aumentos de capital por subscrição poderão compreender apenas ações ordinárias, ou ações preferenciais, ou, ainda, ações ordinárias e preferenciais, sem guardar proporção com as ações ordinárias, devendo as ações serem emitidas por seu valor patrimonial à época, respeitado o limite estabelecido no art. 15, §2º, da Lei 6.404/76. Capítulo III - Administração da Cia.: Art. 6º - A Cia. será administrada por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto. Art. 7º - A Diretoria da Cia. será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 5 membros, sendo 1 Diretor Geral e até 4 Diretores sem designação específica, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, com as atribuições estabelecidas neste Estatuto e outras que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral, pela Diretoria ou pelo Diretor Geral. §1º - O mandato dos Diretores será de 3 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato automaticamente prorrogado até a eleição e posse dos respectivos substitutos. §2º - Os Diretores serão investidos nos seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, dentro dos 30 dias que se seguirem a sua eleição. Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, sendo dispensadas quaisquer outras formalidades. §3º - Em suas ausências temporárias ou impedimentos eventuais, cada Diretor será substituído por quem for indicado, por escrito, pela Diretoria. §4º - Compete à Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. §5º - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em seu montante individual ou global, sendo que, em caso de ser fixado montante global, a distribuição interna será feita pela Diretoria, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. §6º - A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores participação no lucro da Cia., observadas as limitações legais aplicáveis. §7º - Ocorrendo vacância de cargo de Diretor caberá à Assembleia Geral eleger o novo Diretor, fixando o prazo da gestão. Art. 8º - A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios da Cia., de acordo com as suas atribuições e sujeito ao disposto na lei e neste Estatuto. §1º - A Diretoria poderá indicar para os acionistas profissionais com o perfil e currículo compatíveis para o exercício do cargo de Compliance Officer. A eleição e destituição do Compliance Officer será realizada somente pelos acionistas, reunidos ou não em Assembleia Geral. §2º - A prática dos seguintes atos pela Cia., ou autorização para sua prática por qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Cia., depende de prévia e expressa aprovação, por escrito, dos acionistas representando a maioria do capital social, reunidos ou não em Assembleia Geral: (i) aprovação do planejamento compromisso anual; (ii) alienação ou oneração de qualquer bem do ativo permanente cujo valor, isoladamente ou no conjunto de operações realizadas em qualquer período de 12 meses, seja igual ou superior ao equivalente em Reais a US\$1.000.000,00, exceto no caso de caução ou garantia exigida da Cia. ou qualquer de suas controladas pelo Poder Concedente para participação em concorrência, licitações e procedimentos afins, <i>performance bond, down payment</i> e desconto de duplicatas, cuja prática não depende de prévia aprovação; (iii) aprovação ou desvio da política salarial e de participação nos lucros de funcionários e/ou administradores; (iv) aprovação de qualquer promoção de executivos e de funcionários cujos salários mensais excedam, individualmente, ao equivalente em Reais a US\$ 10.000,00 por mês; (v) aquisição de bens, móveis ou imóveis, cujo valor exceda individualmente ao equivalente em Reais a US\$1.000.000,00 ou a US\$6.000.000,00 no conjunto de operações análogas realizadas dentro de qualquer período de 12 meses; (vi) concessão de empréstimo em montante superior ao equivalente em Reais a US\$5.000,00 por funcionário ou administrador, ou em montante que faça com que o total de empréstimos pendentes, no conjunto ou por pessoa, ultrapasse o equivalente em Reais a US\$50.000,00; (vii) contratação de empréstimo, financiamento e/ou operação de endividamento, de qualquer natureza, em montante que faça com que o valor acumulado do endividamento da Cia. exceda a 5% do patrimônio líquido da Cia., conforme último balanço então aprovado, exceto no caso de caução ou garantia exigida da Cia. ou qualquer de suas controladas pelo Poder Concedente para participação em concorrência, licitações e procedimentos afins, <i>performance bond, down payment</i> e desconto de duplicatas, cuja prática não depende de prévia aprovação; (viii) concessão de garantia, salvo no caso de garantias concedidas a funcionários em contratos de locação de imóveis e desde que tais garantias não envolvam valores totais superiores ao equivalente em Reais a US\$10.000,00, exceto no caso de caução ou garantia exigida da Cia. ou qualquer de suas controladas pelo Poder Concedente para participação em concorrência, licitações e procedimentos afins, <i>performance bond, down payment</i> e desconto de duplicatas; (ix) aquisição, alienação ou oneração, inclusive mediante licenciamento, a qualquer título, de bens objeto de propriedade intelectual e/ou outros ativos intangíveis; (x) realização de qualquer negócio com acionistas e/ou pessoas ligadas a acionistas e/ou administrador, assim consideradas aquelas definidas como tal pela legislação do IR; (xi) caução ou qualquer outra forma de oneração de ações da Cia. e/ou de sociedade direta ou indiretamente controlada; (xii) liquidação, dissolução e/ou pedido de falência da Cia. e/ou de sociedade direta ou indiretamente controlada; (xiii) abertura de capital; e (xiv) alienação ou oneração, ou aprovação da alienação ou da oneração, no caso de suas controladas, de ações ou participações societárias detidas pela Cia. ou por qualquer de suas controladas. Art. 9º - A Diretoria se reunirá preferencialmente na sede social, com a presença da maioria de seus membros, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, sendo as suas deliberações tomadas por maioria de votos e lavradas em livro próprio. Art. 10º - Ressalvada a hipótese prevista no item (vii) do art. 12º, todos os atos que criem obrigações para a Cia. ou desonerem terceiros de obrigações para com a Cia. deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a Cia., ser praticados por escrito, mediante documentos assinados: (i) por 2 Diretores em conjunto; (ii) por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou por (iii) 2 procuradores com poderes especiais e específicos. Art. 11º - Ressalvada a hipótese prevista no item (vii) do art. 12º, as procurações outorgadas pela Cia. serão sempre assinadas: (i) por 2 Diretores em conjunto; (ii) por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, devendo conter descrição pormenorizada dos poderes outorgados e terão prazo determinado de duração, limitado a 1 ano, exceto as procurações outorgadas para fins judiciais, que poderão ser por prazo indeterminado. Art. 12º - A Cia. poderá ser representada por apenas 1 Diretor ou por 1 procurador, nas seguintes circunstâncias: (i) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (ii) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Cia.; (iii) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; (iv) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Cia.; (v) na representação da Cia. nas Assembleias Gerais de sociedades em que tenha participação acionária, obedecido o voto e as orientações estabelecidas pelos acionistas; (vi) na representação da Cia. em juízo; e (vii) excepcionalmente, em qualquer outro ato, inclusive outorga de mandatos, desde que haja autorização expressa da Diretoria, mediante ata de reunião assinada por todos os Diretores. Capítulo IV - Assembleia Geral: Art. 13º - A Assembleia Geral, com as funções e atribuições previstas em lei e pelo presente Estatuto, reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para os fins previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas. §1º - A Assembleia Geral, convocada nos termos da lei e deste Estatuto, será presidida por um representante dos acionistas, ou por outra pessoa que seja escolhida pelos acionistas presentes, sendo o secretário designado pelo presidente da Assembleia. §2º - Será dispensada convocação prévia para aquelas Assembleias às quais comparecerem todos os acionistas. §3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do §1º do art. 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato serem depositados na sede social, com antecedência mínima de 3 dias da data marcada para a Assembleia Geral. Art. 14º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. Capítulo V - Área de Compliance: Art. 15º - A Área de Compliance, composta por um Compliance Officer, eleito e destituível pelos acionistas, e por uma equipe de profissionais capacitados e habilitados a desenvolverem seus trabalhos, deve zelar pela implantação e constante aprimoramento do SGACC, contando com o apoio de um Comitê de Ética. § Único - De modo a assegurar o resultado de seus trabalhos, a Área de Compliance foi criada como uma estrutura independente, traduzindo-se essa independência nos seguintes aspectos: <i>(i)</i> reporta-se diretamente aos acionistas, não estando subordinada a empregado ou diretor da Carioca; <i>(ii)</i> é dotada da autonomia e responsabilidade necessárias para o concreto desempenho das suas funções; <i>(iii)</i> tem acesso a qualquer colaborador da Carioca, devendo obter deste a necessária cooperação, bem como a quaisquer registros, informações e documentos que se mostrem necessários para o desenvolvimento das suas atividades; <i>(iv)</i> tem o direito de promover verificações de conformidade <i>in situ</i> em qualquer filial ou obra da Carioca; <i>(v)</i> tem o dever de investigar denúncias de não conformidades legais ou infrações ao SGACC, bem como centralizar as informações e reportar as autoridades competentes, em caso de necessidade. Capítulo VI - Conselho Fiscal: Art. 16º - O Conselho Fiscal da Cia., com as funções fixadas em lei, será composto de 3 ou 5 membros efetivos e 3 ou 5 suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. §1º - O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que sua instalação for solicitada por acionistas que representem, no mínimo, 0,1 das ações com direito a voto, ou 5% das ações sem direito a voto, e cada período de funcionamento terminará na primeira AGO subsequente. §2º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. §3º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. Capítulo VI - Exercício Social e Lucros: Art. 17º - O exercício social termina no dia 31 de dezembro de cada ano Ao final de cada exercício social, serão levantadas pela Diretoria, as DFs. previstas em lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. Art. 18º - Do lucro líquido do exercício remanescente depois de deduzidas as participações que forem atribuídas aos administradores, na forma do art. 7º, §6º deste Estatuto, 5% serão destinados à reserva legal até que atingidos os limites legais. Do saldo (a) 25%, serão destinados ao pagamento de dividendo obrigatório; e (b) até 75% serão destinados à Reserva de Investimento para financiar a expansão das atividades da Cia., salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, será distribuído aos acionistas como dividendo complementar. §1º - A Cia. poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, sendo facultado à Diretoria declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais. §2º - Os dividendos poderão ser pagos em moeda corrente ou bens e no prazo de lei. §3º - A Cia. poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e nos limites da legislação aplicável. §4º - Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser computados, por seu valor líquido total ou parcial, para satisfação do dividendo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos, devendo ser, nesse caso, creditados como antecipação de dividendos. Capítulo VII - Liquidação: Art. 19º - A Cia. somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação dos acionistas ou nos demais casos previstos em lei. §1º - Caberá à Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. §2º - A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal para o período de liquidação. RJ, 30/04/26. Daniel Rizzotti de Oliveira - Presidente; Fábio Medeiros Junqueira Meirelles - Secretário. JUCERJA em 26/05/26 sob o número 7796066. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.
--

Bradesco Saúde lança o plano Regional Noroeste Paulista

Foco: e médias empresas em cerca de 20 cidades

A Bradesco Saúde lança o Bradesco Saúde Regional Noroeste Paulista (NOSP), plano desenhado para atender às empresas da região que buscam equilíbrio entre assistência de alta qualidade e custos acessíveis para o cuidado de seus funcionários. O produto é voltado principalmente a pequenas e médias empresas, de 3 a 199 vidas, incluídas no segmento SPG, mas também está disponível para o segmento Empresarial (acima de 200 vidas).

A abrangência do Bradesco Saúde Regional Noroeste Paulista compreende cerca de 20 municípios, com destaque para Bauru e Marília, além de cidades como Lençóis Paulista e Agudos. Para atender à demanda local, o novo produto conta com prestadores hospitalares de relevância na região, entre eles o novo Hospital Santa Lúcia Bauru. A rede também inclui prestadores ambulatoriais relevantes, como o Labormed, o Laboratório Biolab e o CDM Marília.

“O lançamento faz parte do movimento de expansão e diversificação de portfólio da Bradesco Saúde, com foco em produtos com olhar regional. Essa estratégia envolve oferecer uma rede com hospitais reconhecidos na região pela qualidade, além de preço competitivo, para podermos atender às necessidades de empresas dos mais variados perfis, sobretudo o segmento PME (Pequenas e Médias Empresas)”, destaca Flávio Bitter, diretor-geral da Bradesco Saúde.

A região Noroeste do

Estado de São Paulo se destaca por sua força econômica e elevada qualidade de vida das suas cidades. Bauru, com uma população de mais de 390 mil habitantes (estimativa IBGE 2025), tem IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,801, conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e mais de 74 mil empresas ativas, de acordo com o Sebrae.

Já Marília, com mais 247 mil moradores, possui IDH 0,798 e mais de 47 mil empresas ativas, segundo as mesmas fontes. Os micro, pequenos e médios negócios possuem participação relevante na economia local, respondendo por 53,1% dos trabalhadores empregados por empresas em Bauru e por 63,6% em Marília, pelos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia, compilados pelo Sebrae.

O Bradesco Saúde Regional Noroeste Paulista oferece segmentação assistencial (ambulatorial + hospitalar com obstetrícia), que compreende cobertura para urgência e emergência, consultas, exames, terapias, internação e cirurgias, inclusive parto, e modalidades de acomodação em quarto individual ou em enfermaria.

Para garantir a sustentabilidade do modelo e mensalidades mais acessíveis, o produto adota a coparticipação obrigatória para o segmento SPG (30% nos grupos de procedimentos). Já para o segmento Empresarial (empresas a partir de 200 pessoas), a coparticipa-

ção é opcional e negociável.

Caso o beneficiário faça viagens nacionais a trabalho ou a lazer, também é possível contar com: Seguro Viagem Bradesco: cobertura de até R\$ 60 mil para despesas médicas em viagens nacionais, com até quatro acionamentos anuais (mesmo padrão de excelência aplicado em outras capitais). E cobertura adicional para atendimento fora da abrangência geográfica: exclusivamente nos casos de urgência e emergência, beneficiários do plano Regional Noroeste Paulista podem contar com atendimento em hospitais parceiros, localizados em diversos municípios do território nacional.

Outros destaques: reembolso específico para o segmento SPG e sob avaliação para o segmento empresarial; Psicologia Online - acesso facilitado a psicólogos da Conexa Psicologia Viva pelo app e pela área exclusiva do site Bradesco Saúde; Saúde Digital: Telemedicina pelo app 24h por dia e consultas agendadas com profissionais de diversas especialidades; Clube+Saúde - descontos e cashback em produtos e serviços de saúde e bem-estar, como farmácias, academias, alimentação e suplementos; possibilidade de contratação simultânea: plano de saúde + plano odontológico; serviço adicional: na cidade de São Paulo, o produto ainda oferece, como cobertura adicional, acesso ao Hospital Alemão Oswaldo Cruz (HAOC), para atendimentos selecionados.

Aconseg-RJ elege diretoria para o biênio 2026-2028

Em assembleia realizada na sede da Aconseg-RJ nesta terça-feira (26), foram aprovadas, por unanimidade, as contas do biênio 2024/2026 e eleita a nova diretoria através de chapa única apresentada para o biênio 2026/2028. Assembleia dos associados renovou o mandato da diretoria para 2026/2028.

A nova diretoria eleita para o biênio 2026/2028 é composta por: Presidente: Luiz

Philipe Baeta Neves/Baeta; 1º Secretário: César Augusto Braga/CDS; 2º Secretário: Gilberto Villela/Plataforma; 1º Tesoureiro: Joffre Nolasco Pinto Filho/Rapport e 2ª Tesoureira: Jaqueline Duarte dos Santos Rocha/Nova Fortaleza. Ao assumir seu quarto mandato à frente da Aconseg-RJ, Luiz Philipe Baeta Neves, afirmou “sentir-se honrado pela confiança depositada pelos associados

CVG-RJ recebe Tokio Marine para um café da manhã

O Clube Vida em Grupo do Rio de Janeiro (CVG-RJ) realizará em sua sede no Centro do Rio, no próximo dia 2 de junho, um café da manhã exclusivo com a Tokio Marine Seguradora. O encontro tratará sobre

um dos temas mais relevantes da atualidade: a longevidade e a importância da proteção financeira.

A palestrante será Rosângela Spak, superintendente Comercial Vida da Tokio Marine, que abordará os desafios, oportunidades e tendências do segmen-

to Vida diante do aumento da expectativa de vida da população brasileira. O objetivo é ampliar o debate sobre o papel do corretor na conscientização dos clientes sobre planejamento financeiro, proteção familiar e qualidade de vida no longo prazo.

Seguro auto recua em abril nas principais capitais do país

Rio de Janeiro destoa com alta nos preços

Os preços médios do seguro auto registraram queda em abril nas principais capitais brasileiras, segundo levantamento da Creditas Seguros, parte da principal plataforma de crédito com garantia da América Latina. O movimento foi observado tanto no perfil masculino quanto no feminino, com exceção do Rio de Janeiro, única capital a apresentar alta nos dois recortes analisados (4% no perfil masculino e 19% no feminino).

Para os homens, o valor médio das apólices caiu de R\$ 2.636,12 em março para R\$ 2.375,64 em abril, uma redução de 10%. Já para as mulheres, a média passou de R\$ 3.104,04 para R\$ 2.627,10 no período, representando queda de 15%.

O estudo considera as cotações nas onze capitais brasileiras de maior representatividade no mercado automotivo (segundo ranking da Fenabrave) e analisa os dez modelos de veículos mais vendidos em cada período.

Para Michel Tanam, gerente da Credits Seguros, este é um momento favorável para o consumidor buscar novas cotações. “Os dados de abril mostram um movimento mais favorável para o consumidor, com redução nos preços médios em grande parte das capitais analisadas. Ao mesmo tempo, o comportamento do Rio de Janeiro reforça como fatores regionais impactam diretamente o valor do seguro auto. Por isso, comparar cotações e revisar periodicamente a apólice faz diferença para encontrar condições mais competitivas em cada perfil e localidade”, esclarece o executivo.

Destques

Durante o mês, os dois modelos da BYD, Dolphin e Mini EV 5 Automático (R\$

3.219,03 para homens e R\$ 3.931,93 para as mulheres) e Song Pro (R\$ 3.026,03 para homens e R\$ 3.930,04 para mulheres), se destacaram como os veículos com os maiores valores médios de apólice nacional para ambos os perfis. Em contraste, o Novo HB20 Comfort 1.0 12V Flex Manual registrou os menores preços médios (R\$ 1.739,84 para homens e R\$ 1.914,27 para mulheres). Entre as capitais, o Rio de Janeiro manteve os valores médios mais altos para ambos os gêneros (R\$ 4.101,05 para homens e R\$ 4.678,35 para mulheres). Para o perfil masculino, as demais capitais com os maiores preços de abril foram: São Paulo (SP): R\$ 2.309,54; Recife (PE): R\$ 2.293,46; Goiânia (GO): R\$ 2.292,62; e Salvador (BA): R\$ 2.287,38.

Já as mais baratas em abril foram: Belo Horizonte (MG): R\$ 2.129,52; Curitiba (PR): R\$ 2.110,88; Florianópolis (SC): R\$ 2.067,28; e Brasília (DF): R\$ 2.014,74.

Para o perfil feminino, as capitais com maiores valores médios, além do Rio de Janeiro, foram: Recife (PE): R\$ 2.639,30; Salvador (BA): R\$ 2.613,13; Porto Alegre (RS): R\$ 2.521,65; Goiânia (GO): R\$ 2.480,54.

Já os valores mais acessíveis foram: Curitiba (PR): R\$ 2.318,35; Florianópolis (SC): R\$ 2.295,67; Belo Horizonte (MG): R\$ 2.285,52; e Brasília (DF): R\$ 2.267,36.

Maiores variações

- Novo Polo Comfortline
TSI 1.0 Flex Aut.: O seguro do veículo registrou preço médio de R\$ 2.088,19 em abril para o gênero masculino, uma queda de 14,23% frente os R\$ 2.434,74 observados em março. Para o perfil feminino, o preço médio ficou em R\$ 2.199,97 em abril, uma queda de 20,48% frente aos R\$ 2.766,50 re-

Entre as capitais, para os homens, os maiores preços foram no Rio de Janeiro (R\$ 3.386,15), Recife (R\$ 2.324,43) e Salvador (R\$ 2.028,57), enquanto para as mulheres foram no Rio de Janeiro (R\$ 3.861,57), Recife (R\$ 2.429,28) e Salvador (R\$ 2.180,18).

- BYD Song Pro GL 1.5 DM-I Híbrido Aut.: O Song Pro entrou no ranking dos mais vendidos em fevereiro e ocupa a última posição em abril. A apólice para o veículo registrou preço médio de R\$ 3.026,03 em abril para o gênero masculino. Para o perfil feminino, o preço médio foi de R\$ 3.930,04 em abril. Entre as capitais, para os homens, os maiores preços foram no Rio de Janeiro (R\$ 5.519,93), Vitória (R\$ 3.726,55) e Porto Alegre (R\$ 2.982,39), enquanto para as mulheres foram no Rio de Janeiro (R\$ 10.129,77), Vitória (R\$ 4.211,12) e Porto Alegre (R\$ 3.711,47).

- Argo 1.0 6V Flex Manual: O seguro do veículo registrou preço médio de R\$ 2.312,06 em abril para o gênero masculino, uma queda de 13,45% frente aos R\$ 2.671,22 observados em março. Para o perfil feminino, o preço médio ficou em R\$ 2.380,81 em abril, uma queda de 27,35% frente aos R\$ 3.277,30 registrados no mês anterior. Entre as capitais, para os homens, os maiores preços foram no Rio de Janeiro (R\$ 4.091,35), São Paulo (R\$ 3.148,66) e Porto Alegre (R\$ 2.334,22), enquanto para as mulheres foram no Rio de Janeiro (R\$ 3.708,39), São Paulo (R\$ 3.527,34) e Porto Alegre (R\$ 2.485,08).

5 Automático: O seguro desse veículo registrou o maior preço médio de abril para ambos os gêneros. Para o perfil masculino foi de

R\$ 3.219,03, uma queda de 17,27% frente aos R\$ 3.890,91 observados em março. Para o perfil feminino, o preço médio foi de R\$ 3.931,93 em abril, uma queda de 8,80% frente aos R\$ 4.311,27 registrados no mês anterior. Entre as capitais, para os homens, os maiores preços foram no Rio de Janeiro (R\$ 3.925,15), Vitória (R\$ 3.471,90) e Belo Horizonte (R\$ 3.469,98) enquanto para as mulheres foram no Rio de Janeiro (R\$ 5.625,97), Salvador (R\$ 4.341,08) e Recife (R\$ 4.057,49).

- Novo HB20 Comfort 1.0 12V Flex Manual: Após entrar no ranking pela primeira vez este ano, o veículo teve o menor preço médio de apólice em abril para ambos os gêneros. Para o perfil masculino, registrou R\$ 1.739,84. Para o perfil feminino, o preço médio foi de R\$ 1.914,27 em abril. Entre as capitais, para os homens, os maiores preços foram no Rio de Janeiro (R\$ 2.756,68), Curitiba (R\$ 1.813,42) e Goiânia (R\$ 1.789,66), enquanto para as mulheres também foram no Rio de Janeiro (R\$ 2.937,39), Goiânia (R\$ 1.907,46) e Salvador (R\$ 1.907,27).

Detalhes da cotação

As cotações mencionadas no texto são as de menor valor dentro dos perfis avaliados com as seguradoras.

Capitais: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Recife (PE), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Vitória (ES) e Salvador (BA).

Seguradoras: Azul, Alfa, Aliro, Allianz, Bradesco, HDI, Itaú, Ituran, Liberty, Sompó Seguros, Mapfre, Mitsui, Porto Seguro, Tokio Marine e Zurich.

Perfis: Homem e mulher,
35 anos, casado(a).

REGENERAR RIO S.A.
CNPJ/MF nº 10.319.900/0001-50 - NIRE nº 33.300.293.141
(Companhia Aberta)

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Realizada em 30 de Abril de 2026

Data, Horário e Local: 30/04/2026, às 11h, no endereço da sede social da Companhia. **Presença:** presente a única acionista representando a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas", arquivado na sede social da Companhia. **Publicações:** as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do relatório da administração e do relatório emitido pelos auditores independentes foram publicadas no Jornal "Monitor Mercantil", em suas versões impressa e digital, no dia 25/03/2026.

Mesa: Presidente: Sr. **André Pires de Oliveira Dias**; Secretário: Sr. **Yaroslav Memrava Neto**. **Deliberações:** resolveu: Em **Assembleia Geral Ordinária:** (i) aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do relatório da administração e do relatório emitido pelos auditores independentes; (ii) tendo em vista que a Companhia registrou prejuízo no exercício social encerrado em 31/12/2025, não há destinação de lucros a ser realizada; e (iii) aprovar a fixação da remuneração global dos membros da administração da Companhia, para o exercício de 2026, em até R\$ 100.000,00, a ser rateado em comum acordo. Em **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aprovar a alteração do jornal utilizado para publicação dos atos societários da Companhia, que passa a ser o "Diário Comercial", em substituição ao "Monitor Mercantil"; **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: **André Pires de Oliveira Dias**; Secretário: **Yaroslav Memrava Neto**. Acionista: **Regenera Rio Holding S.A.** (por André Pires de Oliveira Dias e Yaroslav Memrava Neto). Rio de Janeiro/RJ, 30/04/2026. **Mesa:** André Pires de Oliveira Dias - **Presidente**; Yaroslav Memrava Neto - **Secretário**. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** - Empresa: REGENERAR RIO S.A. NIRE: 333.0029314-1. Protocolo: 2026/00562031-4. Data do protocolo: 22/05/2026. Certifico o arquivamento em 26/05/2026 sob o número 00007795939. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE SÃO GONÇALO - RJ
EDITAL de 1º e 2º Leilão Eletrônico e Intimação, extraídos dos autos da Ação de DESPESAS CONDOMINIAIS, movida por CONDOMÍNIO MARQUES DE MARICÁ em face de ODILON LIMA NASCIMENTO, processo nº 0012678-19.2016.8.19-0087, na forma abaixo: A Dra. LARISSA PINHEIRO SHUELER PASCOAL, Juíza da Vara acima, FAZ SABER por este Edital com prazo de 5 dias, a todos os interessados especialmente a ODILON LIMA NASCIMENTO e ANA CRISTINA GONÇALVES SANT'ANNA, que em **09/06/26, às 11:00 hs.**, no site do leiloeiro, <https://licitatleiloes.com.br>, o Leiloeiro MARIO MILTON B. RICART, venderá de forma eletrônica (on line) conforme art. 879 inciso II do CPC, não havendo licitantes no dia **11/06/26**, no mesmo local e hora, a quem mais oferecer acima de 60% da avaliação, na forma do art. 891 § único do CPC, o imóvel registrado no 4º RGI da Comarca de São Gonçalo, matrícula nº 37.608, Rua José Mendonça de Campos, nº 187, bloco 17, apto. 201-B, avaliado as fls. 254 em 02/12/2024, por R\$ 200.000,00. Condições Gerais da Alienação: constam no Edital na íntegra, no site do leiloeiro e nos autos. Pagamentos: à vista conf. art. 892 do CPC, ou conforme fls 291/292, pagamento imediato de 30% do valor lançado, com a complementação no prazo de 3 dias acrescida de 5% ao leiloeiro e custas de 1%, ocorrendo arrematação, adjudicação ou remição. O interessado em adquirir o bem em prestações, deverá apresentar ao Juízo, por escrito, até o início do primeiro ou do segundo leilão, proposta de aquisição do bem, na forma do Artigo 895 do CPC. Caso a proposta para venda parcelada venha ocorrer após a realização dos leilões, será devida a comissão de 5% ao Leiloeiro. Para conhecimento de todos foi expedido este, outro na íntegra estará afixado no local de costume e na sede do juízo e nos autos, ficando o executado ciente da Hasta Pública, se este não for encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, suprimindo assim a exigência contida no Art. 889 inciso I do NCPC. Dado e passado nesta cidade, em 27/05/26. Eu, Flávia Siqueira da Silva de Gutierrez, Chefe de Serventia, o fiz digitar e subscreevo. (ass) Dra. LARISSA PINHEIRO SHUELER PASCOAL, Juíza de Direito.

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
CNPJ nº 02.201.501/0001-61 / NIRE nº 33.3.001.6639-4

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2026**

Lavrada em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76.

1) Data, Hora e Local: No dia 24 de abril de 2026, às 11:30 horas, foi realizada, em formato digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, e dentro do devido prazo legal, a Assembleia Geral Ordinária do BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 124, § 2º da Lei nº 6.404/76 e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 12 de junho de 2020 ("IN DREI nº 81"), com suas alterações posteriores, e, para todos os fins legais, em sua sede social na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 330 - Torre Oeste, 14º andar, CEP 20031-170. **2) Mesa:** Presidente: Eduardo Adriano Koelle; Secretário: Rodrigo Bovo Peres

3) Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia, em razão da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **4) Publicações:** Atendendo às determinações do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, os Diretores da Companhia disponibilizaram aos acionistas os seguintes documentos, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025: (a) Relatório da Diretoria acerca dos negócios, informações e principais fatos administrativos daquele exercício findo; e (b) Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes. Os referidos documentos foram publicados no Monitor Mercantil em edição do dia 31/03/2026 na forma que preceitua o artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e a Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020, bem como em observância aos termos dos artigos 124, §4º e 133, §4º da Lei nº 6.404/76. **5) Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2025; (ii) Fixar a remuneração global da Diretoria da Companhia para o ano de 2026; e (iii) Eleger os membros da Diretoria. **6) Deliberações:** Por unanimidade de votos representando a totalidade do capital social da Companhia, foram aprovadas, sem reservas, as seguintes resoluções: (i) As contas dos administradores, as demonstrações financeiras e o parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31/12/2025, conforme publicação no Monitor Mercantil do dia 31/03/2026; (ii) Em relação à remuneração dos administradores, os acionistas concordam que a remuneração global e individual anual de todos os Diretores do Conglomerado – composto pela Companhia e pelo BNY Mellon Banco S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 42.272.526/0001-70 – seja fixada no BNY Mellon Banco S.A.; (iii) Eleição dos membros da Diretoria com mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2029. Em razão dessa deliberação, a Diretoria será composta pelos seguintes membros: (a) Diretor Presidente: EDUARDO ADRIANO KOELLE, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 12693638, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 117.857.128-96, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo; (b) Diretor Executivo: MARCUS VINICIUS MATIAS PEREIRA, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 04777831-1, expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 774.206.917-20, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro; (c) Diretor Executivo: PETERSON ANTONIO DA PAZ, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 19105102-0, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 160.481.408-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo; (d) Diretora Executiva: MATILDE FREITAS DA COSTA, brasileira, casada, tecnóloga de finanças, portadora da carteira de identidade nº 1001158-2, expedida pelo Detran/RJ inscrita no CPF/MF sob o nº 025.468.787-35, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro; (e) Diretor Executivo: RODRIGO BOVO PERES, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 20.040.170-1 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 196.795.628-67, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Todos com endereço comercial na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 330, Torre Oeste, 14º andar, Centro, CEP 20031-170. **DECLARAÇÃO DESIMPEDIMENTO:** Os eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da sociedade, nem estarem condenados ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, consignando que as respectivas declarações de desimpedimento encontram-se arquivadas na sede da sociedade.

7) ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da Ata contendo o sumário dos fatos ocorridos e as deliberações tomadas, a qual, depois de aprovada, foi remetida para assinatura por todos os presentes. Eduardo Adriano Koelle – Presidente da Mesa; Rodrigo Bovo Peres – Secretário da Mesa; BNY Mellon Participações Ltda. – acionista controladora representada por seus Diretores Executivos Eduardo Adriano Koelle e Rodrigo Bovo Peres e BNY Foreign Holdings, INC., representada por Eduardo Adriano Koelle e Rodrigo Bovo Peres. Rio de Janeiro (RJ), 24 de abril de 2026. **Eduardo Adriano Koelle** - Presidente da Mesa: **Rodrigo Bovo Peres** - Secretário da Mesa. **Acionistas: BNY MELLON PARTICIPAÇÕES LTDA.** - Representada por Eduardo Adriano Koelle e Rodrigo Bovo Peres; **BNY FOREIGN HOLDINGS, INC.** - Representada por Eduardo Adriano Koelle e Rodrigo Bovo Peres. **Juizera:** Certifico o arquivamento em 25/05/2026 sob o número 00007794703.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Falta pouco para anúncio sobre petróleo na Margem Equatorial

Lula também anuncia novos poços na região de Urucu

Falta pouco para a Petrobras anunciar se na Margem Equatorial há a quantidade de petróleo ou de gás estimadas preliminarmente. A informação é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Temos, obviamente, muita responsabilidade para extrair petróleo lá, e temos uma vantagem que é a expertise da Petrobras, a melhor empresa do mundo para fazer prospecção em águas profundas. Portanto, nós estamos tranquilos com relação à possibilidade”, disse o presidente nesta quarta-feira, em entrevista ao *Jornal do Amazonas*, em Manaus.

A expectativa do Ministério de Minas e Energia, anunciada em 2025, é de que a Margem Equatorial se torne um novo pré-sal. As reservas estima-

das são de pelo menos 30 bilhões de barris de petróleo, segundo a Petrobras, citando dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O presidente acrescentou que a presença de petróleo na região seria positiva para o desenvolvimento da Região Norte como um todo, e não apenas do Amapá.

Outros poços

Lula anunciou também na entrevista que a estatal voltará a explorar petróleo em outras localidades abandonadas nos últimos anos e que outros poços, como o de Urucu, no interior da floresta amazônica, podem ser ampliados.

Segundo a Agência Brasil, de acordo com o presidente, a estatal voltará a

perfurar o poço de Urucu, uma das principais áreas petrolíferas terrestres (onshore) do país, localizada na Bacia do Solimões.

“Vamos fazer 18 novos poços ali para ver se a gente consegue encontrar mais coisa. Voltaremos a prospectar em lugares que tinham sido abandonados. Não vamos perder tempo”, completou.

Golfo do México

A Petrobras e a Pemex - empresa estatal mexicana de petróleo e gás - estão em negociação para uma parceria na prospecção e exploração de petróleo em águas profundas no Golfo do México, além de projetos conjuntos de refino e gás. De acordo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a colaboração

está sendo articulada entre os governos brasileiro e mexicano.

Em evento em Manaus (AM), Lula contou que recebeu um telefonema da presidente do México, Claudia Sheinbaum, para manifestar o interesse na parceria. Segundo ele, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, irá ao México para tratar da cooperação.

“Vamos fazer uma associação com a Pemex e vamos ao Golfo do México para ver se o companheiro Trump vai se meter com a Petrobras prospectando água a 2,5 mil metros (de profundidade)”, disse Lula, lembrando as ameaças do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de interferir em países latino-americanos.

Cade não aprova proposta coletiva apresentada pela ABFMED

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) analisou, na sessão de julgamento desta quarta-feira, consulta apresentada pela Associação Brasileira de Fornecedores de Medicamentos (ABFMED) sobre a licitude concorrencial de proposta coletiva de Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC) a ser celebrado com a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O Cade não aceitou a proposta coletiva apresentada pela ABFMED.

A associação solicitou manifestação do Cade sobre a viabilidade concorrencial da negociação coletiva envolvendo empresas associadas à entidade, no

contexto de processos administrativos relacionados ao cadastramento de preços em pregões eletrônicos e ofertas de medicamentos acima dos limites estabelecidos pela CMED. A proposta previa adesão individual das empresas, sem responsabilidade solidária entre as participantes.

Em seu voto, o conselheiro Carlos Jacques, relator do caso, destacou que a análise do Cade se restringiu aos aspectos concorrenciais da proposta, cabendo à CMED avaliar a adequação regulatória e a viabilidade jurídica do instrumento.

O relator apontou preocupações relacionadas ao papel da associação na ordenação do acordo coletivo, especialmente quanto

ao potencial acesso a informações concorrencialmente sensíveis das empresas associadas, como dados utilizados para definição das contribuições individuais e monitoramento das obrigações assumidas.

“O conteúdo apresentado no CAC não está de acordo com a legislação de defesa da concorrência, principalmente no que se refere ao potencial lesivo do compartilhamento de informações concorrencialmente sensíveis na estrutura contratual apresentada ao Cade”, afirmou. O voto também destacou a ausência de protocolo antitruste ou de salvaguardas para mitigar eventuais riscos concorrenciais decorrentes da troca de in-

formações entre concorrentes.

O plenário acompanhou o voto do relator e indeferiu a proposta apresentada pela ABFMED, ressaltando que a decisão não tratou da adequação regulatória do CAC, cuja análise compete à CMED.

Segundo os documentos apresentados, o modelo previa três frentes de atuação: pagamento parcial das multas, contribuição para financiamento de projeto coletivo de interesse público vinculado à CMED e adoção de medidas de conformidade para prevenção de novas infrações. Parte dos recursos seria destinada a um fundo coletivo operacionalizado pela própria associação.

INPI divulga rankings de depositantes de ativos de PI em 2025

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (IN-PI) divulgou os rankings de depositantes de ativos de propriedade intelectual em 2025. Os rankings são divididos por residentes e não residentes no Brasil, contemplando ativos como patentes, marcas, desenhos industriais e programas de computador.

Existem rankings específicos para patentes de invenção e para modelos de utilidade. Nas patentes de invenção, entre os residentes, a Stellantis Automóveis Brasil lidera o ranking, com 225 depósitos em 2025, seguida pela Petrobras (172) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (94).

Entre os não residentes, quem lidera o ranking é a Huawei Technologies, com 652 depósitos em 2025, seguida pela Qualcomm (514) e pela Nokia (308).

Nos modelos de utilidade, entre os residentes, a liderança é da Petrobrás, com 15 depósitos em 2025, seguida por Flávio Aparecido Peres (13) e Nely Cristina Braidotti (11).

Entre os não residentes, os três primeiros colocados são: Fiberhome Telecommunication Technologies (4), Zhejiang Leapmotor Technology (4) e Donati (3).

Peças mais leves para caminhões e máquinas agrícolas

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai apoiar com R\$ 28 milhões do programa BNDES Mais Inovação investimentos da Bruning Tecnometal, de Panambi (RS), para aumentar a produtividade e desenvolver novos materiais. Ao fim do processo, devem ser criados 200 novos postos de trabalho na empresa.

Uma parte dos recursos será utilizada para desenvolver peças e componentes que empreguem materiais compostos para uso em caminhões e máquinas agrícolas. Esses materiais têm potencial de reduzir o peso de peças específicas em até 60% e, ainda, aumentar sua durabilidade. Para isso, os pesquisadores da empresa estudam qual a melhor combinação de

Marcas

Entre os residentes, quem liderou o ranking de marcas foi a Payno Gestão Empresarial e Participações, com 305 depósitos em 2025, seguida pela Neymar Sport e Marketing (278) e pelo Banco Mercantil do Brasil (236).

Entre os não residentes, os três primeiros colocados são: Euro Games Technology, com 279 depósitos, Soft Sonic Information Technology (210) e Volkswagen (157).

Em desenhos Industriais, entre os residentes, o líder foi Thiago Capossoli, com 220 depósitos em 2025, seguido por Jinwen Chen (170) e Grendene (102). Entre os não residentes, os três primeiros colocados são: Anran Supply Chain Management (182), Huawei Technologies (109) e Koninklijke Philips (95).

No segmento programas de computador, entre os residentes, a liderança do ranking ficou com a Fundação CPQD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, com 113 depósitos, seguida pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (104) e pelo Instituto de Pesquisas Eldorado, com 89.

substâncias, daí serem chamados compósitos, a ser empregada.

Outra parte de apoio do BNDES será destinada para aumentar a produtividade com a adoção de soluções típicas da indústria 4.0, como inteligência artificial. Com o conjunto dos investimentos planejados voltados à transformação digital, a empresa deve ter ganhos de produtividade de até 12,5% e de eficiência de até 15%.

“Investir em inovação é uma condição para que a indústria nacional possa competir em um mundo cada vez mais tecnológico. Países que lideram o desenvolvimento são aqueles que transformam conhecimento em valor, e é esse caminho que permite gerar empregos qualificados e aumentar a produtividade.”, diz o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

ÁGUAS DE JAHU S.A.
CNPJ nº 20.918.034/0001-77 - NIRE 35.300.469.488
Ata da AGE. 1. Data, Hora e Local: As 10h de 25/05/2026, na sede social da Cia., localizada na Av. Comendador Italo Mazzei nº 1250, Jardim Olímpia, Jaú, SP. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia, conforme o disposto no § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, haja vista a presença da totalidade dos acionistas da Cia., conforme se constata da Lista de Presença de Acionistas (Anexo I). 3. Mesa: Presidente: Ivan Mininel da Silva; Secretário: Alex Eduardo Jorge Macedo. 4. Ordem do Dia e Deliberações: Observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações pela acionista presente, representante da totalidade do capital social votante: 4.1. Aprovar a redução do capital social da Cia. em R\$ 15.345.082,56, com cancelamento de 15.345.082 ações, por absorção de prejuízos acumulados, conforme balancete de 31/12/2025, nos termos do art. 173, da Lei das S.A. 4.2. Em razão da deliberação acima, fica alterado o caput do art. 5º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 99.381.917,44 (noventa e nove milhões, trezentos e oitenta e um mil, novecentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos), dividido em 99.381.917 (noventa e nove milhões, trezentas e oitenta e uma mil, novecentas e dezessete) ações nominativas e sem valor nominal". 4.3. Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a Diretoria da Cia. a tomar todas as medidas e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação das deliberações aprovadas acima. 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, sob a forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei das S.A., a qual foi lida, aprovada e assinada. 6. Assinaturas: Ivan Mininel da Silva, Presidente. Alex Eduardo Jorge Macedo, Secretário. Acionista: Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (p. Cláudio Bechara Abduche e Marcelo Augusto Raposo da Mota), Jaú, 25/05/2026. Ivan Mininel da Silva - Presidente; Alex Eduardo Jorge Macedo - Secretário.

ELUAL PARTICIPAÇÕES S.A.	
CNPJ/MF nº 05.119.676/0001-12 - NIRE 35.300.319.711	
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2026	
1. Data, Hora e Local: Às 15:00 horas do dia 13 de maio de 2026, na sede da Elual Participações S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, na Rua Bering, nº 114, CEP: 09750-510. 2. Convocação: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. Presente também a Contadora, Sra. Maria Lúcia Guilherme de Brito, inscrita no CRC sob o nº 1RJ-088.050/O-0 S-SP. 3. Publicação: O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram publicados no Jornal "Monitor Mercantil de São Paulo" na edição do dia 24 de abril de 2026. 4. Presença: Compareceram os acionistas representando a totalidade do capital social subscrito da Companhia. 5. Mesa: Presidente: Guilherme Fonseca Goulart ; e Secretário: Carlos Eduardo Lourenço . 6. Ordem do Dia: 6.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 6.2. Deliberar sobre a proposta da administração para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 6.3. Fixar o montante global de remuneração dos Diretores da Companhia para o exercício de 2026. 7. Deliberações: Instalada a Assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a acionista presente deliberou e aprovou, sem ressalvas, o quanto segue: Preliminarmente, o Sr. Presidente registrou que, em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei nº 6.404/76, foram publicados no Jornal "Monitor Mercantil de São Paulo", na edição do dia 24 de abril de 2026, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. 7.1. Após exame e discussão, foi aprovado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. 7.2. Foi aprovada a proposta da Administração para contabilização do lucro líquido apurado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 10.087.938,13 (dez milhões, oitenta e sete mil, novecentos e trinta e oito reais e treze centavos), a ser distribuído da seguinte forma:	
Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social findo em 31.12.2025 (R\$)	
Total do Lucro Líquido apurado no exercício social encerrado em 31.12.2025	10.087.938,13
Constituição de Reserva Legal	504.396,91
Constituição de Reserva Estatutária	124.658,22
Distribuição de Dividendos	9.458.883,00
7.2.1. O valor de R\$ 9.458.883,00 (nove milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais), referente a distribuição de dividendos intercalares, foi devidamente aprovado e distribuído, nos termos das deliberações constantes da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 16/12/2025, registrada na JUCESP sob nº 007.306/26-0. 7.3. Foi aprovado que os diretores não receberão remuneração no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. 8. Encerramento: Não havendo nenhuma manifestação, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata, que, lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos acionistas presentes e pelos integrantes da mesa da Assembleia Geral. Certifico que a presente é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. São Bernardo do Campo, 13 de maio de 2026. MESA: Guilherme Fonseca Goulart - Presidente. Carlos Eduardo Lourenço - Secretário. JUCESP 218.444/26-6, em 21/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.	

AMA – ANGRA MEIO AMBIENTE S/A

CNPJ Nº 42.369.301/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. O relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 da AMA – Angra Meio Ambiente S/A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Angra dos Reis, 21 de maio de 2026.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)							DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)				
Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024		Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				Passivo circulante				Receita operacional Líquida			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.151	13.002	Fornecedores	8	4.214	5.036	Custos operacionais	16	85.061	73.284
Contas a receber	5	14.698	15.763	Partes relacionadas	9	541	1.545	Lucro bruto	17	(71.263)	(64.729)
Impostos a recuperar	6	3.387	3.272	Empréstimos e financiamentos	10	76	1.659	Administrativas	18	13.798	8.555
Estoque	-	315	313	Obrigações tributárias	11	2.286	1.282	Outras receitas (despesas) operacionais	-	(3.171)	(2.595)
Outros ativos	-	-	483	Obrigações trabalhistas	12	4.830	4.377	Lucro operacional	-	9	(68)
Total do ativo circulante		23.551	32.833	Total do passivo circulante		12.056	13.899	Receitas financeiras	-	10.636	5.892
Ativo não circulante				Passivo não circulante				Despesas financeiras	-	517	381
Imobilizado	7	12.635	11.796	Empréstimos e financiamentos	10	-	145	Resultado financeiro	19	(934)	(751)
Total do ativo não circulante		12.635	11.796	Partes relacionadas	9	8.987	8.987	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	20	(417)	(370)
Total do ativo		36.186	44.629	Tributos diferidos	13	1.898	1.777	Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	10.219	5.522
				Provisão para demandas judiciais	14	327	114	Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	(3.309)	(1.996)
				Total do passivo não circulante		11.212	11.023	Lucro líquido do exercício	-	(173)	136
				Patrimônio líquido	15	-	-			6.737	3.662
				Capital social	-	5.072	5.072	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			
				Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.538	-	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS			
				Reservas de lucros	-	6.308	14.635				
				Total do patrimônio líquido		12.918	19.707				
				Total do passivo e patrimônio líquido		36.186	44.629				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Adiant. para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de re-tenção de lucros	Total	Lucros acumu-lados	Total
Saldos em 31/12/2023.....	15.300	(10.228)	-	640	12.163	12.803	-	17.753
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	3.662	3.662
Constituição de reserva legal	-	-	-	183	-	183	(183)	-
Retenção de lucros.....	-	-	-	-	3.479	3.479	(3.479)	-
Distribuição de dividendos conf. AGE 30/09/2024	-	-	-	-	(1.830)	(1.830)	-	(1.830)
Saldos em 31/12/2024.....	15.300	(10.228)	-	823	13.812	14.635	-	19.707
Adiantamentos para futuro aumento de capital.....	-	-	1.538	-	-	-	1.538	1.538
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	6.737	6.737
Constituição de reserva legal	-	-	-	337	-	337	(337)	-
Retenção de lucros.....	-	-	-	-	6.400	6.400	(6.400)	-
Distribuição de dividendos conf. RCA DE 28/11/2025....	-	-	-	-	(15.064)	(15.064)	-	(15.064)
Saldos em 31/12/2025.....	15.300	(10.228)	1.538	1.160	5.148	6.308	-	12.918

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1.1. Objeto social: A AMA – Angra Meio Ambiente S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital de fechado, controla-da da Vital Engenharia Ambiental S.A., que iniciou suas operações em junho de 2021 e tem como objetivo social específico a prestação de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Município de Angra dos Reis/ RJ, com o propósito específico de realizar os serviços descritos no Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, pelo prazo de 20 anos contados da data de assinatura do contrato.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Base de elaboração e mensuração: a) Declaração de conformidade e mensuração: As demonstrações contábeis da Companhia são de responsa-bilidade da Administração e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. A elaboração das demonstrações contábeis em conformi-dade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas exige a utilização de determinadas estimativas contábeis e políticas contábeis materiais. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas no item (d). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. A emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas para emissão pela Administração em 21 de maio de 2026. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcio-nal e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c) Continuidade:** A avaliação da Administração considerou, principalmente, a geração operacional de caixa no exercício, a ausência de endividamento relevante e a manutenção de contratos de longo prazo, não sendo identifica-dos eventos ou condições que indiquem incerteza relevante quanto à capa-cidade de continuidade operacional. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa. As aplicações financeiras são, majoritariamente, certifica-do de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados, em média, a 100% do CDI, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **3.2. Instrumentos financeiros: i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reco-nhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando mensurados ao valor justo por meio do resul-tado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia possui direito legal de compensação e a intenção de liquidar em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros Os ativos financeiros avaliados ao custo amortizado são avaliados quanto à redução ao valor recuperável ao final de cada período de reporte. As perdas são reconhecidas quando houver evidência objetiva de que a Companhia não recuperará integralmente os fluxos de caixa contratados. **ii) Pas-sivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia se torna parte das dis-posições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuí-veis, e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **iii) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações com instrumentos financeiros com finalidade especulativa. **3.3. Contas a receber:** As contas a receber correspondem a valores a receber por serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia e são registradas inicialmente pelo valor justo, sendo mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, dedu-zidas, quando aplicável, de provisão para perdas esperadas. As contas a receber são avaliadas quanto à recuperabilidade, sendo constituídas provisões para per-das quando aplicável. Os recebíveis são classificados como circulantes ou não circulantes de acordo com seus prazos de vencimento. A Companhia avalia, ao final de cada exercício, a recuperabilidade dos saldos a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação financeira dos clientes e demais informaç-ões disponíveis. Em 31 de dezembro de 2025, embora existam saldos vencidos há longo prazo, a Administração entende que tais valores são recuperáveis e, portanto, não foi constituída provisão para perdas no exercício. **3.4. Imobilizado:** Demonstrado aos custos de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7. A Companhia avalia, ao final de cada exercício, a existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável dos ativos do imobilizado, reconhecendo eventual perda no resultado quando o valor contábil exceder o valor recuperável. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os va-lores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. **3.5. Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores referem-se a obrigações decorrentes da aq-ui-sição de bens ou serviços no curso normal das operações, classificadas como passivo circulante ou não circulante conforme o vencimento. São reconhecidas inicialmente pelo valor justo e mensuradas subsequentemente pelo custo am-or-tizado. Quando relevantes, as compras a prazo são ajustadas a valor presente, sendo o ajuste apropriado como despesa financeira ao longo do prazo de paga-mento. **3.6. Provisões para riscos judiciais:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordena-mento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circuns-tâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais, trabalhistas e previdenciárias ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando os recursos advêm de eventos passados, e que a entidade tenha controle e certeza de que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são re-conhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constitui-da como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são re-gistradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realizaç-ão ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.8. Imposto de renda e contri-buição social (corrente e diferido):** O imposto de renda e a contribuição

social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos referidos tributos e a apuração contábil da Companhia. Os tri-butos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável futuro. Esses ativos dife-ridos são reduzidos na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros. A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia. **3.9. Ava-liação do valor recuperável de ativos:** A administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor re-cuperável. Com base na avaliação da administração, não foram identificados indicadores de perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **3.10. Reconhecimento de receita:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, desde que seja provável que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Quando o resultado do contrato de prestação de serviços pode ser estimado de maneira confiável, a receita é reconhecida no resul-tado de acordo com o estágio de conclusão do contrato, avaliado com base nos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas conforme o estágio de execução dos serviços, e os tributos sobre o lucro são apurados pelo regime do lucro presumido. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. **3.11. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. As receitas de juros são reconhecidas no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras incluem, principalmente, des-pesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente de provisões e contraprestação contingente, bem como variações no valor de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (exceto recebíveis). Os custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. **3.12. Principais julgamentos e esti-mativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e mé-dias empresas requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos que envolvem maior grau de subjeti-vidade referem-se, principalmente, à constituição de provisões e à avaliação de contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, cuja mensuração considera as melhores informações disponíveis, o histórico das operações e a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente decorrente de eventos passados, cuja liquidação seja provável e cujo valor possa ser estimado de forma confiá-vel. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, enquanto aqueles avaliados como perdas re-motas não são reconhecidos nem divulgados. Ativos contingentes não são reconhecidos e são divulgados apenas quando a realização for considerada provável. As estimativas são revisadas periodicamente e os efeitos de eventual revisão são reconhecidos prospectivamente, quando aplicável. Os resulta-dos efetivos podem diferir das estimativas adotadas pela Administração. Com base nas avaliações realizadas, não foram identificadas contingências com probabilidade de perda classificada como provável ou possível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **3.13. Novos pronunciamentos para pequenas e médias empresas:** Até a presente data, não foram emitidas novas revisões da NBC TG 1000 que alterem substancialmente os critérios contábeis aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	31/12/2025	31/12/2024
4. Caixa e equivalente de caixa	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento.....	3.069	6.787
Aplicações de liquidez imediata (i)	2.082	6.215
Caixa e equivalentes de caixa líquido	5.151	13.002
(i) O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudan-ças de valor com remuneração média de 100% do CDI em 2025 e 2024. A variação no saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024 se deu principalmente pelo pagamento de dividendos no exercício.		
5. Contas a receber de clientes	31/12/2025	31/12/2024
A vencer em até 90 dias.....	14.698	13.861
Serviços executados a faturar	-	1.902
Total	14.698	15.763

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos a receber correspondem a parcelas vencidas há menos de 60 dias e, com base na avaliação do risco de crédito, a Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

	31/12/2025	31/12/2024
6. Impostos a recuperar	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a recuperar (i)	2.385	2.428
IRPJ de anos anteriores a recuperar.....	313	283
IRPJ do ano vigente a recuperar	-	101
INSS retido na fonte a recuperar	689	460
Total	3.387	3.272

(i) Os saldos de IRRF sobre o faturamento a recuperar referem-se às reten-ções previstas em lei, remanescentes em 31 de dezembro de 2025 que serão objeto de pedido de restituição e/ou compensação junto a Receita Federal do Brasil após a entrega da ECF.

	Taxa anual de deprecia-ção %	31/12/2025	31/12/2024
Instalações	20	3.356	(213)
Equipamentos de campo e auxiliar.....	20	1.977	(1.213)
Veículos.....	20	5.187	(4.841)
Construções em andamento (i).....	-	8.290	-
Equipamentos de oficina.....	10	40	(5)
Outros.....	-	88	(31)
Total		18.938	(6.303)

(i) Obras de construção do galpão de UTM previstas para serem concluídas no exercício de 2026.

	Equipamen-tos de cam-po e Veicu-los	Equi-pa-men-tos de oficina	Con-s-truções em anda-mento	Out-tros	Total
Descrição					
Saldo líquido em 31/12/2023.....	-	908	2.772	35	3.730
Adições.....	-	(2)	-	2	5.867
Baixas.....	(2)	-	-	-	-
Transferências.....	2.826	-	-	(2.826)	-
(-) Depreciações	(28)	(294)	(1.232)	-	(10)
Saldo líquido em 31/12/2024.....	2.798	612	1.540	37	6.771
Adições.....	-	486	-	2.049	38
Baixas.....	-	-	-	-	-
Transferências.....	530	-	-	(530)	-
(-) Depreciações	(185)	(334)	(1.194)	-	(21)
Saldo líquido em 31/12/2025	3.143	764	346	37	8.290

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	16	85.061	73.284
Custos operacionais.....	17	(71.263)	(64.729)
Lucro bruto		13.798	8.555
Administrativas	18	(3.171)	(2.595)
Outras receitas (despesas) operacionais....	-	9	(68)
Lucro operacional		10.636	5.892
Receitas financeiras	-	517	381
Despesas financeiras	-	(934)	(751)
Resultado financeiro.....	19	(417)	(370)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social.....	20	10.219	5.522
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	(3.309)	(1.996)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	(173)	136
Lucro líquido do exercício.....		6.737	3.662

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Lucro líquido do exercício.....	6.737	3.662	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total	6.737	3.662	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício.....		6.737	3.662
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciações	7.b	1.734	1.564
Baixa do imobilizado	7.b	-	2
Provisão (reversão) para demandas judiciais	14	213	114
Valor de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	20	3.482	1.860
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos.....	10.b	125	352
Lucro líquido ajustado.....		12.291	7.554
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber.....	5	1.065	(4.924)
Impostos a recuperar	6	(115)	(2.377)
Estoque	-	(2)	(65)
Outros ativos	-	483	(1)
Fornecedores	8	(822)	3.511
Partes relacionadas	9	(1.004)	9.567
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos.....	10.b	(125)	(352)
Obrigações tributárias	-	(2.357)	(1.507)
Obrigações trabalhistas	12	453	(277)
Outros passivos	-	109	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.....		9.976	11.129
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	7.b	(2.573)	(5.917)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento.....		(2.573)	(5.917)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos.....	-	(15.064)	(1.830)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.538	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos.....	10.b	(1.728)	(1.446)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(15.254)	(3.276)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(7.851)	1.936
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		13.002	11.066
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.151	13.002
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(7.851)	1.936

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

8. Fornecedores		
	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais (i).....	4.214	

AMA – ANGRA MEIO AMBIENTE S/A

CNPJ Nº 42.369.301/0001-37

são ocorrerá conforme o recebimento dos valores, com base na legislação fiscal vigente.

14. Provisão para demandas judiciais: As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo elas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas. A seguir a composição das provisões para demandas judiciais com prognóstico provável em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas.....	327	114
Total	327	114

A Companhia está envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos.

Movimentação

Saldo final em 31 de dezembro de 2023.....	-	-
Adição.....		114
(-) Reversão.....		-
Saldo final em 31 de dezembro de 2024.....	-	114
Adição.....		213
(-) Reversão.....		-
Saldo final em 31 de dezembro de 2025.....	-	327

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos classificados pelos seus assessores jurídicos como de perda possível no montante de R\$ 124. Para contingências possíveis não é constituída provisão.

15. Patrimônio líquido: a) Capital social: A Companhia foi constituída em 17 de junho de 2021. O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 15.300, sendo R\$ 5.072 integralizados e R\$ 10.228 a integralizar, representado por 15.300.000 (quinze milhões e trezentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Reserva legal e distribuição de dividendos:** O Estatuto prevê que do lucro líquido apurado no exercício serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social e 5% (três por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição inferior a constante neste artigo.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício.....	6.737	3.662
Reserva legal.....	(337)	(183)
Saldo a disposição da Assembleia.....	6.400	3.479

A destinação do lucro líquido do exercício foi realizada em conformidade com as deliberações dos acionistas, incluindo a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, conforme evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Fluxos de Caixa. A distribuição de dividendos realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 considerou a posição de liquidez da Companhia e a existência de reservas de lucros acumuladas, não comprometendo a capacidade financeira para a continuidade normal das operações. **c) Reserva de retenção lucros:** O Estatuto prevê no §2º do artigo nº 26 que, após a constituição da reserva legal e a distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro.

16. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços.....	99.220	85.467
Total de receita bruta.....	99.220	85.467
(-) ISS.....	(4.961)	(4.273)
(-) PIS.....	(1.641)	(1.411)
(-) COFINS.....	(7.558)	(6.499)
Total de impostos sobre faturamento.....	(14.160)	(12.183)
Receita operacional líquida.....	85.061	73.284

17. Custos dos serviços prestados

	31/12/2025	31/12/2024
Insumos.....	(6.086)	(5.543)
Pessoal.....	(32.989)	(30.140)
Locação.....	(16.158)	(21.022)
Serviços de terceiros.....	(14.220)	(6.200)
Depreciação.....	(1.574)	(1.420)
Outros.....	(236)	(404)
Total.....	(71.263)	(64.729)

18. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Comerciais.....	(399)	(96)
Indedutíveis.....	(58)	(12)
Seguros.....	(191)	(210)
Impostos.....	(335)	(276)
Outorga.....	(1.694)	(1.522)
Gerais (i).....	(494)	(479)
Total.....	(3.171)	(2.595)

(i) Representado basicamente por despesas de conservação, manutenção e consumo da área administrativa da Companhia.

19. Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Sobre aplicações financeiras.....	203	363
(-) PIS e COFINS sobre aplicações financeiras	(25)	(19)
Variações monetárias.....	339	37
Total.....	517	381
Despesas financeiras		
Bancária.....	(6)	(5)
Juros.....	-	(1)
Encargos sobre financiamentos.....	(855)	(513)
Outras.....	(73)	(232)
Total.....	(934)	(751)
Resultado financeiro.....	(417)	(370)

20. Despesas de IRPJ e CSLL: Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do Imposto de Renda e		
Contribuição Social.....	10.219	5.522
Imposto de renda e contribuição social às		
aliquotas nominais (34%).....	(3.474)	(1.877)
Efeito do imposto de renda e contribuição		
social sobre		
Adições.....	(413)	(500)
Exclusões.....	494	321
Outros.....	85	60
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição		
Social.....	(3.308)	(1.996)
Despesa de imposto de renda e contribuição social		
- Corrente.....	(3.309)	(1.996)
Despesa de imposto de renda e contribuição social		
- Diferido.....	(173)	136
Total.....	(3.482)	(1.860)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição		
social.....	32%	36%

21. Gestão de risco financeiros: a) Considerações gerais: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposi-

ção a risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia. **b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia está exposta: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

22. Seguros: A política da Companhia é de manter cobertura de seguros empresarial e de responsabilidade civil que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Por exigência contratual, a Companhia mantém cobertura de seguros para garantir a execução do serviço público de limpeza urbana. Em 31 de dezembro de 2025 a cobertura de seguro contratada, em valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, é:

		31/12/2025	
Risco coberto	Vigência	Importância	Prêmio
		segurada	líquido
Seguro executor - Pottencial.....	De 01/07/2025 a 01/07/2026	7.970	18
Responsabilidade Civil - Fairfax.....	De 26/08/2025 a 26/08/2026	1.000	25
Total.....		8.970	43

As premissas de riscos adotadas e os montantes informados, dada as suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

23. Compliance: Em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, a Companhia e suas controladas mantem estrutura de *compliance* destinada a assegurar a aderência as leis, regulamentos e diretrizes internas aplicáveis as suas atividades. A Companhia adota práticas alinhadas às melhores referências de mercado, com o objetivo de promover a integridade, a transparência e a ética nas relações com seus colaboradores, parceiros de negócios e demais partes interessadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram mantidas e aprimoradas iniciativas relacionadas ao Programa de Integridade, incluindo: • desenvolvimento e atualização de políticas e procedimentos internos; • realização de treinamentos e ações de comunicação e conscientização; • monitoramento contínuo e execução de atividades de auditoria; • identificação, avaliação e gestão de riscos de compliance; • observância das regulamentações aplicáveis ao setor de atuação; • manutenção de registros e documentação de suporte às atividades de controle; • disponibilização e divulgação de canais de denúncia, com garantia de confidencialidade e não retaliação. A Companhia reforça seu compromisso com a melhoria contínua do Programa de Compliance, buscando o fortalecimento da cultura de integridade e a mitigação de riscos, em linha com as exigências regulatórias e as melhores práticas de governança corporativa.

DIRETORIA

Rafael Mateus Cordeiro Ranuci

Fábio de Andrade Pereira

CONTADOR

Walter Luis da Silva Junior

CRC-RJ 093.575/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **AMA – Angra Meio Ambiente S.A.** - Angra dos Reis – RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da AMA – Angra Meio Ambiente S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AMA – Angra Meio Ambiente S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável as pequenas e médias empresas. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável

pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com

o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2026



Grant Thornton

Grant Thornton
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2

Paulo Alcoforado Cavalcante Neto
Contador CRC SP-354.256/O-5

EBMA

EMPRESA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE

COMPANHIA FECHADA

CNPJ Nº 01.369.424/0001-90

EBMA - EMPRESA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. O relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 da EBMA – Empresa Brasileira de Meio Ambiente S/A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Rio de Janeiro, 21 de maio de 2026.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)				
Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.785	7.282	
Contas a receber.....	5	4.705	2.270	
Estoque.....	-	335	251	
Impostos a recuperar	6	1.837	1.543	
Outras contas a receber.....	-	9	-	
Total do ativo circulante		15.671	11.346	
Ativo não circulante				
Depósitos judiciais	12.b.	25	12	
Imobilizado.....	7	560	899	
Total do ativo não circulante.....		585	911	
Total do ativo		16.256	12.257	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros					
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		7.883	900	678	1.578	-	9.461
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	496	496
Constituição da reserva legal	13.b	-	25	-	25	(25)	-
Dividendos mínimos obrigatórios declarados.....	13.c	-	-	-	-	(14)	(14)
Transferência para reserva de lucro.....	-	-	-	457	457	(457)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		7.883	925	1.135	2.060	-	9.943
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	3.419	3.419
Constituição da reserva legal	-	-	171	-	171	(171)	-
Dividendos declarados conf. AGE de 01 de dezembro de 2025.....	13.c	-	-	(2.802)	(2.802)	-	(2.802)
Transferência para reserva de lucro.....	-	-	-	3.248	3.248	(3.248)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		7.883	1.096	1.581	2.677	-	10.560

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1.1. Objeto social: A Empresa Brasileira de Meio Ambiente S.A. (EBMA) (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Vital Engenharia Ambiental S/A. Constituída em 04 de março de 1996, a Companhia tem sede no Município do Rio de Janeiro – RJ e tem como objeto social a execução de serviços de limpeza pública e particular, compreendendo a coleta e transporte de lixo domiciliar, urbano, hospitalar, industrial e especial, serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos, operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos, operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração de serviços públicos de coleta de lixo em geral, controle, operação, manutenção e funcionamento de usinas de reciclagem e compostagem de lixo e de aterro sanitário e a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade e mensuração: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas. O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável. Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados no item d). Em 21 de maio de 2026, a Diretoria da Companhia aprovou estas demonstrações contábeis e autorizou a sua divulgação. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia. **c) Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse pressuposto de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis, a administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa. As aplicações financeiras são, majoritariamente, certificado de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados, em média, a 100% do CDI, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme Nota Explicativa nº 4. **3.2. Instrumentos financeiros: i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros na data em que se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros incluem, substancialmente, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, sendo mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Os ativos financeiros são avaliados quanto à existência de evidência de perda esperada de crédito ao final de cada período de reporte, sendo as perdas reconhecidas no resultado, quando aplicáveis. **ii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros incluem, principalmente, fornecedores e outras obrigações, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. **iii) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos nem realiza operações com finalidade especulativa. **3.3. Contas a receber:** As contas a receber são reconhecidas pelo valor nominal e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando aplicável. A Companhia avalia periodicamente a recuperabilidade dos valores a receber, constituindo provisão para perdas de crédito estimadas quando necessário, com base na análise dos saldos em aberto, histórico de inadimplência e demais informações disponíveis. **3.4. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, em conformidade com o CPC 16 – Estoques. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição e ao uso nas atividades operacionais, tais como transporte e armazenagem. Os materiais mantidos em almoxarifado e destinados ao uso direto nas atividades operacionais da Companhia são classificados como estoques e reconhecidos no resultado à medida de seu consumo. Materiais de natureza administrativa ou de apoio são reconhecidos como despesa quando consumidos. **3.5. Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo gastos diretamente atribuíveis à disponibilização do ativo para uso pretendido pela Administração. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens. As estimativas de vida útil e valores residuais são revisadas periodicamente e ajustadas quando necessário. A Administração avalia periodicamente a existência de indicativos de perda por redução ao valor recuperável dos ativos, não tendo sido identificadas situações que demandassem ajustes aos valores contábeis no exercício. **3.6. Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores referem-se a obrigações decorrentes da aquisição de bens ou serviços no curso normal das operações, classificadas como passivo circulante ou não circulante conforme o vencimento. São reconhecidas inicialmente pelo valor justo e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado. Quando relevantes, as compras a prazo são ajustadas a valor presente, sendo o ajuste apropriado como despesa financeira ao longo do prazo de pagamento. **3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando os recursos advêm de eventos passados, e que a entidade tenha controle e certeza de que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R\$ 240 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promul-

gadas, na data do balanço. **3.9. Avaliação do valor recuperável de ativos:** A administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Com base na avaliação da administração, não foram identificados indicadores de perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **3.10. Receitas:** As receitas financeiras decorrem principalmente de rendimentos de aplicações financeiras e juros auferidos. As despesas financeiras referem-se, principalmente, a juros sobre empréstimos e encargos bancários. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado conforme incorridas, pelo regime de competência. **3.11. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **3.12. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis envolve o uso de julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As principais estimativas utilizadas pela Administração incluem, entre outros aspectos, a constituição de provisões, avaliação de contingências, mensuração da provisão para desmobilização de ativos, vida útil do imobilizado e recuperabilidade de ativos. As estimativas são revisadas periodicamente e ajustadas conforme necessário. Na data-base, a Administração considera que essas estimativas são razoáveis e consistentes com as informações disponíveis. **3.13. Provisão para contingências:** A Companhia reconhece provisões quando existe uma obrigação presente, legal ou construtiva, decorrente de eventos passados, cuja liquidação seja considerada provável e cujo valor possa ser estimado com razoável segurança. As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para refletir a melhor estimativa da Administração. As contingências classificadas como possíveis são divulgadas quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como remotas não são objeto de divulgação. **3.14. Novos pronunciamentos para pequenas e médias empresas:** Até a presente data, não foram emitidas novas revisões da NBC TG 1000 que alterem substancialmente os critérios contábeis aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

4. Caixa e equivalente de caixa	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	272	2.375
Aplicações de liquidez imediata (i)	8.513	4.907
Caixa e equivalentes de caixa líquido	8.785	7.282
(i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).		
5. Contas a receber	31/12/2025	31/12/2024
Serviços executados a faturar (i).....	4.705	2.270
Total	4.705	2.270
(i) Refere-se a serviços prestados e não faturados, integralmente a vencer, sem necessidade de provisão para perdas.		
6. Impostos a recuperar	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	351	1.072
IRPJ e CSLL de anos anteriores (i).....	1.432	420
INSS retido na fonte	54	51
Total	1.837	1.543
(i) A Administração avalia que a recuperabilidade do saldo de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2025, seja realizado no decorrer do exercício de 2026, os quais foram declarados em ECF e o pedido de restituição enviado a Receita Federal do Brasil.		

7. Imobilizado: a) Composição	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Terrenos	-	452	-	452	452
Instalações	10	872	(872)	-	350
Equipamentos de campo e auxiliar	5	665	(597)	68	56
Veículos	5	617	(617)	-	-
Outras imobilizações	10	146	(106)	40	41
Total	2.752	(2.192)	560	899	

b) Movimentação do imobilizado	Terrenos	Instalações	Equip. de campo	Veículos	Imobilizações em curso	Outros	Total
Saldo líquido em 31/12/2023	452	231	56	1	487	39	1.266
Adições.....	-	-	14	-	-	8	22
Transferências.....	-	487	-	-	(487)	-	-
(-) Depreciações.....	-	(368)	(14)	(1)	-	(6)	(389)
Saldo líquido em 31/12/2024	452	350	56	-	-	41	899
Adições.....	-	-	22	-	-	7	29
(-) Depreciações.....	-	(350)	(11)	-	-	(7)	(368)
Saldo líquido em 31/12/2025	452	-	67	-	-	41	560

Determinados ativos encontram-se totalmente depreciados e permanecem em uso, sendo considerados operacionais e capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

8. Fornecedores	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais (i)	713	604
Total	713	604
(i) Representado basicamente por faturas em aberto de fornecedores de insumos e serviços utilizados nas operações da Companhia.		
9. Obrigações tributárias	31/12/2025	31/12/2024
PIS sobre faturamento.....	19	32
COFINS sobre faturamento	87	149
Impostos retidos de terceiros	60	41
Obrigações fiscais sobre o lucro	36	-
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	5	2
Total	207	224
10. Obrigações trabalhistas	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	371	349
Provisão de férias e encargos	817	768
Encargos sociais a recolher	260	232
Total	1.448	1.349
11. Tributos diferidos	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não circulante		
PIS e COFINS	175	83
IRPJ e CSLL	254	19
Total	429	102

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	14	29.183	27.367
Custos operacionais	15	(21.539)	(23.606)
Lucro bruto		7.644	3.761
Despesas administrativas.....	16	(1.440)	(1.872)
Despesas tributárias.....	17	(2.181)	(1.902)
Outros resultados operacionais.....		72	212
Lucro operacional		4.095	199
Receitas financeiras		1.047	580
Despesas financeiras		(15)	(22)
Resultado financeiro	18	1.032	558
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		5.127	757
Imposto de renda e contribuição social correntes.....		(1.473)	(657)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(235)	396
Lucro líquido do exercício		3.419	496

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)		
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício.....	3.419	496
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	3.419	496

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		3.419	496
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação	7.b	368	389
Imposto de renda e contribuição social	19	1.708	261
Provisão para demandas judiciais.....	12.a	40	20
Lucro ajustado		5.535	1.166
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	5	(2.435)	1.951
Impostos a recuperar	6	(294)	(1.181)
Estoque.....	-	(84)	14
Depósitos judiciais	12.b	(13)	(12)
Outros ativos	-	(9)	-
Fornecedores.....	8	109	(236)
Obrigações tributárias.....	9	(1.398)	(556)
Obrigações trabalhistas	10	99	213
Outros passivos	-	22	1
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.532	1.360
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	7.b	(29)	(22)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento.....		(29)	(22)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.503	1.338
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.282	5.944	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.785	7.282	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.503	1.338

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Os tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos, sendo revertidos conforme a realização dos respectivos saldos. No exercício, não foram identificados efeitos relevantes que demandassem detalhamento adicional.

12. Provisões para demandas judiciais e depósitos judiciais: a) Provisão para demandas judiciais: As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas. A seguir a composição das provisões para demandas judiciais com prognóstico provável em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista.....	60	20
Total	60	20
No exercício, a Companhia mantém provisões registradas, principalmente de natureza trabalhista, as quais refletem a melhor estimativa da Administração com base nas avaliações de seus assessores legais.		
Movimentação		
Saldo final em 31/12/2023	-	-
Adição.....	-	20
(-) Reverso.....	-	-
Saldo final em 31/12/2024	-	20
Adição.....	-	40
(-) Reverso.....	-	-
Saldo final em 31/12/2025	-	60

A Administração da Companhia com base na avaliação de seus consultores jurídicos não tem conhecimento de processos cíveis, trabalhistas e tributários na esfera judicial e/ou administrativa na data-base 31 de dezembro de 2025 e 2024, os quais deveriam ser divulgados nas demonstrações contábeis, envolvendo riscos de perda classificadas como possíveis. **b) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais recursais, a disposição do juízo, realizadas pela Companhia para permitir a interposição de recurso nos processos trabalhistas, cíveis e fiscais em que figura como parte interessada. Os depósitos judiciais são compostos por:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista.....	25	12
Total	25	12
Movimentação		
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	-	-
Adição.....	-	12
(-) Baixa	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	-	12
Adição.....	-	13
(-) Baixa	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	-	25

13. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 7.883, representado por 7.883.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **b) Reserva legal:** O Estatuto Social da Companhia determina que do lucro líquido apurado no exercício serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. **c) Dividendos:** O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 3% (três por cento) do lucro líquido ajustado, podendo a Assembleia Geral deliberar pela retenção ou distribuição em montante inferior, em conformidade com a legislação aplicável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 2.802 (dois milhões, oitocentos e dois mil reais), à conta da reserva de retenção de lucros. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, permanecia registrado o montante de R\$ 14 referente a dividendos declarados em exercícios anteriores e ainda não pagos. Dessa forma, o saldo total de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2025 perfaz o montante de R\$ 2.816, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	3.419	496
(-) Reserva legal (5%)	(171)	(25)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	3.248	471
Dividendos mínimos obrigatórios	97	14
Dividendos adicionais propostos	2.705	-
Total de dividendos propostos (exercício)	2.802	14
Saldo de dividendos de exercícios anteriores	14	-
Total de dividendos a pagar	2.816	14

EBMA - EMPRESA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE S.A.			
		COMPANHIA FECHADA CNPJ Nº 01.369.424/0001-90	
15. Custos dos serviços prestados			
	31/12/2025	31/12/2024	
Insumos.....	(4.952)	(4.263)	
Pessoal.....	(10.475)	(9.981)	
Locação.....	(3.331)	(3.433)	
Serviços de terceiros (I).....	(1.802)	(5.083)	
Depreciações.....	(334)	(353)	
Outros.....	(645)	(493)	
Total.....	(21.539)	(23.606)	
(I) A redução dos serviços de terceiros, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o mesmo período do exercício anterior, se deu em decorrência de serviços de terceiros não recorrentes contratados em 2024.			
16. Despesas administrativas			
	31/12/2025	31/12/2024	
Pessoal.....	(524)	(493)	
Serviços de terceiros.....	(379)	(857)	
Comerciais.....	(136)	(42)	
Conservação e limpeza.....	(72)	(217)	
Gerais.....	(329)	(263)	
Total.....	(1.440)	(1.872)	
17. Despesas tributárias			
	31/12/2025	31/12/2024	
Contribuição sindical.....	(70)	(63)	
Impostos municipais.....	(1)	(1)	
Impostos estaduais.....	(34)	(17)	
Impostos federais.....	(2.076)	(1.821)	
Total.....	(2.181)	(1.902)	
18. Resultado financeiro líquido			
	31/12/2025	31/12/2024	
Receitas financeiras			
Sobre aplicações financeiras.....	876	565	
Variações monetárias.....	169	28	
Juros.....	9	5	
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras.....	(7)	(18)	
Total.....	1.047	580	
Despesas financeiras			
Bancária.....	(14)	(14)	
Comissão e corretagem.....	-	(6)	
Juros.....	(1)	(2)	
Total.....	(15)	(22)	
Resultado financeiro.....	1.032	558	
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Empresa Brasileira de Meio Ambiente S.A. - Rio de Janeiro – RJ			
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Meio Ambiente S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Meio Ambiente S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável as pequenas e médias empresas. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das de-			
monstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para			
de liquidez: A "política de aplicações financeiras" estabelecida pela administração da Companhia prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha. ii) Riscos de mercado e juros: A Companhia adota políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado. iii) Risco de crédito: A Companhia possui como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. 21. Compliance: Em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, a Companhia e suas controladas mantem estrutura de compliance destinada a assegurar a aderência às leis, regulamentos e diretrizes internas aplicáveis as suas atividades. A Companhia e suas controladas adotam práticas alinhadas às melhores referências de mercado, com o objetivo de promover a integridade, a transparência e a ética nas relações com seus colaboradores, parceiros de negócios e demais partes interessadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram mantidas e aprimoradas iniciativas relacionadas ao Programa de Integridade, incluindo: • desenvolvimento e atualização de políticas e procedimentos internos; • realização de treinamentos e ações de comunicação e conscientização; • monitoramento contínuo e execução de atividades de auditoria; • identificação, avaliação e gestão de riscos de compliance; • observância das regulamentações aplicáveis ao setor de atuação; • manutenção de registros e documentação de suporte às atividades de controle; • disponibilização e divulgação de canais de denúncia, com garantia de confidencialidade e não retaliação. A Companhia reforça seu compromisso com a melhoria contínua do Programa de Compliance, buscando o fortalecimento da cultura de integridade e a mitigação de riscos, em linha com as exigências regulatórias e as melhores práticas de governança corporativa.			
DIRETORIA ANTONIO CARLOS FERRARI SALMERON HUDSON BONNO RICARDO MOTA DE FARIAS CONTADOR WALTER LUIS DA SILVA JUNIOR - CRC-RJ 093.575/O-7			
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC SP-025.583/F-2 Paulo Alcoforado Cavalcante Neto Contador CRC 1SP-354.256/O-5			

Ajustes em plano de recuperação dos Correios

Para TCU, reestruturação da empresa traz risco fiscal

O Tribunal de Contas da União (TCU) alertou o governo federal sobre possíveis problemas no plano de reestruturação financeira dos Correios e advertiu que o modelo adotado pode ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) caso não sejam feitas correções.

Apesar das críticas, a Corte deu prazo para que o governo ajuste o processo e reforce os mecanismos de controle sobre os recursos envolvidos.

A decisão foi tomada nesta quarta-feira, em julgamento de processos relacionados ao empréstimo de R\$ 12 bilhões contratado pelos Correios no fim do ano passado com garantia da União. Na prática, isso significa que, se a estatal não conseguir pagar a dívida, o governo federal poderá ser obrigado a assumir os pagamentos.

Questionamento

O principal ponto levantado pelo TCU é que o plano de recuperação financeira dos Correios teria sido aprovado sem análises técnicas consideradas suficientes para medir os riscos da operação. De acordo com o relator do caso, ministro Benjamin Zymler, o governo aceitou as projeções financeiras apresentadas pela estatal sem uma avaliação detalhada sobre a viabilidade das metas e estimativas de receita previstas no plano.

O ministro afirmou que órgãos do governo, como o Tesouro Nacional, o Ministério da Fazenda, o Ministério das Comunicações e a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), fizeram análises superficiais.

De acordo com o TCU, isso pode representar descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige planejamento,

transparência e avaliação prévia de riscos em operações que possam afetar as contas públicas.

Empréstimo bilionário

Segundo a Agência Brasil, autorizado no fim de 2025, o empréstimo de R\$ 12 bilhões integra o plano para tentar recuperar financeiramente os Correios. Em dificuldades financeiras, a estatal aparece desde 2024 na lista de alto risco do TCU. Além da operação de crédito, o contrato prevê novos aportes de recursos na estatal. O governo ainda precisará garantir pelo menos mais R\$ 6 bilhões até 2027 para manter o plano em funcionamento.

O TCU demonstrou preocupação com a possibilidade de os Correios não conseguirem cumprir as obrigações financeiras previstas. Nesse cenário, a União poderia ter de assumir novos custos para evitar o colapso da operação.

Risco para União

Os ministros do tribunal alertaram que o risco não fica restrito aos Correios, mas pode atingir diretamente as contas públicas. Isso acontece porque a União entrou como garantidora da dívida. Assim, caso a estatal deixe de pagar parcelas do empréstimo, o Tesouro Nacional pode ser acionado pelos bancos credores.

O tribunal também apontou que o governo não avaliou adequadamente a real capacidade de pagamento dos Correios antes de autorizar a garantia federal. Para o TCU, houve demora do governo em agir diante da crise financeira da estatal, mesmo após alertas anteriores sobre a deterioração das contas da empresa.

Monitoramento exigido

Apesar das críticas, o tribunal não anulou o plano de reestruturação. Em vez disso, determinou uma série

de liquidez: A “política de aplicações financeiras” estabelecida pela administração da Companhia prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha. **ii) Riscos de mercado e juros:** A Companhia adota políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado. **iii) Risco de crédito:** A Companhia possui como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. **21. Compliance:** Em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, a Companhia e suas controladas mantem estrutura de *compliance* destinada a assegurar a aderência as leis, regulamentos e diretrizes internas aplicáveis as suas atividades. A Companhia e suas controladas adotam práticas alinhadas às melhores referências de mercado, com o objetivo de promover a integridade, a transparência e a ética nas relações com seus colaboradores, parceiros de negócios e demais partes interessadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram mantidas e aprimoradas iniciativas relacionadas ao Programa de Integridade, incluindo: • desenvolvimento e atualização de políticas e procedimentos internos; • realização de treinamentos e ações de comunicação e conscientização; • monitoramento contínuo e execução de atividades de auditoria; • identificação, avaliação e gestão de riscos de compliance; • observância das regulamentações aplicáveis ao setor de atuação; • manutenção de registros e documentação de suporte às atividades de controle; • disponibilização e divulgação de canais de denúncia, com garantia de confidencialidade e não retaliação. A Companhia reforça seu compromisso com a melhoria contínua do Programa de Compliance, buscando o fortalecimento da cultura de integridade e a mitigação de riscos, em linha com as exigências regulatórias e as melhores práticas de governança corporativa.

DIRETORIA
ANTONIO CARLOS FERRARI SALMERON HUDSON BONNO RICARDO MOTA DE FARIAS
CONTADOR
WALTER LUIS DA SILVA JUNIOR - CRC-RJ 093.575/O-7

Tesouro Nacional. A análise poderá avaliar se houve falhas técnicas, omissões ou irregularidades na condução do processo. Dependendo das conclusões, servidores poderão ser responsabilizados individualmente.

Empresa pública federal responsável pelos serviços postais no país, os Correios não dependem oficialmente de recursos do orçamento da União para funcionar. No entanto, a estatal enfrenta dificuldades financeiras nos últimos anos.

O TCU destacou que a empresa acumula passivos elevados e problemas contábeis considerados relevantes. Um dos pontos criticados pelo tribunal é justamente o fato de os Correios continuarem classificados como estatal “não dependente”, mesmo precisando de empréstimos garantidos pelo governo federal para manter suas operações e executar o plano de recuperação financeira.

SOMAH Investimentos e Participações S.A.

CNPJ Nº: 02.538.798/0001-55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 da SOMAH Investimentos e Participações SA. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho.. Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	945.289	901.852	30	32
Contas a receber de clientes	5	581.026	375.994	-	-
Estoques	6	233.416	265.529	-	-
Tributos a recuperar.....	7.a	83.651	99.172	-	-
Outros ativos.....	8	236.384	168.956	9.846	10.009
Total do ativo circulante		2.079.767	1.811.503	9.876	10.041
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	9	225.265	227.523	55.632	55.632
Contas a receber de clientes	5	505.949	658.491	-	-
Estoques	6	126.050	142.791	-	-
Depósitos judiciais	18.c	55.079	77.764	273	272
Créditos tributários.....	7.b	95.715	88.969	-	-
Outros ativos.....	8	427.541	518.338	50	99
Partes relacionadas	10	287.824	327.230	-	-
Total		1.723.422	2.041.106	55.955	56.003
Investimentos	11.a	429.575	684.743	2.581.934	2.956.292
Outros investimentos	-	6.110	6.317	-	208
Imobilizado.....	12.a	818.540	982.001	699	740
Intangível	12.b	308.750	302.861	-	-
Total do ativo não circulante.....		3.286.398	4.017.028	2.638.588	3.013.243
Total do ativo		5.366.165	5.828.531	2.648.464	3.023.284

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida.....	20	3.969.110	3.969.003	-	-
Custos dos serviços prestados.....	21.a	(3.417.105)	(3.265.349)	-	-
Lucro bruto		552.005	703.654	-	-
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas administrativas.....	22	(644.403)	(540.214)	(113.559)	(108.927)
Depreciações.....		(16.096)	(22.025)	(311)	(262)
Despesas tributárias.....		(11.385)	(16.798)	(361)	(481)
Resultado de equivalência patrimonial.....	11.c	(122.884)	18.471	(143.757)	242.584
Outros resultados operacionais.....	23	162.691	108.176	91.351	22.465
Total		(632.077)	(452.390)	(166.637)	155.379
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(80.071)	251.264	(166.637)	155.379
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		87.172	176.629	2	6
Despesas financeiras		(223.004)	(268.781)	(52.189)	(54.456)
Resultado financeiro	24	(135.832)	(92.152)	(52.187)	(54.450)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social					
.....		(215.904)	159.112	(218.824)	100.929
Contribuição social.....	25.a	(20.775)	(4.609)	-	-
Imposto de renda.....	25.a	(54.545)	(10.392)	-	-
Reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos	25.a	73.381	(29.185)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(217.842)	114.926	(218.824)	100.929
Resultado atribuído aos acionistas não controladores		982	13.997	-	-
Lucro atribuído aos acionistas controladores		(218.824)	100.929	(218.824)	100.929

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Resultado abran-	Participa-ção dos acionistas controladores	Participa-ção dos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31/12/2023.....	1.235.000	(140.830)	(354.125)	312.340	1.052.385	941.041	1.993.426
Ajuste avaliação patrimonial - investidas	-	-	-	67.488	67.488	(860.049)	(792.561)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	100.929	-	100.929	13.997	114.926
Ajuste de conversão de investimentos no exterior - investidas	-	-	-	124.560	124.560	-	124.560
Saldos em 31/12/2024.....	1.235.000	(140.830)	(253.196)	504.388	1.345.362	94.989	1.440.351
Ajuste avaliação patrimonial (reflexa).....	-	-	-	3.877	3.877	(48.965)	(45.088)
Realização conversão de investimentos (reflexa).....	-	-	-	(13.330)	(13.330)	-	(13.330)
Prejuízo do exercício.....	-	-	(218.824)	-	(218.824)	982	(217.842)
Ajuste de conversão de investimentos no exterior (reflexa).....	-	-	-	(54.398)	(54.398)	-	(54.398)
Saldos em 31/12/2025.....	1.235.000	(140.830)	(472.020)	440.537	1.062.687	47.006	1.109.693

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: **1.1. Objeto social:** A Somah Investimentos e Participações S.A (*antiga Queiroz Galvão S.A.*) (Companhia) é uma holding de capital fechado, constituída em 1º de fevereiro de 1998, e tem sede na Rua Santa Luzia, nº 651, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, como atividade preponderante a participação como acionista ou cotista de outras empresas e o assessoramento e a administração de empresas. Em 23 de agosto de 2024, através de Ata de assembleia geral extraordinária, foi alterado a razão social da Companhia para Somah Investimentos e Participações S.A. **1.2. Operações da Companhia:** As subsidiárias diretas da Somah Investimentos e Participações S.A., e suas respectivas áreas de negócios são: **Álya Construtora S.A. - Álya:** A Álya Construtora S.A.(ÁLYA), desenvolve regularmente suas atividades, promovendo as operações financeiras e securitárias inerentes à natureza dos seus serviços, atuando na indústria da construção civil, preponderantemente, nos segmentos: metroviário, de usinas hidrelétricas e barragens, executando pontes, túneis, viadutos, construções portuárias, edifícios, estradas e serviços de montagem industrial. **Atria Investimentos e Participações S.A. (antiga Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. – QGDN):** A Sociedade participa no capital de outras empresas objetivando desenvolver negócios nas áreas de concessões públicas de transportes (rodoviário e metroviário), energia, produtos agrícolas, cimentos, alimentos, siderurgia e infraestrutura e saneamento. **BS-3 S.A.:** A BS-3 S.A. tem como objetivo social e específico a realização de investimentos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, realização de estudos e projetos de engenharia, e participação em consórcios. Atualmente a Sociedade ainda não exerce atividades operacionais. **Casa Orange S.A.** (antiga Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A. – QGDI): A Casa Orange S.A. tem como objeto exercer as atividades de compra e venda de imóveis, desmembramento e loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e construção de imóveis destinados à venda. **Quatiria Naval S.A. (antiga Queiroz Galvão Naval S.A.):** Participação em sociedades que se dediquem substancialmente engenharia, construção, montagem, serviços de reparo de navios e outros produtos da área naval. **QGSEE Participações Ltda.:** Participação em sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social envolva: **(a)** a exploração da indústria de construção civil, inclusive de obras públicas; **(b)** a importação, exportação, peças, equipamentos, bens e serviços ligados a obras de engenharia e construção civil; e **(c)** o comércio de materiais, bens e serviços de construção em geral. **EGTC Infra:** É uma sociedade de capital fechado que tem como objetivo as seguintes atividades: **(a)** construção industrial e civil, e montagens industriais e civil, de obras públicas ou da iniciativa privadas, a compra, venda, importação e exportação de materiais, peças e equipamentos, ligados a essas atividades; **(b)** realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos; e **(c)** participação em outras sociedades e consórcios, no Brasil e no exterior, quando ligadas às atividades de seu objeto social.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro, *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB, (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável. As demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na Nota Explicativa nº 3.9 - Uso de estimativas e julgamentos. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Administração em 15 de maio de 2026. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua (Moeda Funcional). A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada é o real. **2.2. Transações e saldos em moedas estrangeira:** As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado. **2.3. Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior:** Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente. **2.4. Demonstrações contábeis individuais:** As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Nas demonstrações contábeis individuais, a empresa controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Fornecedores	13	504.338	427.170	1.833	1.800
Empréstimos e financiamentos	14	137.214	148.615	-	-
Obrigações tributárias	15	80.191	84.987	1.088	990
Obrigações trabalhistas	16	154.358	139.209	7.282	6.976
Partes relacionadas	10	-	-	172.000	-
Outros passivos.....	17	106.343	110.853	55	41
Total do passivo circulante.....		982.443	910.834	182.258	9.807
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	2.074.803	2.352.037	1.006.128	1.186.666
Obrigações tributárias	15	313.308	327.898	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.b	49.499	129.456	-	-
Provisão para riscos judiciais	18.a	144.858	146.018	-	-
Partes relacionadas	10	-	-	138.399	377.582
Provisão para perda em investimento	11.b	225.650	78.093	258.992	103.867
Outros passivos.....	17	267.378	177.846	-	-
Receita diferida.....		198.531	265.998	-	-
Total do passivo não circulante.....		3.274.029	3.477.346	1.403.519	1.668.115
Patrimônio líquido					
Capital social	20	1.235.000	1.235.000	1.235.000	1.235.000
Ações em tesouraria.....		(140.830)	(140.830)	(140.830)	(140.830)
Prejuízos acumulados		(472.020)	(253.196)	(472.020)	(253.196)
Resultado abrangente		440.537	504.388	440.537	504.388
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.062.687	1.345.362	1.062.687	1.345.362
Participação de não controladores		47.006	94.989	-	-
Total do patrimônio líquido		1.109.693	1.440.351	1.062.687	1.345.362
Total do passivo e patrimônio líquido.....		5.366.165	5.828.531	2.648.464	3.023.284

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício.....		(217.842)	114.926	(218.824)	100.929
Outros resultados abrangentes:					
Outros resultados abrangentes		3.877	67.488	3.877	67.488
Ajuste de conversão de investimento no exterior		(54.398)	124.560	(54.398)	124.560
Resultado abrangente total		(268.363)	306.974	(269.345)	292.977

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(215.904)	159.112	(218.824)	100.929
Itens de resultado que não afetam o caixa					
Depreciação e amortização	12	103.224	303.284	312	262
Resultado de equivalência patrimonial	11.c	122.884	(18.471)	143.757	(242.584)
Variação monetárias, cambiais e encargos - Líquidos	-	(4.143)	8.498	-	-
Remuneração de debêntures	14	89.734	114.768	37.397	43.314
Outras provisões	-	(40.758)	-	(40.758)	-
Provisão para demandas judiciais	18	(16.255)	(38.103)	-	-
Baixas de investimento	-	207	-	207	-
Baixas de imobilizado e intangível	23	252.838	547.227	-	-
Realização conversão de investimentos (reflexa)	-	(13.330)	-	(13.330)	-
Lucro líquido (prejuízo) ajustado		278.496	1.076.314	(91.240)	(98.080)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		(52.491)	1.310.586	-	-
Estoques		48.854	(56.722)	-	-
Tributos a recuperar		12.918	56.532	-	-
Outros ativos		23.369	7.992	212	(1.677)
Partes relacionadas		39.407	(45.001)	117.165	205.117
Depósitos judiciais		22.685	111.583	(1)	2
Títulos e valores mobiliários		2.259	(7.888)	-	(55.500)
Fornecedores		77.169	222.590	33	(248)
Obrigações tributárias		(101.281)	(422.239)	98	(10.962)
Obrigações trabalhistas		15.148	(73.485)	306	1.825
Outros passivos		17.555	(462.117)	14	12
Pagamentos de demandas judiciais	18	15.096	(95.666)	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos	14	(20.511)	(31.083)	-	(24.046)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		378.671	1.591.395	26.587	16.443
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Adições de imobilizado e intangível	12.c	(198.490)	(631.922)	(271)	(251)
Adições de investimento	11.c	180.355	(752.853)	(21.851)	(82.717)
Dividendos recebidos	11.c	-	-	-	101.743
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento		(18.134)	(1.384.775)	(22.122)	18.775
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:					
Contratação de empréstimo/financiamento	14	63.014	141.557	-	-
Pagamento de empréstimo/financiamento	14	(380.113)	(663.508)	(4.467)	(35.210)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(317.099)	(521.951)	(4.467)	(35.210)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		43.438	(315.331)	(3)	9
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício ..		901.852	1.217.183	32	23
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		945.289	901.852	30	32
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		43.437	(315.331)	(3)	9

SOMAH Investimentos e Participações S.A.

CNPJ Nº: 02.538.798/0001-55

incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. **3.6. Intangível:** É representado por gastos com aquisição de softwares. As taxas de amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia e sua controlada esperam geração de benefícios econômicos. **3.7. Redução ao valor recuperável de não financeiros (*impairment*):** Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia e a sua controlada revisam os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **3.8. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. **3.9. Uso de estimativas e julgamentos: 3.9.1. Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para período, estão contemplados a seguir: **3.9.2. Provisões para demandas judiciais:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de sua controlada, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **3.9.3. Reconhecimento de receita:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **3.9.4. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. **3.9.5. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A Companhia optou pelo lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

4. Caixa e equivalente de caixa

Disponibilidades	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	516	450	24	26
Depósitos bancários à vista em moeda nacional (i)	43.010	225.409	6	5
Depósitos bancários à vista em moeda estrangeira	-	70.404	-	-
Total	43.526	296.263	30	31
Aplicações financeiras				
Renda fixa (ii)	901.763	604.927	-	1
Títulos e notas promissórias	-	662	-	-
Total	901.763	605.589	-	1
Total	945.289	901.852	30	32

(i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía caixa e equivalente de caixa com finalidade de atender compromissos de curto prazo. (ii) As aplicações financeiras em renda fixa referem-se a fundo de investimento, operações compromissadas e CDBs, mantidos em instituições financeiras, remunerados em média à taxa de 95 % do CDI em 2025 e 100% em 2024 do CDI.

5. Contas a receber: a) Os valores do contas a receber de clientes, detalhados por atividade operacional:

Consolidado	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Incorporação imobiliária (i)	52.313	40.505	6.836	-
Produtos agrícolas	55.868	39.236	-	-
Concessões	18.998	15.659	-	-
Aterro sanitário	-	5.145	-	-
Produtos minerais	2.812	2.146	-	-
Construção civil (ii)	375.752	202.715	489.652	658.491
Locação	2.090	-	-	-
Outros (iii)	105.809	106.239	9.461	-
Total	613.642	411.645	505.949	658.491
Perdas esperadas de crédito - PEC (i)	(32.616)	(35.651)	-	-
Total	581.026	375.994	505.949	658.491

(i) As contas a receber estão, substancialmente, atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) (durante o período em construção – até a entrega das chaves) e, posteriormente, pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, acrescidas de juros de 12% ao ano, apropriados de forma “*pro rata temporis*”, reconhecidas no resultado do exercício. O saldo de contas a receber de unidades concluídas está substancialmente provisionado para perdas, em decorrência deste aspecto, a parcela de contas a receber antigo e sem perspectiva de realização não vem sendo atualizada. A Companhia só financia a venda de seus imóveis aos clientes em casos excepcionais, devidamente amparado pela confissão de dívida ou alienação fiduciária. A Perda Esperada de Créditos (PEC) leva em consideração as unidades vendidas e entregues aos clientes dos empreendimentos concluídos que apresentam saldos do contas a receber em atraso a partir de 06 meses, assim como as demais parcelas em aberto dos clientes inadimplentes são adicionadas a PEC. (ii) Os valores reconhecidos no não circulante são representados integralmente por ações transitadas em julgado e constituídos, portanto, por precatórios devidamente inscritos e execuções judiciais na controlada Alya Construtora S.A. (iii) Valores representados por contas a receber de venda de ativo investimentos, imobilizado, sucata, aluguéis (quando não operacional), e outras receitas não operacionais.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda participação da Locav e Cimar (Atria)	74.801	29.642
Venda participação da QG Mineração e Frontis(Alya)	10.733	28.750
Venda de ativos imobilizado, sucata, aluguéis	20.275	47.847
Total	105.809	106.239

b) Os valores detalhados por vencimento:

Consolidado	Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
Vencido mais que 180 dias	63.142	82.991
Vencido até 180 dias	12.919	6.724
A Vencer até 30 dias	222.484	231.390
A Vencer de 31 a 60 dias	-	19.104
A Vencer de 61 a 90 dias	75.082	41.383
A Vencer mais que 90 dias	240.015	30.053
Total	613.642	411.645
Perdas esperadas de crédito - PEC	(32.616)	(35.651)
Total	581.026	375.994

Em 31 de dezembro de 2025, a controlada Alya, Atria e EGTC, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

6. Estoques

Consolidado	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Almocharifado (i)	144.675	169.034	-	-
Produtos acabados (ii)	13.781	56.124	-	-
Produtos em processo	16.415	2.373	-	-
Mercadoria para revenda	20.670	2.557	-	-
Imóveis a comercializar (iii)	37.875	35.441	126.050	142.791
Total	233.416	265.529	126.050	142.791

(i) Representado por material de uso e consumo na produção das empresas das áreas de Construção Civil, e Alimentos; (ii) Representada pela investida indireta Timbaúba S.A., com a atividade operacional na agroindústria e com seus principais produtos relacionados como: água de coco e suco, ambs envasados. (iii) **Casa Orange**- Representados substancialmente pelos terrenos para futuras incorporações e pelos custos incorridos das unidades imobiliárias a comercializar (imóveis prontos e em construção). A classificação dos terrenos no ativo não circulante é realizada para aqueles cuja expectativa de lançamento do empreendimento ocorra em período superior a 12 meses, sendo revisada periodicamente pela administração. A administração avalia periodicamente seus estoques de terrenos, unidades concluídas e em construção, a preço de mercado, e com base no resultado dessas avaliações verifica a necessidade de ajuste, por redução para o valor realizável. Todos os terrenos estão classificados no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2025.

7. Impostos a recuperar: a) Detalhamento dos valores de impostos e contribuições a recuperar:

Circulante	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a compensar (i)	11.638	6.313
IRPJ / CSLL a recuperar (ii)	12.073	25.174
INSS a compensar	29.057	29.557
ISS a compensar	5.375	588
ICMS a recuperar	1.227	12.422
PIS/COFINS a compensar	8.554	10.988
IVA/IGV/Selo (iii)	12.828	12.286
Outros impostos	2.899	1.844
Total	83.651	99.172

(i) Refere-se basicamente a Imposto Renda Retido na Fonte de aplicações financeiras e de outras retenções; (ii) Refere-se basicamente ao Imposto de Renda e Contribuição social recolhidos, e os retidos na fonte sobre os faturamentos das controladas contra seus clientes.

A Administração avalia que a recuperabilidade do saldo de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2025, será realizado no decorrer do exercício de 2026.

31/12/2025	Construção	Outros Negócios	Outras	Total
IRPJ	5.049	3.531	336	8.916
CSLL	3.148	6	3	3.157
Total	8.197	3.537	339	12.073

31/12/2024	Construção	Outros negócios	Ambiental	Outras	Total
IRPJ	9.805	7.383	142	44	17.374
CSLL	7.787	5	8	-	7.800
Total	17.592	7.388	150	44	25.174

(i) Refere-se a tributos retidos de faturamento das empresas investidas no exterior da controlada Alya Construtora. **b) Detalhamento dos valores de créditos tributários**

Não circulante	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Impostos de renda pago exterior (i)	37.206	45.986
Imposto de renda diferido (ii)	46.526	35.171
Contribuição social diferido (ii)	11.983	7.812
Total	95.715	88.969

(i) **Alya Construtora** - Imposto de Renda pago no exterior por coligada/controlada investida pela Companhia. Este último só é utilizado para compensação quando da adição ao Lucro Real do resultado tributável das investidas no exterior, conforme legislação vigente; (ii) Ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporais serão realizados, quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores. Com base nas projeções de resultado elaboradas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a expectativa de realização dos referidos créditos tributários ocorrerá nos próximos exercícios.

8. Outros ativos

Controladora	31/12/2025	31/12/2024	Não circulante	
			31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedor	699	663	-	-
Adiantamento funcionário	1.195	1.028	-	-
Cauções	36	36	-	-
Contas a receber	7.916	8.282	-	-
Outros adiantamentos concedidos	-	-	50	99
Total	9.846	10.009	50	99

Consolidado	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros recebíveis (i)	7.916	9.856	-	-
Adiantamento a fornecedor (ii)	131.641	37.865	-	-
Crédito com terceiros (iii)	22.205	24.783	191.389	212.805
Conta corrente consórcios (iv)	10.622	-	224.086	275.614
Adiantamentos a funcionários	20.466	18.344	-	-
Despesas antecipadas (v)	32.359	28.309	524	8.037
Venda de ativos (vi)	-	-	9.134	21.882
Ativo financeiro (vii)	-	35.197	-	-
Outros créditos	11.176	14.602	2.408	-
Total	236.384	168.956	427.541	518.338

(i) Refere-se a créditos junto as controladas referente a recuperação de despesas administrativas da Companhia; (ii) Adiantamentos a fornecedores para compra de bens e serviços, ou pela obtenção de direitos que serão entregues futuramente.

Consolidado	31/12/2025		31/12/2024	
Controladora	-	699	-	663
Construção	-	123.011	-	25.560
Novos negócios	-	7.861	-	11.624
Outros	-	70	-	18
Total	-	131.641	-	37.865

(iii) Refere-se às investidas indireta QGI Brasil, Tique, CQG Oil & Gás e Sucursais, que têm créditos com outras empresas no exterior, não pertencentes às empresas ligadas à Somah S.A.; (iv) Refere-se a diferença econômico-financeiro nos aportes das consorciadas nos consórcios mantidos pela controlada Alya Construtora; (v) O saldo refere-se basicamente a prêmio de seguros diversos, relativo a apólices com vigência de 12 meses ou mais; (vi) **Alya Construtora** - Refere-se às contas a receber da Agropecuária Rio Arataú no montante de R\$ 9.134, relativo à parcela em aberto sobre a venda de todos os seus ativos (terras, máquinas, instalações, animais de produção); (vii) **Atria Investimentos e Participações** - A controlada indireta Concessionária Rodovia dos Tamoios possuía direito incondicional de receber e pagar caixa do Poder Concedente pela implantação da infraestrutura. O recebimento dos aportes segue o que está descrito no fluxo de desembolso das parcelas do Aporte de Recursos, conforme TAM nº 01/2017 (Ampliação Principal), TAM nº 05/2021 (Risco Geológico), TAM nº 06/2021 (Obra Civil Contornos), TAM nº 009 (Automação dos Contornos), TAM nº 010 (Passivo do Planalto Fase 1), TAM nº 012 (Risco Geológico Túneis de serviço e Ligação), TAM nº 015 (Passivo do Planalto Fase 2), TAM nº 017 (Acesso ao Porto de São Sebastião) e TAM nº 019 (Escolta armada).

9. Títulos e valores mobiliários

Não circulante	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Conta capital – garantia	1.102	1.004	-	-
Debêntures a receber (i)	-	29.079	-	-
Fundo Investimentos- FIDC (ii)	224.163	197.440	55.632	55.632
Total	225.265	227.523	55.632	55.632

(i) **Ambiental** – Em 26 de outubro de 2018, conforme AGE, a Orbis Ambiental incorporou parcela cindida da Vital Engenharia Ambiental S/A. Dentre os ativos incorporados estão 39.000 (trinta e nove mil) debêntures, da espécie quirografária, conversíveis da Empresa Macaúbas Meio Ambiente S/A, totalizando R\$ 39.000), com taxa equivalente a 125% do CDI e vencimento em 10 de abril de 2022. Em 21 de novembro de 2019 foi aprovado, em AGE, a amortização parcial pela Companhia de 12.000 (doze mil) debêntures, totalizando R\$ 12.000. Em decorrência da amortização parcial das debêntures, o valor total da 1ª Emissão, passa de R\$ 39.000 para R\$ 27.000, com taxa equivalente a 100% do CDI + 3% a.a. e vencimento em 10 de abril de 2022. Em 18 de dezembro de 2024 foi aprovado, em AGE, a prorrogação do prazo de vencimento das debêntures de todas as séries para 10 de abril de 2028. Em 15 de maio de 2025 a Somah através da AGE aporta capital na VPAR Participações S/A, como acionista único, com as ações que detinha da Vital e Orbis. Posteriormente a VPAR, em 29 de maio de 2025, transfere estas ações para terceiros. Com isto a Vital e Orbis deixaram de serem consolidadas nas Demonstrações da Somah. (ii) Referente a cotas do Fundo Aster FIDC adquiridas pela controlada Alya Construtora no valor de R\$ 169.633, e Fundos adquiridos pela Somah Investimentos no valor de R\$ 55.632.

10. Partes relacionadas: a) Os mútuos com empresas ligadas, não tem prazo definido e nem remuneração prevista. Os saldos oriundos de mútuos e transações com empresas ligadas são:

Consolidado	31/12/2025		31/12/2024	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Casa Orange – (SPEs)	-	(3.630)	-	(18.297)
QUIP	63.376	-	71.848	-
Alya – (coligadas)	-	(10.105)	-	(8.824)
Estaleiro Atlântico Sul	215.703	-	234.328	-
Vital Ambiental	22.480	-	48.175	-
Total	301.559	(13.735)	354.351	(27.121)

Consolidado	31/12/2025		31/12/2024	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
A receber	-	-	301.559	354.351
A pagar	-	-	(13.735)	(27.121)
Total líquido	-	-	287.824	327.230

Controladora		31/12/2025		31/12/2024	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar	
circulante	-	-	-	-	
Alya construtora	-	(172.000)	-	-	
Controladora					
		31/12/2025		31/12/2024	
Não circulante	A receber	A pagar	A receber	A pagar	
Alya construtora	-	(166.952)	-	-	(278.334)
Átria Investimentos	11.034	-	-	-	(175)
Vital Engenharia Ambiental	22.480	-	48.174	-	-
EGTC Infra	-	(173.345)	-	-	(307.334)
Estaleiro Atlântico Sul.....	163.384	-	163.384	-	-
Agropecuária Rio Arataú	-	-	-	-	(8.298)
BS-3	-	-	-	1	-
Adiantamento de dividendos	5.000	-	5.000	-	-
Casa Orange	-	-	-	-	-
Total	201.898	(340.297)	216.559	(594.141)	

SOMAH Investimentos e Participações S.A.

CNPJ Nº: 02.538.798/0001-55

ações que detinha nas investidas Vital Engenharia Ambiental S.A. e Orbis Engenharia Ambiental S.A. (b) Em 29 de maio de 2025, através de instrumento particular transfere a totalidade das ações que detinha na VPAR para os credores das debêntures do Gama FIP (ver Nota Explicativa nº 14). (iii) **Quatρία Naval S.A.** - Através de instrumento particular de compra e venda de quotas e outras avenças, em maio de 2025, a totalidade das quotas de participação na controlada Lequip Locadora Ltda., foi vendida para Casa Fortis investimentos e Participações S.A.

	% Par- ticip.	Saldo em 31/12/23	Dividen- dos	AAP	Resul- tado abran- gente	Aumen- to/(Re- dução) Capital	Equiva- lência patri- monial	Pro- visão perda	Saldo em 31/12/24
Controladora	100%	1.517.423	-	(919)	92.702	-	(32.380)	-	1.576.826
Álya Construtora S.A.									
Vital Eng. Ambiental S.A.	30.36%	250.056	(93.161)	763	-	-	58.266	(215.924)	-
Orbis Eng. Ambiental S.A.	30.65%	24.563	(8.582)	169	-	-	7.878	-	24.028
EGTC Infra S.A.	100%	377.237	-	-	1	-	87.091	-	464.329
Virtu Empreendimentos Ltda.	100%	38.517	-	(1)	-	(26.819)	(11.697)	-	-
Átria Investimentos e Participações S.A.	100%	371.851	-	(786)	-	-	(11.186)	-	359.879
BS 3 S.A.	100%	-	-	-	-	2	(2)	-	-
Casa Orange S.A.	100%	-	-	-	-	-	-	63.629	63.629
QGSEE Participações Ltda.	100%	12.750	-	-	-	-	(304)	-	12.446
Investimentos consolidados		2.592.397	(101.743)	(774)	92.703	(26.817)	97.666	(152.295)	2.501.137
Brava Energia S.A. (iv) ..	2,73%	191.650	-	68.261	-	-	(20.680)	-	239.231
Vital Eng. Ambiental S.A.	30,36%	-	-	-	-	-	-	215.924	215.924
Investimentos não consolidados		191.650	-	68.261	-	-	(20.680)	215.924	455.155
a) Total dos investimentos		2.784.047	(101.743)	67.488	92.703	(26.817)	76.986	63.629	2.956.292
Casa Orange S.A.	100%	(245.830)	-	-	-	67.856	241.603	(63.629)	-
Quatρία Naval S.A.	100%	(101.397)	-	-	31.857	41.678	(76.005)	-	(103.867)
b) Provisão perda investimento		(347.227)	-	-	31.857	109.534	165.598	(63.629)	(103.867)
c) Movimentação investimento		-	(101.743)	67.488	124.560	82.717	242.584	-	-

(iv) **Brava Energia S.A. (antigo investimento na Enauta Participações S.A.):** Em 1º de agosto de 2024, a Brava Energia S.A. realizou a combinação de negócios que resultou na incorporação de ações da *Enauta Participações* S.A. sociedade anônima de capital aberto, que possuía suas ações listadas no Novo Mercado da B3. No mesmo momento, a Companhia também realizou a incorporação da Maha Energy Offshore (Brasil) Ltda. ("Maha Offshore"), sociedade limitada brasileira, cujo principal ativo era a participação societária na 3R Offshore, controlada direta da Brava, e que foi renomeada para 3R Operações Offshore. Estas operações resultaram numa participação de 100% em ambas as companhias citadas, bem como nas subsidiárias da Enauta Participações. Antes da incorporação a Somah Investimentos e Participações S.A. tinha 13.107.973 ações da Enauta, após a incorporação pela Brava, foi transformada em 10.552.084 ações da Brava Energia, o equivalente a 2,73% de participação societária.

Controladora	% Particip.	Ativo	Passivo	lquido	Resultado
Álya Construtora S.A.	100%	2.826.244	1.190.716	1.635.528	87.960
EGTC Infra S.A.	100%	801.074	522.577	278.497	(72.088)
Átria Investimentos e Participações S.A.	100%	1.574.361	1.194.619	379.742	22.955
Casa Orange S.A.	100%	242.004	221.500	20.504	(43.125)
QGSEE Participações Ltda.	100%	22.329	27.896	(5.567)	(15.516)
Brava Energia S.A.	2,2714%	32.397.677	20.623.489	11.774.188	1.411.225
Quatρία Naval S.A.	100%	171.243	424.668	(253.425)	(156.023)

	Investimento	Equivalência	Investimento	Equivalência
Brava Energia S.A.	267.659	32.081	239.231	(20.680)
Álya Construtora S.A.	123.892	15.376	84.929	23.390
Vital Engenharia Ambiental S.A.	-	-	215.924	58.266
Átria Investimentos e Participações S.A.	8.748	(14.965)	78.526	32.993
Virtu Empreendimentos Ltda.	-	-	-	(11.696)
Casa Orange S.A.	22.288	48	13.476	5.984
Quatρία Naval S.A.	-	-	16.704	(70.094)
QGSEE Participações Ltda.	6.988	-	6.689	-
Orbis S.A.	-	-	29.264	308
Tota investimentos	429.575	32.540	684.743	18.471
Provisão para perda em investimentos				
Álya Construtora S.A.	(68.505)	-	(67.115)	-
Casa Orange S.A.	(5.491)	-	(3.771)	-
Quatρία Naval S.A.	(128.939)	(140.214)	(7.207)	-
QGSEE Participações Ltda.	(22.715)	(15.210)	(7.207)	-
Total provisão paras perda	(225.650)	(155.424)	(78.093)	-
Total equivalência patrimonial	-	(122.884)	-	18.481

12. Imobilizado e intangível: a) **Movimentação do imobilizado Consolidado:** Movimentação dos saldos de imobilizados para 2025 do consolidado podem ser assim demonstrados:

	Vida útil	Saldo em 31/12/2024	Aquisi- cões	Saldo em 31/12/2025	Depre- ciacão acumulada em 2025	Saldo Líquido 31/12/2025
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	174.868	24.418	(30.348)	168.938	100.103
Equipamento de campo	10%	422.465	6.035	(114.965)	313.535	113.353
Construções civis	4%	67.659	696	(879)	67.476	32.306
Pastagens, florestas e permanente	6,6%	257.206	13.501	-	270.707	175.092
Instalações	4%	131.890	4.225	(12.754)	123.361	12.694
Equipamento de oficina e outros	10%	60.840	6.198	(6.569)	60.469	33.959
Veículos	20%	285.913	12.017	(53.794)	244.136	98.693
Outros Imobilizados	10%	24.426	4.599	(3.440)	25.585	15.893
Terenos	-	401.242	99.007	(257.576)	242.673	242.435
Imobilização em curso	-	1.461	-	-	1.461	1.461
Total	-	1.827.970	170.696	(480.325)	1.518.341	(699.801)

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(85.469)	(6.155)	22.789	(68.835)
Equipamento de campo	(224.664)	(27.258)	51.740	(200.182)
Construções civis	(32.792)	(2.633)	255	(35.170)
Pastagens, florestas e permanente	(85.999)	(9.616)	-	(95.615)
Instalações	(112.274)	(6.640)	8.247	(110.667)
Equipamento de oficina e outros	(30.434)	(5.649)	2.124	(33.959)
Veículos	(136.518)	(31.949)	23.024	(145.443)
Outros Imobilizados	(9.182)	(1.220)	710	(9.692)
Terreno	(128.637)	(512)	128.911	(238)
Total da depreciação acumulada	(845.969)	(91.632)	237.800	(699.801)

Movimentação dos saldos de imobilizados para 2024 do consolidado podem ser assim demonstrados:

	Vida útil	Saldo em 31/12/2023	Aquisi- cões	Baixas	Saldo em 31/12/2024	Saldo Líquido 31/12/2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	159.351	15.517	-	174.868	89.399
Equipamento de campo	10%	434.133	7.954	(19.622)	422.465	197.801
Construções civis	4%	130.276	2.331	(64.948)	67.659	34.867
Pastagens, florestas e permanente	6,6%	224.639	33.248	(681)	257.206	171.207
Imóveis	4%	16.995	-	(16.995)	-	-
Instalações	4%	277.841	9.166	(155.117)	131.890	19.616
Equipamento de oficina e outros	10%	47.482	21.180	(7.822)	60.840	30.406
Veículos	20%	450.780	86.474	(251.341)	285.913	149.395
Outros Imobilizados	10%	41.985	9.895	(27.454)	24.426	15.244
Desenvolvimento	-	(20.733)	20.733	-	-	-
Exploração	-	306.646	-	(306.646)	-	-
Terenos	-	90.616	310.626	-	401.242	272.605
Imobilização em curso	-	-	51.279	(49.818)	1.461	1.461
Total do custo de aquisição	-	2.160.011	568.403	(900.444)	1.827.970	982.001

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(70.268)	(34.421)	19.220	(85.469)
Equipamento de campo	(234.767)	(43.019)	53.122	(224.664)
Construções civis	(6.173)	(26.619)	-	(32.792)
Pastagens, florestas e permanente	(76.139)	(9.862)	2	(85.999)
Imóveis	(15.630)	-	15.630	-
Instalações	(198.670)	(5.849)	92.245	(112.274)
Equipamento de oficina e outros	(32.306)	(4.088)	5.960	(30.434)
Veículos	(271.705)	(33.686)	168.873	(136.518)
Outros Imobilizados	(25.348)	(1.386)	17.552	(9.182)
Terreno	-	(128.637)	-	(128.637)
Total da depreciação acumulada	(931.006)	(287.567)	372.604	(845.969)

b) **Movimentação do Intangível consolidado:** Movimentação dos saldos de intangíveis para 2025 podem ser assim demonstrados:

	Vida útil Estimada	Saldo em 31/12/2024	Aqui- sições	Baixas	Saldo em 31/12/2025	Amor- tização acumulada em 2025	Saldo em 31/12/2024
Intangível - consolidado		283.363	27.214	(10.156)	300.422	(26.101)	274.319
Direito de concessão serviços públicos		31.945	-	-	31.945	-	31.945
Marcas e tecnologia		2.111	580	(4)	2.687	(1.317)	1.371
Software		631	-	-	631	-	631
Pesquisa e desenvolvimento		936	-	(157)	779	(295)	484
Acervo técnico		-	-	-	-	-	-
Total		318.986	27.794	(10.317)	336.463	(27.713)	308.750

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Intangível - consolidado	(14.692)	(11.409)	-	(26.101)
Direito de concessão de serviços públicos	(1.138)	(183)	4	(1.317)
Software	(295)	-	-	(295)
Acervo técnico	(16.125)	(11.592)	4	(27.713)

Movimentação dos saldos de intangíveis para 2024 podem ser assim demonstrados:

	Vida útil Estimada	Saldo em 31/12/2023	Aqui- sições	Baixas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024
Intangível - consolidado		241.025	63.360	(21.022)	283.363	268.671
Direito de concessão serviços públicos		32.035	-	(90)	31.945	31.945
Marcas e tecnologia		11.162	159	(9.210)	2.111	973
Software		1.143	-	(512)	631	631
Pesquisa e desenvolvimento		1.639	-	(703)	936	641
Acervo técnico		287.004	63.519	(31.537)	318.986	302.861

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Intangível - consolidado	(8.707)	(14.692)	8.707	(14.692)
Direito de concessão de serviços públicos	(4.417)	(164)	3.443	(1.138)
Software	566	(861)	-	(295)
Acervo técnico	-	-	-	-
Total da amortização acumulada	(12.558)	(15.717)	12.150	(16.125)

	Aquisições	Depreciação/amortização	Baixas
Movimentação do ativo imobilizado e intangível - consolidado em 2025			
Movimentação dos saldos de intangíveis e imobilizados para 2025 podem ser assim demonstrados:			
Consolidado			
Imobilizado	170.696	(91.632)	(242.525)
Intangível	27.794	(11.592)	(10.313)
Total	198.490	(103.224)	(252.838)
Movimentação do ativo imobilizado e intangível - consolidado em 2024			
Consolidado			
Imobilizado	568.403	(287.567)	(527.840)
Intangível	63.519	(15.717)	(19.387)
Total	631.922	(303.284)	(547.227)

	Vida útil Estimada	Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Imobilizado - Controladora					
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	1.418	271	-	1.689
Outros Imobilizados	10%	34	-	-	34
Total		1.452	271	-	1.723

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Depreciação acumulada em 2025				
Controladora				
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(693)	(306)	-	(999)
Outros Imobilizados	(19)	(6)	-	(25)
Total	(712)	(312)	-	(1.024)
Total do imobilizado líquido	740	-	-	699

	Vida útil Estimada	Saldo em 31/12/2023	Aquisi- cões	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Movimentação dos saldos de imobilizado da Controladora para 2024 podem ser assim demonstrados:					
Imobilizado - Controladora					
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	1.171	247	-	1.418
Outros Imobilizados	10%	30	4	-	34
Total		1.201	251	-	1.452

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Depreciação acumulada em 2024				
Controladora				
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(436)	(257)	-	(693)
Outros Imobilizados	(14)	(5)	-	(19)
Total do custo de aquisição	(450)	(262)	-	(712)
Total do imobilizado líquido	751	(11)	-	740

	Consolidado 31/12/2025	Controladora 31/12/2025
13. Fornecedores		
Circulante		
Fornecedores no Brasil	385.782	283.622
Subempreiteiros	263	31.875
Fornecedores no exterior	118.293	111.673
Total	504.338	427.170

14. Empréstimos e financiamentos: O saldo de empréstimos e financiamentos para 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim demonstrados:

	Consolidado 31/12/2025	Controladora 31/12/2025
Empréstimos e financiamentos – circulante	137.214	148.615
Empréstimos e financiamentos – não circulante	2.074.803	2.352.037
Total	2.212.017	2.500.652

a) Composição dos financiamentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024						
			31/12/2025		31/12/2024	
	Modalidade	Encargos	Circu- lante	Não circulante	Circu- lante	Não circulante
CCB	CCB	TR	-	92.195	-	-
1ª emissão – 1-2 série	Debêntures	IPCA	-	-	-	42.386
2ª emissão – 1-10 série	Debêntures	IPCA	-	-	-	154.220
3ª emissão – 1-10 série	Debêntures	IPCA	-	-	-	17.376
4ª emissão – série única	Debêntures	IPCA	-	-	-	23.794
6ª emissão – 2a série	Debêntures	TR	-	233.892	-	228.233
6ª emissão – 3a série	Debêntures	TR	-	-	-	9.871
7ª emissão – série única	Debêntures	TR	-	224.195	-	241.449
8ª emissão – série única	Debêntures	TR	-	264.617	-	257.022
9ª emissão – série única	Debêntures	TR	-	191.229	-	185.663
10ª emissão – série única	Debêntures	TR	-	-	-	26.652
Controladora			-	1.006.128	-	1.186.666
CCB	CCB	TR	-	33.000	-	122.166
3ª emissão - Alya	Debêntures	TR	-	179.697	-	175.349
Caterpillar Financeal	CDC/Finame	Prefixado	14.250	25.397	28.300	74.171
Banco Mercedes-Benz	CDC/Finame	Prefixado	11.385	28.119	11.841	47.701
Banco do Brasil	FGM	TJLP	-	-	13.889	-
Banco Guanabara	CDC	CDI	6.830	5.711	8.103	14.483
Banco John Deere	CDC	Prefixado	1.967	2.791	1.977	4.642
Quatá	Nota Comercial	CDI	9.186	15.142	10.008	13.562
Massy Motors Guyana	Financiamento	Prefixado	1.506	-	6.103	1.696
Multiplica	Nota comercial	CDI	13.135	-	170	9.137
Banco Continental – Paraguai	Capital Giro	USD + SOFR 6M	-	47.514	-	-
Banco Daycoval	CCB	CDI	-	-	950	3.482
BMG	CCB	CDI	-	-	3.470	9.234
SICOOB	CDC	CDI	2.528	6.604	1.341	8.868
Banco Fibra	Nota Comercial	CDI	6.295	13.739	3.359	11.739
Banco C6	Nota Comercial	CDI	4.223	2.777	-	-
Construção			71.305	360.491	89.511	496.230
Banco Volkswagen	Finame	CDI	-	-	221	1.412
Ambiental			-	-	221	1.412
Crédito Imobiliário	Crédito Imobiliário	Prefixado	34.292	-	31.732	-
Imobiliária			34.292	-	31.732	-
CCB	CCB	TR	-	249.157	-	243.128
Confissão dívida	Confissão dívida	TR	-	340.701	-	332.458
Banco Daycoval	CDC	CDI	17.639	-	4.989	-
2ª emissão - Tamóios	Debêntures	IPCA	11.837	88.705	20.580	86.933
Banco CNH Industrial	CCB	Prefixado	2.141	29.621	1.582	5.210
Outros negócios			31.617	708.184	27.151	667.729
(b) Total controladas			137.214	1.068.675	148.615	1.165.371
Total consolidado (a) + (b)...			137.214	2.074.803	148.614	2.352.037

CNPJ Nº: 02.538.798/0001-55



Atria Investimentos e Participações S.A.: A Companhia e suas controladas são partes em outros processos

	Construção civil	Total
Contribuição social.....	33.728	33.728
Imposto de renda.....	95.728	95.728
Total	129.456	129.456

SOMAH Investimentos e Participações S.A.

CNPJ Nº: 02.538.798/0001-55

26. Gestão de risco financeiros: **a) Considerações gerais:** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Somah Investimentos e Participações S.A. e suas investidas. As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da QGSA concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Somah Investimentos e Participações S.A. **b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

27. Programa de compliance: Ao longo de 2025, de acordo com a governança interna do Programa de Compliance, foram apresentados ao Conselho de Administração da SOMAH os Relatórios Semestrais com as atividades, estatísticas e indicadores do Programa nas empresas controladas pela SOMAH, referentes à evolução do programa, garantindo, assim, a transparência e efetividade das ações realizadas e o contínuo comprometimento da alta direção da empresa. Cumpre destacar que a Concessionária Tamoios, em junho de 2025, formalizou sua adesão ao "Pacto Brasil pela Integridade Empresarial", iniciativa promovida pela Controladoria Geral da União (CGU) que estimula empresas atuantes no Brasil a assumirem, voluntariamente, o compromisso público com a integridade empresarial, fortalecendo boas práticas de governança e conformidade. No ano de 2025, o Programa de Compliance da Álya foi reconhecido nacionalmente ao vencer a categoria Infraestrutura na 2ª edição do Leaders League Compliance Summit & Awards Brasil, reforçando a maturidade e a efetividade das práticas adotadas pela companhia. Em março, foi realizado pela Álya, o Workshop de Compliance para Diretores, Superintendentes, Gerentes de Contrato e Gestores Corporativos, com foco nas Relações Governamentais e Concorrentiais. O evento abordou as leis aplicáveis ao setor, com destaque para as exigências da nova Lei de Licitações, reforçando a necessidade de manter o Programa de Compliance eficaz e em melhoria contínua. Em agosto, a companhia obteve êxito na segunda auditoria de manutenção da certificação ISO 37001:2016 - Sistema de Gestão Antissuborno. Em junho de 2025, a Álya oficializou seu retorno como associada ao Instituto Ethos, organização voltada à promoção de práticas empresariais responsáveis, com foco em iniciativas que impulsionam o desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável. Essa adesão reafirma o comprometimento da Companhia com os princípios de integridade, transparência e sustentabilidade, para a construção de uma sociedade mais ética e justa. Ainda neste ano, foram implementados Programas de Compliance nos consórcios sob responsabilidade da Álya, reforçando o compromisso com a ética, a conformidade e a governança em suas estruturas consorciadas. Nas Unidades de Negócio, foram promovidos treinamentos periódicos, com foco em políticas internas, conduta ética e situações de assédio. Em parceria com a equipe de Comunicação, foram realizadas campanhas educativas abordando temas como ética no ambiente de trabalho, assédio moral e discriminação. Ao final do segundo semestre, foi realizada a capacitação da equipe e dos agentes de compliance na nova versão da norma ISO 37.001:2025, reforçando o compromisso da Álya com a atualização contínua e com os mais elevados padrões internacionais de gestão antissuborno. A EGTC Infra reafirmou, com orgulho, seu compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa ao aderir, pelo segundo ano consecutivo, ao Pacto Global da ONU. Essa iniciativa demonstra a dedicação contínua da companhia aos dez princípios universais sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. No segundo semestre de 2025, a companhia foi submetida a auditorias internas e externas de compliance, resultando na manutenção das certificações ISO 37.001 (Sistema de Gestão Antissuborno) e ISO 37.301 (Sistema de Gestão de Compliance). Em novembro de 2025, a EGTC realizou mais uma edição do projeto "Ética na Escola", no município de Piraí, impactando mais de 80 crianças do Ensino Fundamental I. A iniciativa foi reconhecida como um dos dez projetos mais relevantes na categoria Rising Stars do evento Compliance ON TOP, destacando-se como referência em educação para integridade. A área de Compliance também participou do Workshop de Suprimentos, apresentando materiais estruturados aos colaboradores das obras e escritórios, reforçando orientações preventivas e diretrizes para decisões éticas. Adicionalmente, conduziu reuniões com clientes e potenciais clientes, fortalecendo o diálogo institucional e o compromisso com práticas transparentes em toda a cadeia de relacionamento. De um modo geral, as empresas controladas pela SOMAH se dedicaram à melhoria contínua de seus Programas de Compliance, através da implementação de novos indicadores de gestão, da implementação do calendário de treinamentos, plano de comunicação e do Ciclo de Palestras 2025. Ao longo do ano, foram divulgados, por meio de webmails e cartazes, comunicados que relacionavam temas de compliance a situações do cotidiano dos colaboradores. O Ciclo de Palestras 2025 contou com dois eventos principais. O primeiro, "Compliance na Prática – Como o Canal de Denúncias fortalece a Gestão de Riscos", foi conduzido por especialista da Deloitte Brasil, e teve como propósito esclarecer aos colaboradores aspectos relacionados ao funcionamento dos Canais de Denúncia, demonstrando como as boas práticas no seu uso contribuem para a prevenção de riscos e fraudes corporativas. O segundo evento, realizado em novembro de 2025, "Debate Tomada de Decisão Ética", consolidou-se como uma referência entre os colaboradores, destacando-se pela expressiva participação e pela conexão direta com situações enfrentadas no dia a dia. Ambos os eventos contaram com a participação de gestores e colaboradores das diversas empresas controladas pela SOMAH, fortalecendo o engajamento e ampliando o alcance das iniciativas de integridade no grupo. Em fevereiro, foi atualizado o Risk Assessment da Timbaúba S.A., com o objetivo de identificar e avaliar os riscos de compliance específicos da companhia, contribuindo para o fortalecimento de seu programa de integridade. Em uma iniciativa conjunta Timbaúba e SOMAH, em maio, foi implementada uma ação de grande importância e relevância social: o projeto "Ética na Escola", que desta vez visou levar conhecimento e promover debates sobre temas essenciais como assédio, racismo, violência, preconceito e respeito para as crianças do Instituto Água Viva localizada no município de Riacho do Sobrado, interior da Bahia. O projeto se destacou pelo impacto positivo na comunidade local, aproximando a Timbaúba das novas gerações e reforçando seu compromisso com a educação, a cidadania e o desenvolvimento de valores éticos fundamentais para a sociedade. Também foram promovidas, na companhia, a Semana de Compliance e SIPATR, ampliando a conscientização e o engajamento dos colaboradores em temas de integridade e segurança no trabalho. Em maio, foi atualizado o Risk Assessment com intuito de subsidiar a Concessionária Tamoios a mapear e avaliar os riscos de compliance, e auxiliar no processo de prevenção, detecção e remediação de desvios de conduta e demais riscos da companhia. No 4º trimestre de 2025 a Concessionária concluiu a matriz referente ao Plano de Monitoramento de Riscos permanecendo dedicada ao acompanhamento dos prazos e da execução das ações previstas. Em agosto de 2025 foi conduzida uma auditoria de compliance, cujo Plano de Ações resultante foi aprovado pela Alta Direção e atualmente encontra-se em fase de acompanhamento e implementação dos itens propostos. Ainda no mesmo período, realizou-se o "Compliance Day" – evento voltado à promoção da cultura de integridade e à disseminação do Canal de Denúncias da companhia. A iniciativa contou com a participação da gestora de compliance da empresa, assim como representantes da Deloitte, empresa responsável pela gestão do Canal, reforçando o compromisso da Concessionária Tamoios com a transparência, a ética e a melhoria contínua de seus mecanismos de integridade. A Casa Orange, atenta às novas tecnologias, lançou em 2025 o Abel, um "bot" inteligente especializado em Compliance. O robô, desenvolvido com tecnologia de IA, foi cuidadosamente treinado com base nas políticas internas da companhia e está apto a responder perguntas e esclarecer dúvidas dos colaboradores sobre o Programa de Compliance. No segundo semestre, foi implementado o Sistema de Compliance (HCM), uma plataforma centralizada destinada à gestão e ao controle de documentos e obrigações relacionadas à conformidade. Além disso, por meio da iniciativa "Compliance nas Obras", foram realizadas ações diretamente nos canteiros, promovendo a divulgação do Canal de Denúncia e ampliando o alcance e a efetividade do reporte de irregularidades. Por fim, destaca-se a evolução das iniciativas voltadas ao aprimoramento dos Programas de Compliance nos demais negócios das empresas controladas pela SOMAH, com ênfase na Timbaúba S.A., Concessionária Rodovia dos Tamoios e Casa Orange. Nessas empresas, vêm sendo promovidas diversas ações direcionadas à disseminação e divulgação do Programa, ao fortalecimento da gestão de riscos de integridade relacionados às suas operações e à implementação de planos de ação decorrentes das auditorias realizadas para avaliar o grau de aderência dos processos internos às diretrizes estabelecidas. Os Programas de Compliance da Álya e EGTC Infra também merecem destaque uma vez que, apesar da maturidade já atingida, continuam evoluindo e têm sido reconhecidos, seja por meio de premiações, seja pela conquista e manutenção de certificações relevantes, evidenciando a consolidação da cultura de integridade em todas as empresas do grupo. De um modo geral, as empresas controladas pela SOMAH se dedicaram à melhoria contínua de seus Programas de Compliance, através da capacitação de novos agentes de compliance, da criação da figura do multiplicador de compliance nas Unidades de Negócios e da implementação do calendário de treinamentos, plano de comunicação e do Ciclo de Palestras 2024. Ao longo do ano, foram divulgados, por meio de webmails e cartazes, comunicados que relacionavam temas de Compliance a situações do cotidiano dos colaboradores. O Ciclo de Palestras, neste ano, contou com a palestra "Bate-papo com a Deloitte", que teve o propósito de esclarecer aos colaboradores aspectos relacionados ao funcionamento dos nossos Canais de Denúncia e às investigações realizadas em caso de suspeita de desvios de conduta. O evento contou com expressiva participação de Gestores e colaboradores de diversas empresas. Ainda, foram realizadas a palestra "Assédio no Ambiente de Trabalho" conduzida por consultoria especializada sobre a prevenção e o combate ao assédio moral e sexual no trabalho, bem como o debate "Tomada de Decisão Ética" onde foram apresentados e discutidos dilemas éticos, e que contou com a participação Gestores e colaboradores das áreas de Compliance das diversas empresas controladas pela holding SOMAH. Em uma iniciativa conjunta EGTC e SOMAH,

foi implementada uma ação de grande importância e relevância social: o projeto "Ética na Escola". Esta iniciativa visou levar conhecimento e promover debates sobre temas essenciais como assédio, racismo, preconceito e respeito para estudantes das escolas públicas dos municípios de Piraí e Paracambi, localizados no entorno da obra Nova Serra das Araras. O projeto se destacou pelo impacto positivo nas comunidades locais, aproximando a EGTC das novas gerações e reforçando seu compromisso com a educação, a cidadania e o desenvolvimento de valores éticos fundamentais para a sociedade. Durante o mês de novembro foi realizada nas empresas controladas pela SOMAH a Pesquisa de Percepção de Compliance, quando todos os colaboradores são convidados a participar e responder a um formulário com questões sobre sua percepção do programa, bem como ações realizadas e sugestões. Dando continuidade ao programa "Compliance – Você faz a diferença!", foram selecionados e reconhecidos pelo Comitê de Ética os colaboradores que se destacaram no engajamento em questões éticas e atitudes extraordinárias no ano de 2023 nas categorias: Gestores e Agentes de Compliance, Atendimento ao Código de Ética ou às Políticas de Compliance e Participação/Contribuição em eventos. De forma complementar, foi dada sequência à realização da Campanha "Dia a Dia com Ética", mobilizando os colaboradores a participar de treinamentos através de vídeos educativos e dinâmicos. Neste ano foi realizada reativação do programa de Compliance da Quatria Naval S.A. (nova razão social da QG Naval), o que possibilitou credenciamento da Quatria junto a diversos potenciais clientes. Por fim, destaca-se a evolução das iniciativas relacionadas ao aprimoramento dos programas de compliance nos demais negócios das empresas controladas pela SOMAH, com destaque para Timbaúba S.A. e a Concessionária Rodovia dos Tamoios, onde estão sendo promovidas diversas ações voltadas à disseminação e divulgação do Programa, à gestão de riscos de integridade em relação aos seus negócios com o propósito da efetividade e melhoria contínua deste importante pilar do Programa de Compliance e à implementação de plano de ação decorrente da realização de auditorias de avaliação do grau de aderência dos processos internos às regras do programa.

28. Seguros: **a) Átria Investimentos e Participações S.A.:** A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão. Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia, fiança	Dezembro/2026	27.517
Seguro responsabilidade civil.....	Maio/2026	30.000
Seguro riscos de engenharia acesso ao porto São Sebastião	Abril/2027	100.000
Seguro risco responsabilidade civil acesso ao porto São Sebastião	Abril/2026	67
Seguro risco engenharia passivo do planalto fase 2	Maio/2026	289.001
Seguro responsabilidade civil passivo do planalto	Agosto/2026	276
Seguro responsabilidade civil.....	Abril/2026	30.000
Seguro responsabilidade operacional	Abril/2026	100.000
Seguro frota porto seguro.....	Abril/2026	1.000

b) Álya Construtora S.A.: Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Data da vigência		Importâncias seguradas
	Início	vencimento	
Seguro garantia - Setor público.....	31/08/2022	16/01/2028	383.745
Responsabilidade civil - Geral.....	31/08/2020	09/10/2025	16.000
Risco de engenharia.....	31/07/2021	09/04/2026	2.663.029

c) EGTC Infra S.A.: Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Data de vigência		Importância segurada
	Início	Vencimento	
Responsabilidade civil - geral.....	21/12/2023	26/06/2026	17.000
Responsabilidade civil - administradores e diretores	05/07/2025	05/07/2026	20.000
Risco de engenharia.....	19/09/2024	31/05/2028	207.336
Seguro garantia - setor privado	01/06/2025	30/04/2026	230.437

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia e sua controlada.

29. Transações não caixa: **a) Casa Orange S.A.:** A seguir relacionamos as principais transações no exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora			31/12/2024 Consolidado		
Aumento de capital das investidas com recurso de mútuos e investimentos	Ativo	Passivo	Resulta- do	Ativo	Passivo	Resulta- do
Partes relacionadas.....	-	67.855	-	-	67.855	-
Patrimônio líquido – Capital social	-	(67.855)	-	-	(67.855)	-
Liquidação de empréstimos por dação						
Terrenos	(1.002)	-	-	(70.588)	-	-
Partes relacionadas.....	(69.586)	-	-	-	-	-
Debêntures, empréstimos e financiamentos	-	207.525	-	-	207.525	-
Outras receitas	-	-	(136.937)	-	-	(136.937)
Liquidação de empréstimos por dação de investimentos						
Investimentos	(42.205)	-	-	(42.205)	-	-
Debêntures, empréstimos e financiamentos	-	42.205	-	-	42.205	-
Liquidação de empréstimos por partes relacionadas						
Partes relacionadas.....	-	(27.027)	-	-	(27.027)	-
Debêntures, empréstimos e financiamentos	-	27.027	-	-	27.027	-

b) Álya Construtora S.A.: Foi celebrado contrato de assunção de dívida entre Álya, o Fundo administrador das CCB e a Somah Participação. A Somah assumiu parte da dívida da Álya e em pagamento a Álya dá quitação de parte do valor devido pela Somah no valor de R\$ 92.196. **c) EGTC Infra S.A.:** Conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 2 de abril de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$113.744, conforme segue: Distribuição à título de dividendos da reserva de lucro no montante de R\$82.737 até 31 de dezembro de 2025; Distribuição à título de dividendos da reserva de lucro a realizar, constituída no exercício de 2023, no montante de R\$31.007 até 31 de dezembro de 2025.

30. Evento subsequente: **a) Álya Construtora S.A.:** Em 19 de janeiro de 2026, a Companhia firmou instrumento de confissão e assunção de dívida e outras avenças junto à sua controladora Somah Investimentos e Participações S.A., em que a controladora Somah assumiu integralmente o saldo devedor da 3ª emissão de debêntures da Companhia no montante de R\$179.697, com expressa anuência do credor. Em razão da assunção de dívida mencionada, a Companhia efetuou quitação do saldo devedor com compensação não caixa de transações entre partes relacionadas.

A Companhia conquistou novo contrato junto a Secretaria de infraestrutura Urbana e Obra – SIURB da Prefeitura de São Paulo- SP. Com investimento da ordem de R\$ 622.000, o projeto prevê a implantação do Túnel Sena Madureira e a requalificação sobre o túnel e no entorno imediato. A obra de mobilidade urbana beneficiará mais de 330 mil habitantes da zona sul da cidade, além de promover melhorias no espaço público e na qualidade de vida das comunidades atendidas. A Companhia possui participação de 50,50% no Consórcio que executará a referida obra, cuja assinatura do contrato ocorreu em 26 de março de 2026. **b) EGTC Infra S.A.:** Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a sua primeira emissão pública de debêntures, no montante total de R\$ 150.000, cuja emissão ocorreu em 21 de janeiro de 2026 e cuja liquidação financeira foi realizada em 23 de janeiro de 2026. As debêntures têm vencimento da primeira parcela em 15 de maio de 2026 e vencimento da última parcela em 15 de abril de 2027, remuneram seus titulares a uma taxa de CDI + 4% ao ano atualizadas pelo CDI e apresentam pagamentos de remuneração com frequência mensal, sendo que os recursos captados se destinam ao reforço de caixa e consequente otimização do capital de giro da Companhia.

DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Ernesto Escóssia Araújo Camarço Diretor-Presidente	André de Oliveira Cândia - Presidente
Márcio José Pacheco de Mesquita Diretor	Antônio Ricardo Alvarez Alban - Conselheiro
	Ernesto Escóssia Araújo Camarço - Conselheiro
CONTADOR	
Flávio de Castro e Souza - CRC-RJ 060.913/O-1	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Somah Investimentos e Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Somah Investimentos e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Somah Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA): Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **Reconhecimento de receita de vendas – Notas Explicativas nºs 3.9.3 e 21: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 21, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia havia registrado na rubrica de receita operacional líquida o montante de R\$ 3.969.110 mil referente à serviços de coleta e limpeza urbana, incorporação imobiliária, locação, produtos agrícolas, rodovias, aterro sanitário, agropecuária, construção civil, dentre outras. A receita de vendas é reconhecida quando do atendimento das obrigações de performance previstas nestes tipos de operações (no caso, a identificação do contrato, a identificação das obrigações de performance do contrato, a determinação do preço da transação, a alocação do preço da transação às obrigações de performance e o reconhecimento da receita quando da satisfação da obrigação de performance), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards). Devido à relevância dos montantes envolvidos e à necessidade de controles auxiliares para o adequado reconhecimento da venda para a contraparte, consideramos este assunto uma área de risco e, dessa forma, um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de

auditoria incluíram, entre outros: • avaliação do desenho e entendimento dos controles internos relevantes determinados pela administração para o reconhecimento de receitas; incluindo a identificação do contrato, identificação das obrigações de performance do contrato, a determinação do preço da transação, a alocação do preço da transação às obrigações de performance e o reconhecimento da receita quanto da satisfação da obrigação de performance; • em base amostral, testamos a documentação suporte das vendas efetuadas e recebimentos correlatos, considerando, dentre outras informações, o preço da transação; • avaliação da integridade do relatório de contas a receber por idade de vencimento (aging-list) através da análise de documentos comprobatórios (nota fiscal, fatura, recebimentos); • realização de procedimentos analíticos para obtenção do entendimento das principais oscilações ocorridas durante o exercício; • avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para o reconhecimento da receita de vendas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026

	Grant Thornton	
Grant Thornton	Audítores Independentes Ltda.	Paulo Alcoforado Cavalcante Neto
CRC SP-025.583/F-2		Contador CRC SP-354.256/O-5

OPÇÃO JCA TURISMO E FRETAMENTO LTDA.									
CNPJ Nº 00.091.382/0001-06 / NIRE Nº 33.2.0503969-1									
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2025 e 2024 (Valores apresentados em milhares de reais, exeto quando informado de outra forma), apresentadas de forma resumidas. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.gov.br/centraldebalancos . - Niterói/ RJ, 22 de maio de 2026.									
Balancos Patrimoniais			Demonstração do Resultado do Exercício				Demonstrações de Fluxos de Caixa		
Ativo	2025	2024	2025	2024	2025	2024	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2025	2024
Ativo Circulante			Receita Operacional Líquida	63.696	62.636	3.873	Lucro Líquido do exercício	3.873	7.032
Caixa e equivalentes de caixa	1.743	9.031	Custo dos serviços prestados	(51.921)	(41.467)	8.684	Despesa de amortização s/ direito de uso - CPC6 R2/ IFRS 16	8.684	1.992
Contas a receber de clientes e de partes relacionadas			Lucro (Prejuízo) Bruto	11.775	21.168	699	Despesa de juros s/ arrendamento CPC6 R2/IFRS 16	699	49
. Clientes	13.493	11.657	(Despesas) Receitas operacionais			(22)	Despesa de depreciação s/ imobilizado	(22)	10
. Partes relacionadas	3.258	96	(Despesa) gerais e administrativas	(10.163)	(12.475)	(26)	Amortização	(26)	-
Total de Contas a Receber	16.751	11.753	(Despesas) comerciais	(1.495)	(2.520)	(1.763)	Imposto de renda e contr. social - diferidos	(1.763)	(1.737)
Estoques	313	140	Outras Receitas e (Despesas) Operacionais, líquido	6.332	876	147	Provisão (Reversão da) p/riscos fiscais, trabalhistas e outros	147	(36)
Impostos a recuperar	6.489	1.863	Total Receitas (Despesas) Operacionais	(5.326)	(14.119)	-	Provisão para perdas esperadas de créditos e de investimentos	-	(77)
Veículos Destinados a Venda	49	1.788	Total do (Prejuízo) Operacional, Exceto Resultado Financeiro	6.449	7.049	11.592	Lucro (Prejuízo) do exercício ajustado	11.592	7.232
Outros ativos	523	271	Resultado Financeiro Líquido	(305)	406	(Aumento) Redução dos Ativos Operacionais:			
Total do Ativo Circulante	25.867	24.847	(Prejuízo) antes dos impostos	6.144	7.455	Contas a receber de clientes e das operações	(1.835)	3.543	
Não circulante			Receita (Despesas) de impostos (IRPJ e CSLL)			Partes relacionadas	(3.162)	674	
Realizável a Longo Prazo			Receitas (despesas) de impostos (IRPJ e CSLL) correntes	(4.033)	(2.161)	Estoques	(172)	(135)	
. Depósitos judiciais	36	36	Receitas (despesas) de impostos (IRPJ e CSLL) diferida	1.763	1.737	Impostos e contribuições a recuperar	(4.626)	(1.136)	
. Impostos (IRPJ e CSLL) diferidos ativos	994	938	Total de Receita (Despesas) de Impostos (IRPJ e CSLL)	(2.270)	(423)	Outros créditos a receber	1.488	1.191	
	1.030	974	Lucro líquido do Exercício	3.873	7.032	Total do (Aumento) Redução dos Ativos Operacionais	(8.308)	4.137	
Investimento			Número de Quotas do Capital Social Subscrito e Integralizado	930.000	930.000	Aumento (Redução) dos Passivos Operacionais:			
Imobilizado	16.124	6.617	Lucro do Exercício por Quotas Expresso em Reais com Centavos (R\$)	4,16	7,56	Fornecedores a pagar a terceiros (nacionais)	778	201	
Direito de Uso por Arrendamento	817	192				Salários, encargos e obrigações sociais	666	(463)	
Intangível	131	157				Impostos a recolher, exceto CSLL e IRPJ	96	73	
Total do Ativo Não Circulante	18.102	7.940				Imposto de renda e contribuição social	1.872	1.565	
Total do Ativo	43.969	32.787				Partes relacionadas	5.225	(2.548)	
Passivo e Patrimônio Líquido	2025	2024				Outros passivos	(318)	1.887	
Passivo Circulante			Demonstrações dos Resultados Abrangentes	2025	2024	Total do Aumento (Redução) do Passivos Operacionais	11.604	12.084	
Fornecedores a pagar a terceiros e a partes relacionadas			Lucro Líquido do Exercício	3.873	7.032	Total do Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	14.887	23.452	
. Terceiros (nacionais)	1.671	893	Outros Resultados Abrangentes	-	-	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
. Partes relacionadas	5.233	3.258	Total dos Resultados Abrangentes	3.873	7.032	Aquisições de imobilizados	(12.846)	-	
	6.904	4.151				Baixas de ativo imobilizado	3.285	-	
Mútuos a pagar a partes relacionadas	3.250	-	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			Total do Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos	(9.561)	-	
Dividendos a Pagar	1	1				Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Arrendamentos a pagar a partes relacionadas	856	190	Capital social subscrito e integralizado	17.977	(6.610)	Pagamentos de arrendamentos financeiros	(9.331)	(2.047)	
Salários, encargos e obrigações sociais	3.648	2.982	Lucros (Prejuízos) Acumulados	7.032	7.032	Adiantamento p/ Futuro aumento de Capital	-	(1.187)	
Impostos a recolher, exceto IRPJ e CSLL (inclui refinanciamento de tributos)	617	521	Saldo em 31/12/2023	-	7.032	Total do Caixa Líquido (Aplicado nas) Atividades de Investimentos			
Adiantamentos recebidos de clientes	-	36	Saldo em 31/12/2024	17.977	422	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Imposto de renda e contribuição social	4.033	2.161	Lucro líquido do exercício	-	3.873	Pagamentos de arrendamentos financeiros	(9.331)	(2.047)	
Outras contas a pagar	1.149	1.559	Saldo em 31/12/2025	17.977	4.295	Adiantamento p/ Futuro aumento de Capital	-	(1.187)	
Total do Passivo Circulante	20.459	11.601				Total do Caixa Líquido (Aplicado nas) Atividades de Investimentos	(9.331)	(3.234)	
Passivo Não Circulante			Nota Explicativa			Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa	(7.288)	8.849	
Arrendamentos a pagar a partes relacionadas	11	-	Contexto Operacional: A Empresa foi constituída em abril de 1994, e tem como objetivo a exploração do transporte rodoviário de passageiro, em serviços especiais de fretamento e turismo (municipal, intermunicipal e interestadual), no Brasil, previstos em legislação específica. O Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional, Intermunicipal e Municipal de Passageiros são regulados pelo Poder Concedente Federal, Estadual e Municipal, respectivamente			Saldo do Início do Exercício	9.031	182	
Impostos (IRPJ e CSLL) diferidos-passivo	1.081	2.787	Apresentações: - As demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas			Saldo do Final do Exercício	1.743	9.031	
Provisão para contingências	147	-				Variação do caixa e equivalentes de caixa no exercício	(7.288)	8.849	
Total do Não Circulante	1.238	2.787							
Total do Passivo Circulante e Não Circulante	21.697	14.389							
Patrimônio Líquido									
Capital social subscrito e integralizado	17.977	17.977							
Lucros acumulados	4.295	422							
Total do Patrimônio Líquido	22.272	18.399							
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	43.969	32.787							
Gustavo Nader Damiao Rodrigues - Diretor Presidente			Marcelo Carvalho Barreto - Diretor Executivo			Alexandre Arantes Carvalho - Contador CRCRJ nº 127812/O-9			

RÁPIDO MACAENSE LTDA E SUA CONTROLADA SIT MACAÉ TRANSPORTES S.A.														
CNPJ: 29.689.999/0001-00 - NIRE Nº 33.2.0018926-1														
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.25 e 2024, apresentadas de forma resumidas. Macaé/RJ, 22 de maio de 2026.														
Balanco Patrimonial (Em MR\$)					Demonstração do Resultado (Em MR\$)					Demonstração do Fluxo de Caixa (Em MR\$)				
Ativo	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	370	5.327	385	5.665	Receita Operacional Líquida	34.063	30.547	204.864	196.436	Lucro Líquido do exercício	9.256	6.253	10.923	7.456
Contas a receber de clientes e de partes relacionadas					Custo dos Serviços Prestados	(24.619)	(22.178)	(150.893)	(147.762)	Depreciação	650	117	3.925	3.131
. Clientes, exceto a prefeitura de Macaé	308	113	1.047	113	Lucro (Prejuízo) Bruto	9.444	8.369	53.971	48.673	Amortização	5.809	5.082	12.388	11.009
. Prefeitura de Macaé	-	-	22.463	18.613	(Despesas) Receitas operacionais					Juros Arrendamento IFRS 16	395	375	916	826
. Partes relacionadas	925	3.773	1.930	1.357	(Despesas) gerais e administrativas	(9.644)	(10.436)	(20.727)	(19.645)	Receita (Despesa) de imposto de renda e de				
Total de contas a receber de clientes e de partes relacionadas	1.233	3.886	25.440	20.084	(Despesas) Comerciais	(350)	(298)	(350)	(298)	contribuição social diferida	(153)	(10)	5.445	4.019
Mútuos a receber de controlada SIT Macaé Transportes S.A.	37.852	25.485	-	-	Ganho de Equivalência Patrimonial	9.446	8.616	-	-	Perda (ganho) de equivalência patrimonial	(9.446)	(6.816)	-	-
Veículos destinados a venda	-	-	1.106		Outras Receitas e (Despesas) Operacionais	(837)	3.151	(7.342)	(3.670)	Provisão (Reversão da) p/riscos fiscais, trabalhistas e outros	695	397	544	(330)
Estoques de suprimento	19	468	3.842	3.851	Total Receitas (Despesas) operacionais	(1.385)	(766)	(28.419)	(23.613)	(Prejuízo) Líquido do Exercício Ajustado (Aumento) Redução dos Ativos Operacionais:	7.206	5.398	34.141	26.111
Ativos classificados como mantidos para venda					Lucro (Prejuízo) Operacional, Exceto Resultado Financeiro	8.060	7.602	25.552	25.061	Contas a receber de clientes e das operações	(194)	57	(8.589)	(443)
Impostos a recuperar	456	1.791	6.049	7.605	Resultado Financeiro	1.044	884	(9.184)	(11.343)	Estoques	449	(449)	9	(1.082)
Bens destinados a Venda	-	-	-	6.307	Resultado do Exercício	9.103	8.486	16.368	13.718	Impostos e contribuições a recuperar	1.336	(1.207)	1.556	(5.512)
Despesas Antecipadas e outros ativos	2.318	2.184	3.274	2.907	Receita (Despesas) de Impostos (IRPJ e CSLL)	-	(2.242)	-	(2.242)	Despesas antecipadas	(134)	65	5.126	8.389
Total do Ativo Circulante	42.247	39.141	40.097	46.418	(Despesas) de impostos (IRPJ e CSLL) correntes					Depósitos judiciais	(772)	(536)	(772)	(536)
Ativo Não circulante					(Despesas) receitas de impostos (IRPJ e CSLL) diferida	153	10	(5.445)	(4.019)	Partes Relacionadas	(9.519)	6.718	(9.519)	6.718
Realizável a Longo Prazo					Total das Receitas (Despesas) de Impostos (IRPJ e CSLL)	153	(2.233)	(5.445)	(6.262)	Total do (Aumento) Redução dos Ativos Operacionais	(8.834)	4.647	(12.189)	7.533
. Contas a receber de Partes relacionadas	-	-	8.912	5.240	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	9.256	6.253	10.923	7.456	Aumento (redução) dos passivos:				
. Depósitos judiciais	7.531	6.759	9.740	8.973	Alocação do resultado por acionistas: Total do Lucro líquido do exercício dos sócios quotistas controladores	9.256	6.253	10.923	7.456	Fornecedores a pagar a terceiros (nacionais)	(136)	885	(656)	(11.615)
. Impostos (IRPJ e CSLL) diferidos ativos	4.290	4.014	26.631	26.147	Total do líquido do exercício	9.256	6.253	10.923	7.456	Salários, encargos e obrigações sociais	163	158	1.091	739
Investimento - Outros	-	-	5	5	Número de Quotas em Milhares do Capital Social Subscrito e Integralizado	10.465.000	10.465.000			Impostos a recolher, exceto CSLL e IRPJ	(37)	(76)	(1.266)	1.620
Imobilizado	44.763	22.587	134.643	101.608	(Prejuízo) do Exercício por Quotas Expresso em Reais (R\$)	0,88	0,60			Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(2.211)	1.875	(2.211)	1.875
Direito de Uso por Arrendamento	1.868	2.833	2.894	3.589	Lucro Líquido do Exercício Atribuído aos Sócios Quotistas					Contas a pagar de partes relacionadas	699	120	699	120
Total do Ativo Não Circulante	58.453	36.193	182.824	145.562	. Sócios Quotistas Controladores			9.256	6.253	Outros passivos	(1.074)	1.699	3.519	5.470
Total do Ativo	100.700	75.334	222.920	191.979	. Sócios Quotistas Não Controladores			1.667	1.203	Total do Aumento (Redução) do Passivos Operacionais	(2.595)	4.662	1.175	(1.791)
Passivo e Patrimônio líquido					Demonstração do Resultado Abrangente (Em MR\$)					Total do Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(4.224)	14.708	23.127	31.853
Passivo					Controladora					Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Passivo Circulante					2025	2024	2025	2024		Aquisições de imobilizados	(22.827)	-	(38.015)	(256)
Fornecedores a pagar a terceiros e a partes relacionadas:					2025	2024	2025	2024		Baixas de imobilizados	-	-	(1.054)	(421)
. Terceiros (nacionais)	1.089	1.225	15.449	12.810	Lucro Líquido do Exercício	9.256	6.253	10.923	7.456	Total do Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos	(22.827)	-	(39.070)	(678)
. Partes relacionadas	1.104	1.115	1.211	1.230	Outros Resultados (Prejuízos) Abrangentes	-	-	-	-	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Total de fornecedores a pagar a terceiros e a partes relacionadas	2.193	2.340	16.661	14.040	Total dos Resultados (Prejuízos) Abrangentes (Prejuízo) do Exercício Atribuído aos Sócios Quotistas	9.256	6.253	10.923	7.456	Adiantamento p/ Futuro aumento de Capital	6.550	(8.159)	(8.053)	(8.159)
Mútuos a pagar a partes relacionadas	700	1	700	1	. Sócios Quotistas Controladores			9.256	6.253	Empréstimos e financiamentos	21.853		32.097	(11.853)
Empréstimos e financiamentos a pagar a bancos			29.026	23.230	. Sócios Quotistas Não Controladores			1.667	1.203	Aumento de Capital		667		667
Arrendamento financeiro – Partes relacionadas	1.842	2.803	2.888	3.552	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em MR\$)					Variação líquida de arrendamentos IFRS 16	(6.309)	(5.368)	(13.381)	(11.790)
Salários, encargos e obrigações sociais	1.477	1.313	11.243	10.152	Controladora					Total do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	22.094	(12.860)	10.663	(31.135)
Impostos a recolher, exceto CSLL e IRPJ	3.494	3.530	4.855	5.823	Capital Social					Total do Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.957)	1.847	(5.280)	41
Imposto de renda e contribuição social	31	2.242	31	2.242	Lucros Total do patrimô- nio líquido dos controladores	63.272	(33.717)	29.555	(3.065)	Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.957)	1.847	(5.280)	41
Lucros a pagar	1.441	1.441	1.441	1.441	Participação dos acionistas não controladores	6.253	6.253	1.203	7.456	Saldo do Inicio do Exercício	5.327	3.479	5.665	5.624
Adiantamentos Recebidos de clientes	2.633	3.633	8.799	7.273	Saldo em 31/12/2024	63.939	(27.464)	36.475	(1.862)	Saldo do Final do Exercício	370	5.327	385	5.665
Outras contas a pagar	80	68	80	12.621	Lucro líquido do exercício	9.256	9.256	1.667	10.923	Total do Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.957)	1.847	(5.280)	41
Total do Passivo Circulante	13.890	17.372	75.723	80.376	Saldo em 31/12/2025	63.939	(18.208)	45.732	(195)					
Passivo Não Circulante					Nota Explicativa									
Empréstimos e Financiamentos	21.853	-	55.386	43.295	Contexto Operacional: A Rápido Macaense Ltda. (controladora) foi constituída em janeiro de 1956, e tem como objetivo a exploração do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, cargas e encomendas, bem como a prestação de transporte turístico de superfície, agenciamento de passagens, podendo ainda, participar no capital social de outras Companhias. A Rápido Macaense Ltda. detém o controle societário com 85% de participação na sua controlada SIT Macaé Transportes S.A., à qual é uma Companhia de capital fechado que foi constituída em 15 de abril de 2010 dedicando-se a exploração de transportes rodoviário coletivo de passageiros com itinerário fixo e municipal, o qual é regulado pelo Poder Concedente Municipal. Apresentações: - As demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no									
Arrendamento financeiro - Partes Relacionadas	11	125	11	125										
Impostos a recolher, exceto CSLL e IRPJ	-	-	2.603	2.901										
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	6.550	-	6.550											
Provisão para contingências	5.512	4.889	5.983	5.469										
Impostos (IRPJ e CSLL) diferidos- passivo	6.044	5.920	31.128	25.200										
Provisão para passivo a descoberto das Controlada Sit Macaé	1.107	10.554	-	-										
Total do Passivo Não Circulante	41.078	21.487	101.661	76.990										
Total do Passivo Circulante e Não Circulante	54.968	38.859	177.384	157.367										
Patrimônio líquido														
Capital social subscrito e integralizado	63.939	63.939	63.939	63.939										
Prejuízos acumulados	(18.208)	(27.464)	(18.208)	(27.464)										
Total do Patrimônio Líquido dos Quotistas Controladores	45.732	36.475	45.732	36.475										
Participação dos Sócios Quotistas Não Controladores			(195)	(1.862)										
Total Geral do Patrimônio Líquido	45.732	36.475	45.536	34.613										
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	100.700	75.334	222.920	191.979										

Gustavo Nader Damiao Rodrigues - Diretor Presidente

Carlos Eduardo Gomes Rocha - Diretor Executivo

Alexandre Arantes Carvalho - Contador - CRCRJ Nº 127812/O-9